

ISABEL LENCASTRE



*Bastardos  
Reais*

*Os filhos ilegítimos  
dos Reis de Portugal*



# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [xlivros.com](http://xlivros.com) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

***Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.***

# Ficha Técnica

Título original: Bastardos Reais – Os Filhos Ilegítimos dos Reis de Portugal

Autor: Isabel Lencastre

Revisão: Henrique Tavares e Castro

Design de capa: Rui Garrido, sobre retrato de D. João José da Áustria, bastardo de D. Filipe III de Portugal,  
autor desconhecido

ISBN: 9789895558469

OFICINA DO LIVRO

uma empresa do grupo LeYa

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide – Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© Isabel Lencastre, 2012

e Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

[E-mail: info@oficinadolivro.leya.com](mailto:info@oficinadolivro.leya.com)

[www.oficinadolivro.leya.com](http://www.oficinadolivro.leya.com)

[www.leya.pt](http://www.leya.pt)

# INTRODUÇÃO

No trono de Portugal sentaram-se, ao longo de quase oito séculos, duas mulheres e trinta e dois homens. Destes, seis, solteiros ou casados, não tiveram filhos: D. Sancho II, D. Sebastião, D. Henrique, D. Afonso VI, D. Pedro V e D. Manuel II. Dos vinte e seis restantes, apenas dois – D. Manuel I e D. José – não terão tido filhos ilegítimos. Todos os outros foram (ou diz-se que foram) pais de bastardos, «nome porque são entendidos já desde a Idade Média não só os filhos especificamente chamados naturais mas também os espúrios e em geral todos aqueles que não são gerados de verdadeiro e legítimo matrimónio» – como escreveu o douto Pascoal José de Melo Freire nas suas *Instituições de Direito Civil Português*.

O rol destes bastardos, havidos fora do casamento dos seus pais, nunca estará completo, tanto mais que muitos deles nunca foram reconhecidos, o que torna difícil estabelecer com precisão o número dos filhos da mão esquerda que os reis de Portugal tiveram. Em todo o caso, pode afirmar-se com segurança que os bastardos reais, desde a fundação da Monarquia até à implantação da República, se contam por várias dezenas. Na maior base de dados genealógicos portuguesa, a *Geneall*<sup>1</sup>, estão referenciados 77 filhos ilegítimos de 19 príncipes que reinaram em Portugal. Este número pode, no entanto, pecar por defeito: só a D. Pedro de Alcântara, imperador do Brasil e rei de Portugal, houve quem atribuísse, em 1826, a paternidade de 43 bastardos!<sup>2</sup>

Os bastardos reais atravessam a história da Monarquia Lusitana desde a sua fundação até quase ao seu termo. O primeiro rei nasceu de uma bastarda, afirmando alguns que não era filho de seu pai, o conde Henrique de Borgonha; bastardo era também o rei de Boa Memória que deu origem à segunda dinastia; e um bastardo está na origem da Casa de Bragança, que, a partir de 1640, foi a Casa Real portuguesa. O mesmo sucede, aliás,

com a terceira dinastia, a dos Filipes de Espanha, directos descendentes de Henrique de Trastâmara, que reinou em Castela como Henrique II e era filho ilegítimo do rei Afonso XI.

Muitos desses bastardos reais ocuparam posições de relevo na corte e no país, sobretudo na primeira dinastia, quando foram mais numerosos. Como se compreende: na Idade Média, a bastardia inscrevia-se nas «estruturas da boa sociedade»<sup>3</sup>. Os filhos ilegítimos de D. Afonso Henriques, tal como os de D. Dinis, por exemplo, desempenharam funções de tanta importância e consequência como eram, por esse tempo, as de mordomo-mor ou de alferes-mor. O bastardo de D. João I foi, em sua vida, o principal senhor do reino – posição que D. Jorge, filho adúlterino de D. João II, só não alcançou porque D. Manuel não cumpriu inteiramente as últimas vontades do seu antecessor. Outros bastardos régios foram figuras de relevo na Igreja portuguesa, e um deles, filho de D. João V, deu origem à ilustre Casa de Lafões.

Os filhos ilegítimos dos reis concorreram, além disso, com os seus casamentos para reforçar o poder dos reis seus pais ou irmãos, aliando-se em Portugal às famílias mais poderosas – e, regra geral, renitentes em acatar os poderes e as prerrogativas reais. Como notou José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, os bastardos reais constituíram «um patamar intermédio por onde passavam alguns dos contactos mais importantes entre a realeza e as linhagens da alta nobreza». E não foram poucos os monarcas que, casando os seus bastardos em grandes casas senhoriais, alimentaram «com o seu sangue a prosápia das famílias mais poderosas, ganharam o seu apoio, declarado ou silencioso, e nele escudaram a sua política centralizadora»<sup>4</sup>.

A esse propósito obedeceram, entre outros, os casamentos dos bastardos de D. Afonso III ou de D. Dinis, mas também o de D. Afonso, bastardo de D. João I, com a filha de Nuno Álvares Pereira (embora outras razões possam explicar melhor este matrimónio) e, ainda, séculos depois, o de D. Luísa, filha ilegítima de D. Pedro II, com o duque de Cadaval.

O mesmo objectivo de afirmação do poder real, aquém mas também além-fronteiras, foi prosseguido com os casamentos de bastardos régios em reinos vizinhos ou amigos, para cuja realização, aliás, concorreram as legítimas esposas dos monarcas reinantes (e pais dos bastardos). Foi o que

sucedeu, por exemplo, com o casamento de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, filho ilegítimo de D. Dinis, realizado em Aragão com a empenhada ajuda da Rainha Santa Isabel, sua madrasta, ou com o casamento em Inglaterra de D. Beatriz, filha ilegítima de D. João I, para o qual foi decisivo o concurso de D. Filipa de Lencastre.

Mas o lugar e o papel dos bastardos reais foram bastas vezes fonte de problemas e conflitos, que chegaram a provocar verdadeiras guerras civis, como sucedeu no reinado de D. Dinis. E, mesmo quando não se chegou a tais extremos, os filhos ilegítimos dos reis de Portugal prejudicaram muitas vezes o prestígio e a autoridade da monarquia.

Os bastardos reais eram, como António Caetano de Sousa sublinha na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, «escândalo do matrimónio»; representavam uma afronta à rainha consorte; e constituíam uma ameaça aos filhos dela nascidos. Em suma: punham em causa a ordem constitucional vigente.

É verdade que esses bastardos «deviam ao seu sangue determinadas prerrogativas», como notou Georges Duby<sup>5</sup>. Por serem ilegítimos, não deixavam de ter sido gerados por reis, tendo por isso de ser honrados adequadamente, como o autor da *História Genealógica* também sublinhou. E Pascoal de Melo Freire chegou mesmo a escrever que, em Portugal, era «pequena a diferença entre os filhos legítimos e os filhos bastardos dos Reis; com efeito, todos se chamam por direito filhos do Rei visto que de Reis foram procriados». Por isso, aliás, «desde o início do reino [os bastardos] sempre foram tidos em grande honra», precedendo «em dignidade os Grandes e Magnates do Reino»<sup>6</sup>.

Mas, como Pascoal de Melo também sublinhou, aos filhos legítimos dos reis pertenciam «alguns direitos principais, que todas as leis, incluindo as nossas, denegam aos bastardos». Estes, situando-se num plano «inferior», naquele «patamar intermédio» em que José Augusto Pizarro os colocou, não mereciam, por exemplo, o título de Infante nem por direito sucediam a seu pai no trono – mesmo quando tinham o tratamento de Altezas, como sucedeu, por exemplo, com os bastardos de D. João V.

A este respeito, António Caetano de Sousa foi claro e peremptório:

«Os filhos que os Reis têm fora do matrimónio não logram o carácter de Infantes, não só no nosso Reino nem nos outros de Espanha nem em tempo algum tiveram essa prerrogativa, como se vê das Escrituras, Doações e Privilégios rodados que assinavam junto com os Reis e Infantes, para o que não é necessário produzir exemplos, por ser matéria sem controvérsia para os que são professores de História; e para os que são curiosos somente faço esta advertência para que se não embarquem quando lerem em alguns Autores tratarem de Infantes aos ilegítimos»<sup>7</sup>.

Não parece verdade que, nesta matéria, a situação portuguesa fosse exactamente igual à dos outros reinos de Espanha. Salvo melhor opinião e investigação mais aprofundada, os bastardos reais de Castela não sofriam as mesmas limitações que os portugueses. Pode ser que não tivessem, como os nossos não tinham, o carácter de infantes. Mas gozavam de direitos sucessórios bem mais amplos do que os nossos. Podiam nomeadamente herdar a coroa e suceder no trono – o que entre nós, como já se disse, estava vedado aos filhos ilegítimos dos reis.

Com efeito, se Henrique de Trastâmara, bastardo de Afonso XI, acedeu ao trono castelhano por sucessão, D. João, Mestre de Avis, bastardo do rei D. Pedro I, só chegou ao trono português por eleição. É toda uma diferença. Cumpre aliás notar que, para ganhar essa eleição, o Doutor João das Regras assentou a sua defesa de D. João I na afirmação de que todos os candidatos ao trono vago por morte de D. Fernando eram bastardos – e que, por isso, nenhum tinha direito a suceder ao rei Formoso.

Em França, a sucessão da coroa também estava vedada aos bastardos reais. Mas Luís XIV resolveu, a certa altura, mudar as regras do jogo, concedendo aos filhos havidos fora do seu casamento o tratamento de Altezas Sereníssimas e, depois, o direito de sucessão ao trono por extinção da descendência legítima. Caíram o Carmo e a Trindade. E Saint-Simon, recordando o escândalo, escreveu nas suas *Memórias* páginas carregadas de indignação. O mais poderoso monarca do seu tempo foi forçado a dar o dito por não dito. E os bastardos do Rei-Sol perderam o direito de suceder ao trono de seu pai.

É de notar que o exemplo francês teve algumas repercussões em Portugal, onde os filhos ilegítimos de D. João V, os famosos Meninos de

Palhavã, tiveram tratamento de Altezas, que os bastardos de D. Pedro II também receberam. Mas o Corpo Diplomático então acreditado em Lisboa nunca assim os tratou, invocando justamente uma lei do rei Magnânimo, datada de 1720, que reservava esse tratamento aos infantes. Mas infantes é que os Meninos não eram.

Ainda assim, nunca ocorreu a ninguém reconhecer aos filhos ilegítimos dos reis de Portugal o direito de suceder ao trono dos seus pais. E a Carta Constitucional, outorgada em 1826 pelo maior criador de bastardos reais (e imperiais) da história pátria, excluía-os expressamente da sucessão.

\* \* \*

Nas linhas que se seguem, publicam-se os nomes e a breve história dos bastardos reais portugueses – ou seja, dos filhos ilegítimos dos reis de Portugal. Mas entendeu-se que se justificava abrir uma excepção: a do Prior do Crato, filho ilegítimo do infante D. Luís e neto do rei D. Manuel I, por força do papel que desempenhou na época em que viveu e, sobretudo, na sucessão do cardeal-rei, seu tio. Para muitos historiadores, ele deve, aliás, ser considerado rei de Portugal.

É a primeira vez que os bastardos régios aparecem reunidos num livro. Este não ambiciona esgotar o tema, que poderá evidentemente ser desenvolvido se novos dados forem recolhidos e publicados. Mas, no estado actual da crítica histórica, não parece que fosse possível fazer mais. O público e a crítica dirão se era possível fazer melhor.

I. L.

<sup>1</sup> [www.geneall.net](http://www.geneall.net)

<sup>2</sup> Cf. Carl Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826* (Rio de Janeiro: Kosmos, 1943).

<sup>3</sup> Georges Duby, *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988), p. 185.

<sup>4</sup> José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 238.

<sup>5</sup> Georges Duby, *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988), p. 185.

<sup>6</sup> Pascoal José de Melo Freire, *Instituições de Direito Civil Português* (Lisboa: Boletim do Ministério da Justiça, 1967). Cf. [http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id\\_parte=120&id\\_obra=76&pagina=268](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verlivro.php?id_parte=120&id_obra=76&pagina=268)



[7](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 114.

I

## Os bastardos de Borgonha

## OS PRIMEIROS BASTARDOS REAIS

Filho de uma bastarda real – D. Teresa, que o rei Afonso VI de Castela e Leão houve de Ximena Nuñez de Guzmán, sua amante –, D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, poderia ter sido, também ele, um bastardo. Ou, pelo menos, não seria filho de seu pai, o conde D. Henrique de Borgonha. Agustina Bessa-Luís assevera que «as deduções em volta deste boato são bastante significativas, pondo de parte favores dos santos e dos cronistas»<sup>8</sup>.

Mas o boato sobre a mais que improvável «bastardia» do primeiro rei de Portugal surgiu exactamente para rebater os favores que o céu terá derramado sobre ele e que fazem parte de uma lenda antiquíssima, publicada como verdadeira história por Duarte Galvão na sua *Crónica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques*<sup>9</sup>.

Diz o cronista que o primeiro rei nasceu «grande e formoso, que não podia mais ser», padecendo, porém, de grave defeito: umas «pernas tão encolheitas que, ao parecer de mestres e de todos, julgarom que nunca poderia ser são delas». Não era essa, no entanto, a convicção de Egas Moniz, «mui esforçado e nobre fidalgo», a quem o menino foi entregue para ele o criar. O aio de D. Afonso Henriques confiava «em Deus que lhe podia dar saúde».

Ora, uma noite em que Egas Moniz dormia, apareceu-lhe a Virgem Maria e disse-lhe para ir a determinado local escavar até encontrar uma igreja que, noutro tempo, tinha sido começada em seu nome. Devia «correger» o templo, recuperando também uma imagem de Nossa Senhora que lá existia. Cumpridas essas tarefas, Egas Moniz havia de fazer uma vigília, «poendo o menino que [criava] sobre o altar». Cristo, explicou Sua mãe, queria por D. Afonso Henriques «destruir muitos imigos da fé». O aio, «muito consolado e alegre», correu a cumprir os ditames da Mãe do Céu. E quando, finalmente, pôde colocar D. Afonso Henriques sobre o

altar, o menino ficou como se «nada tivera». Este foi o milagre de Santa Maria de Cárquere – que levantou suspeitas a muito boa gente.

Por um lado, não falta quem duvide da malformação congénita do rei Fundador, «descoberta» por Duarte Galvão no ano de 1505, quase quatrocentos anos depois do nascimento do príncipe. Por outro lado, há quem torça o nariz ao milagre. Agustina Bessa-Luís, por exemplo, escreve: «Dá para pensar que Egas Moniz o fez substituir por um dos seus próprios filhos ou filho dalgum rico-homem de pendão e caldeira, como se dizia [...]»<sup>10</sup>

Esta troca do verdadeiro filho do conde D. Henrique por outra criança qualquer, filha ou não de Egas Moniz, parece ter sido inventada por Santana Dionísio, um professor de filosofia, que a publicou num artigo de jornal, em 1969. Segundo ele, o príncipe aleijado teria sido substituído por uma criança robusta, ficando Egas Moniz a cuidar do enfermo enquanto D. Henrique e D. Teresa passavam a ter um filho em perfeitas condições de lhes suceder na governança do Condado Portucalense.

A história, à semelhança do enfermiço infante da lenda, não tem pernas para andar. Por mais hábil e secreta que tivesse sido a troca das crianças, D. Henrique tinha outros filhos, legítimos e bastardos, para além de uma mão-cheia de netos – e não é de crer que estes seus descendentes aceitassem sem protesto e sem luta que a sucessão do Condado Portucalense fosse deferida a quem não fizesse seguramente parte da família de seu pai. Ora, se é sabido que D. Afonso Henriques teve de combater a mãe para ficar com a herança do pai, não há nenhuma notícia de que tivesse de enfrentar outro qualquer membro da sua numerosa família, o que por força teria de suceder se houvesse outros descendentes de D. Henrique com melhores títulos do que ele para reivindicar a posse do Condado de Portucale.

Resta, por isso, a hipótese da cura milagrosa – que só faz sentido, no entanto, desde que se aceite ter o primeiro rei de Portugal nascido com as pernas encolhidas. Ora, essa hipótese, nunca provada, suscita entre os melhores historiadores muitas dúvidas e reservas. Alguns há, aliás, que não perdem um minuto a examiná-la. Não parece por isso prudente – e, mais do que prudente, sensato – falar de um D. Afonso Henriques «bastardo» ou miraculado.



Também não vale a pena dizer que ele foi um santo (embora tenha havido quem o quisesse canonizar) porque, antes e depois do seu casamento com D. Mafalda, filha de Amadeu III, conde de Sabóia e Moriana, «a que os estrangeiros chamam Matilde», D. Afonso Henriques foi pai de vários bastardos. Mais exactamente: quatro, segundo assevera a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, dois rapazes e duas raparigas.

As bastardas do primeiro rei seriam ambas filhas de Elvira Gualter, chamando-se Teresa Afonso, uma, e Urraca Afonso, a outra. Terão nascido quando o monarca já estava casado, sendo por isso filhas adúlteras. Há, porém, quem sustente que só vieram ao mundo depois de D. Afonso Henriques enviudar, a 4 de Novembro de 1157<sup>11</sup>.

D. Teresa Afonso casou duas vezes – com D. Sancho Nunes de Barbosa e, depois, com D. Fernando Martins Bravo – mas morreu sem geração, embora António Caetano de Sousa afirme que do seu primeiro casamento nasceu uma D. Urraca Sanches<sup>12</sup>. Mas esta, mulher de D. Gonçalo de Sousa e mãe de D. Mendo de Sousa, *o Sousa*, era filha de D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso I, e, portanto, sobrinha do primeiro rei de Portugal.

Quanto a D. Urraca Afonso, foi senhora de Avô, que recebeu em 1185 e trocou posteriormente pela vila de Aveiro<sup>13</sup>, tendo casado com D. Pedro Afonso Viegas, neto de Egas Moniz. Foi mãe de Abril Pires de Lumiares, Aldara Pires e Sancha Pires. Desta última procedem «muy ilustres Casas do nosso Reyno, e o de Castella»<sup>14</sup>.

Quanto aos dois filhos ilegítimos de D. Afonso Henriques, referidos pela *História Genealógica*, um chamava-se Afonso e o outro Fernando Afonso. Este, diz António Caetano de Sousa, foi alferes-mor do reino e dele «não sabemos outra notícia». D. Afonso, por seu turno, foi «11.º mestre da insigne Ordem Militar de São João de Rhodes, eleito no ano 1194»<sup>15</sup>.

A verdade, porém, é que estes dois bastardos podem ser uma e a mesma pessoa – segundo afirma José Mattoso, na peugada de Ariel Castro, um professor brasileiro que «identificou o alferes-régio Fernando Afonso com aquele que até então se considerava outro bastardo, Afonso, e que se tornaria grão-mestre da Ordem do Hospital»<sup>16</sup>.

Fernando Afonso é «o filho que os livros de linhagem atribuem ao concubinato de Afonso Henriques com Chamôa Gomes, filha de Gomes Nunes de Pombeiro, o antigo conde de Toroño»<sup>17</sup>, e sobrinha de Fernão Peres de Trava, o amante de D. Teresa, mãe do rei.

Esta Chamôa Gomes, a quem Diogo Freitas do Amaral, na sua biografia do monarca, prefere chamar Flâmula, terá sido, segundo o professor apurou, não se sabe como, o grande amor de D. Afonso Henriques, que com ela terá vivido em «união de facto» entre 1138 e 1145<sup>18</sup>. Só não casou com ela – sustenta ainda Freitas do Amaral, com fundamentos que também não desvenda – porque a Igreja se opôs a esse casamento.

A «barregã» régia, antes de o ser, casara com Paio Soares da Maia, havendo três filhos desse casamento, um dos quais foi alferes-mor do rei Fundador. Após enviuar, afirma o *Livro Velho de Linhagens*, Chamôa «meteu-se monja em Vairão» e fez «em drudaria», quer dizer, sem estar casada, um filho com D. Mem Rodrigues de Togue, chamado Soeiro Mendes Facha. Depois, também em «drudaria», fez um filho com o rei D. Afonso de Portugal, que houve o nome de Fernando Afonso.

Este Fernando Afonso terá nascido por 1140, o ano em que seu pai concedeu foral a Barcelos e se travou o torneio de Arcos de Valdevez. Por 1159 apareceu pela primeira vez na corte e, em 1169, foi feito alferes-mor, depois da derrota sofrida em Badajoz por D. Afonso Henriques, que levou, aliás, à sua prisão pelo rei de Leão, seu genro.

Com o pai fisicamente muito debilitado e irremediavelmente inabilitado para combater, Fernando Afonso poderá então ter surgido, aos olhos de muitos, como o defensor do reino – e o natural sucessor de D. Afonso Henriques, de quem era o filho primogénito. Tal seria a posição dos cavaleiros templários e dos fidalgos minhotos. Mas prevaleceram os direitos de D. Sancho, o filho lídimo (ou legítimo) do rei Fundador, que contava com o apoio dos freires de Évora, dos cavaleiros de Santiago e dos magnatas do sul de Portugal. O pai armou-o cavaleiro em 1170 e partilhou com ele o poder em 1173, um ano depois de Fernando Afonso ter sido desautorizado e despromovido, passando de alferes-mor a simples alferes do herdeiro do trono.

Após a morte de D. Afonso Henriques, em 1198, Fernando Afonso abandonou o reino de seu meio-irmão para se tornar vassalo do rei de

Leão, seu cunhado – o que, segundo alguns historiadores, provaria que o bastardo não acatava o poder e a autoridade de D. Sancho. Mas tudo isto é, segundo Mattoso, «confuso e incerto».

Certo é que, tendo saído de Portugal, D. Fernando Afonso foi mestre da Ordem do Hospital «na Hispânia, pelo menos a partir de 1198, e depois eleito grão-mestre em 1202, eventualmente em virtude da influência que sua meia-irmã, a condessa Matilde da Flandres, exercia junto do papa Inocêncio III. Tomou parte na 4.<sup>a</sup> Cruzada (1202-1204), que, como se sabe, desviou o seu objectivo para conquistar Constantinopla, em vez de se dirigir à Terra Santa»<sup>19</sup>.

Em 1204 estava em Acre e, no ano seguinte, recebeu uma doação de Balduino, imperador de Constantinopla. Em 1206 renunciou ao seu cargo e regressou a Portugal – onde, diz a *Chronica magistrorum defunctorum*, foi «envenenado pela sua gente». O *Livro Velho de Linhagens*, esse, assegura que Fernando Afonso, ou só Afonso, foi morto em Évora pelos cavaleiros de Santiago, «num contexto que parece quase de guerra civil»<sup>20</sup>. Sepultado na Igreja de S. João de Alporão, em Santarém, o seu epitáfio diz que morreu em Março de 1207, o que «concorda com uma informação do *Chronicon conimbricense* com poucos dias de diferença»<sup>21</sup>.

Mas com a morte e sepultura de Fernando Afonso não fica encerrada a história dos primeiros bastardos reais de Portugal. Ainda que Afonso e Fernando Afonso, os dois bastardos referidos por António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica*, tenham sido uma e a mesma pessoa, vários são os historiadores, genealogistas e biógrafos do rei Fundador que sustentam ter ele tido, de facto, fora do seu casamento, dois filhos varões. Pelo menos.

Frei António Brandão assegura na *Monarquia Lusitana* que este segundo bastardo de D. Afonso Henriques ter-se-á chamado Pedro Afonso, estando a sua existência comprovada por uma «doação que ele próprio fez a D. Fernando, abade de Alcobaça, e ao seu convento de certa quinta no termo da vila de Tomar»<sup>22</sup>. José Mattoso concorda com o autor da *Monarquia Lusitana* em que se chamou Pedro Afonso o «outro bastardo» do primeiro rei. Mas afirma também que foi senhor de Arega e Pedrógão, lugares a que deu foral em 1201 e 1206. «Trata-se decerto do

mesmo Pedro Afonso que foi alcaide de Abrantes em 1179 e alferes do rei entre 1181 e 1183»<sup>23</sup>. Este último cargo continuou a exercer no reinado de seu irmão, o rei D. Sancho I, de quem foi um fiel e dedicado servidor. Terá participado na conquista de Silves. E D. Sancho designou-o por seu testamenteiro.

Do segundo bastardo de D. Afonso Henriques não há muito mais que se possa dizer.



Dos bastardos de D. Afonso Henriques, só D. Urraca Afonso terá casado – com Pedro Afonso Viegas, um neto de Egas Moniz que foi tenente de Trancoso e Neiva. Desse casamento nasceram três filhos, um rapaz e duas raparigas. Uma delas, D. Sancha Peres de Lumiares, teve copiosa e muito ilustre descendência em Espanha. É por ela que descendem do primeiro rei de Portugal a duquesa de Alba, o duque de Faria, Rafael Medina (filho de Nati Abascal), o marquês de Griñon e o marquês de Cubas, entre muitos outros.

<sup>8</sup> Agustina Bessa-Luís, *Fama e Segredo na História de Portugal* (Lisboa: Guerra e Paz, 2010), p. 27

<sup>9</sup> Duarte Galvão, *Chronica do Muito Alto, E Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henriques* (Lisboa: Oficina Ferreyriana, 1726), pp. 4ss

<sup>10</sup> Agustina Bessa-Luís, *Fama e Segredo na História de Portugal* (Lisboa: Guerra e Paz, 2010), p. 27.

<sup>11</sup> Cf. Diogo Freitas do Amaral, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Bertrand, 2000), p. 122

<sup>12</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 38.

<sup>13</sup> Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Texto policopiado: Lisboa, 2005), p. 82.

<sup>14</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 39.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.



[16](#) José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 164.

[17](#) Idem, *ibidem*.

[18](#) Cf. Diogo Freitas do Amaral, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Bertrand, 2000), p. 122.

[19](#) José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 89.

[20](#) Idem, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 232.

[21](#) Idem, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 89.

[22](#) Frei António Brandão, *Terceira parte da Monarchia lusitana: que contém a historia de Portugal desde Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey D. Afonso Henriques* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632), p. 157v.

[23](#) José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 165.

## OS OITO ENTEADOS DA RAINHA DOCE

**D**om Sancho I, *o Povoador*, nascido em 1154, casou em 1175 com D. Dulce (ou Aldonça ou, simplesmente, Doce), que era filha do conde de Barcelona e da rainha de Aragão e podia ser, mas não há a certeza de que fosse, viúva de Armengal, conde de Urgel<sup>24</sup>.

Desse casamento nasceram nada menos do que 11 filhos: (1) D. Afonso, que sucedeu a seu pai; (2) D. Pedro, que foi conde de Urgel e teve dois bastardos, D. Rodrigo, «eminente em letras»<sup>25</sup>, e D. Fernando Pedro de Portugal, de quem não há mais notícias; (3) D. Fernando, que foi conde da Flandres; (4) D. Henrique e (5) D. Raimundo, que morreram meninos; (6) D. Teresa, beatificada pela Igreja, que foi rainha de Leão; (7) D. Mafalda, também beata, que foi rainha de Castela; (8) D. Sancha, senhora de Alenquer, que foi freira no Mosteiro de Celas e a Igreja igualmente beatificou; (9) D. Branca, senhora de Guadalajara, em Espanha; (10) D. Berenguela, ou Berengária, que foi rainha da Dinamarca, onde não deixou saudades mas deixou uma descendência que expandiu o sangue de Portugal por essa Europa fora; e (11) D. Constança, que morreu solteira, aos 20 anos de idade.

Esta numerosa prole de filhos legítimos não impediu o Povoador de ter vários bastardos – mais exactamente: oito – que D. Sancho há-de ter estimado mas nunca confundiu com os filhos nascidos do seu casamento, como se prova pelo seu testamento. Com efeito, «enquanto aos filhos legítimos deixa, a todos igualmente, a quantia de 40.000 morabitanos, tal como faz às filhas, acrescentando ainda propriedades e mais 200 marcos de prata, aos ilegítimos destina apenas 8.000 aos varões e 6.000 às mulheres»<sup>26</sup>.

Dois deles, Martim Sanches e D. Urraca Sanches, nasceram da relação do monarca com Maria Aires de Fornelos, «nobili pulchra concubina»<sup>27</sup>

que foi «filhada» por D. Sancho ainda em vida da doce e discreta D. Dulce. Talvez por isso o autor da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* tivesse escrito que a mãe destes bastardos era «uma dona de que se nom pode saber o nome». Terminada a relação, o rei tratou de casá-la com D. Gil Vasques de Soverosa, um dos fidalgos mais poderosos de Além-Douro.

D. Urraca Sanches foi criada com o irmão em Ponte de Lima e casou com Lourenço Soares, «tenente» de Lamego e Viseu. Este era neto de Egas Moniz mas também de D. Urraca Henriques, irmã do primeiro rei de Portugal e, portanto, tia-avó de D. Urraca Sanches. Estava viúva em 1220 e ainda vivia em 1256. Mas não deixou descendência.

Martim Sanches, esse, é considerado «o mais notável dos bastardos de D. Sancho I»<sup>28</sup>. Homem de «grandes e elevados espíritos»<sup>29</sup>, teve papel de grande destaque na guerra que se travou entre o rei D. Afonso II, seu irmão, e o partido senhorial, que Estêvão Soares da Silva, o arcebispo de Braga, encabeçava e onde Martim Sanches também militava.

Após a morte de D. Sancho I, de quem tinha recebido dinheiro e bens na região de Guimarães, Martim sentiu-se agravado por D. Afonso II e, saindo de Portugal, tornou-se vassalo do rei de Leão, Afonso IX, que era, aliás, seu primo co-irmão, por ser filho da infanta D. Urraca, irmã de D. Sancho.

Foi nomeado adiantado-régio nos reinos de Leão e Castela. E nessa qualidade interveio em Portugal nos conflitos que opuseram D. Afonso II às infantas suas irmãs – que irmãs também eram de Martim Sanches – e, depois, ao arcebispo de Braga.

D. Estêvão Soares da Silva sofreu as represálias do rei pelas posições que contra ele tinha tomado, incluindo a sua excomunhão, que o papa Honório III confirmou. Essas represálias foram exercidas sobre os bens que o arcebispo possuía em Braga e Coimbra, mas também no território galego de Límia. Ora, deste território era governador Martim Sanches, que pegou em armas e dirigiu-se para Ponte de Lima, onde D. Afonso II então se encontrava.

«Este retirou-se para o Castelo de Gaia, confiando a defesa do território a Mendo Gonçalves de Sousa, João Pires da Maia e Gil Vasques de

Soverosa. Os portugueses foram derrotados e tiveram de se retirar para Braga e Guimarães, enquanto os galegos devastavam a região.»<sup>30</sup>

Depois de humilhar o rei de Portugal, Martim Sanches foi muito favorecido pelo rei de Leão, que lhe deu quatro condados, incluindo o de Trastâmara. Casado com D. Eulália Perez de Castro, não teve «semel», querendo dizer semente ou geração.

Os restantes seis filhos que D. Sancho I teve de *gança* (como então se dizia<sup>31</sup>) foram fruto dos seus amores com D. Maria Pais Ribeiro, *a Ribeirinha*, que o rei conheceu na Guarda ou em Coimbra e era sobrinha daquele Martim Moniz que defendeu a porta de Lisboa.

A Ribeirinha, «mulher fidalga, de grande formosura»<sup>32</sup>, também foi amante de D. Sancho quando a rainha sua mulher vivia. Mas a ligação prolongou-se após a morte de D. Dulce, em 1198, com suficiente escândalo público para o papa admoestar o rei contra «a feiticeira que todos os dias consultava» e o bispo de Coimbra lhe solicitar que a expulsasse do paço para que ele o pudesse frequentar...

Senhora de Vila do Conde, que D. Sancho, homem ciumento, lhe deixou em testamento com a condição de ela não casar, a Ribeirinha deu ao Povoador vários filhos.

O primeiro chamou-se Rodrigo Sanches e foi um dos chefes do partido senhorial durante o reinado de D. Sancho II. Fez frente à política de afirmação e centralização do poder real intentada por seu sobrinho e morreu a combatê-la, na lide de Gaia, em 1245.

Há-de ter sido um modelo de qualidades e virtudes, a acreditar numa inscrição cuja memória a *Monarquia Lusitana* conservou: «[...] grande cortesão, insigne nas armas, semelhante a Rolando, amável para todos, gracioso e de conversação alegre, folgado de rir e de falar, evitando o incesto (*sic*), verdadeiro nas promessas, severo para com os inimigos mas pacífico, humilde, de rara bondade e sem engano[...]»<sup>33</sup>

Não casou. Mas teve de Constança Afonso de Cambra um filho bastardo: Afonso Rodrigues, que os livros de linhagens não referem. Frade de São Francisco, «guardião do Convento de Lisboa», o bastardo de Rodrigo Sanches fez parte do desembargo de D. Dinis<sup>34</sup>.

O segundo filho da Ribeirinha chamou-se Gil Sanches, que, diz o conde de Sabugosa, «foi o clérigo mais honrado de Espanha e viveu em



barregania com D. Maria Garcia de Sousa», de quem não teve filhos. Foi também trovador. Seu pai deixou-lhe em testamento oito mil morabitanos, «dos que estão em Belver»<sup>35</sup>. Morreu a 14 de Setembro de 1236.

Seguiram-se Nuno Sanches, que «morreu de tenra idade», num dia 16 de Dezembro, e D. Maior Sanches, que, segundo os livros de linhagens, era filha de Maria Aires de Fornelos, e que, segundo a *Monarquia Lusitana*, teria morrido criança, tal como um seu irmão, Nuno Sanches, de quem nunca mais se ouviu falar<sup>36</sup>. Finalmente, nasceram D. Constança e D. Teresa Sanches.

D. Teresa foi a segunda mulher de D. Afonso Teles de Meneses, rico-homem, senhor de Albuquerque, Medelim, Montalegre, Valhadolid e Madrid, etc., a quem deu quatro filhos: João Afonso, Afonso Teles, Martim Afonso e Maria Afonso. Foi avó do primeiro conde de Barcelos e trisavó de D. Leonor Teles, a mulher do rei D. Fernando I. Morreu em 1230<sup>37</sup>.

Quanto a D. Constança Sanches, nasceu em Coimbra, cerca de 1204. Foi criada por Justa Dias e, quando perfez 20 anos, professou no Mosteiro das Donas de São João, em Coimbra. Contemplada com sete mil morabitanos no testamento de seu pai (1210), adquiriu muitos bens em Torres Vedras e, sobretudo, na vila e termo de Alenquer. Além disso, herdou de sua mãe<sup>38</sup>.

Foi grande benfeitora de várias ordens religiosas, a quem deixou chorudos legados ao morrer. O Mosteiro de Grijó ganhou particularmente com a sua generosidade: num documento datado de Abril de 1263, D. Constança fez-lhe muitas mercês, impondo, no entanto, algumas condições, entre as quais que ali fosse rezada uma missa de aniversário, cada ano, pela sua alma; e que uma missa de aniversário fosse rezada também por alma de seu irmão, D. Rodrigo Sanches, devendo além disso manter-se uma lâmpada acesa diante do altar de Santa Maria.

D. Constança Sanches, «dona muito nobre e de muito grande santidade e virtudes, e toda perfeita em virgindade e em fazer esmola aos pobres»<sup>39</sup>, faleceu em 1269. E dela se diz (diz pelo menos D. António Caetano de Sousa) que «mereceu aparecer-lhe São Francisco e Santo António, certificando-a da sua salvação».



Dos oito bastardos do rei Povoador, só três é sabido que casaram: D. Martim Sanches, que não teve filhos; D. Urraca Sanches, com copiosa descendência em Espanha; e D. Teresa Sanches, mulher de Alfonso Tellez, senhor de Menezes e Albuquerque, cujos descendentes são muito numerosos – e ilustres.

É o caso de Chico Buarque ou de Miguel Sousa Tavares, mas também de Nicolau Breyner, Margarida Rebelo Pinto, Ricardo Salgado, Isabel Mota, Leonor Beleza, Teresa Gouveia ou Luís Filipe Menezes, o actual presidente da Câmara Municipal de Gaia, que também descende de Afonso Dinis, filho ilegítimo de D. Afonso III.

O mesmo sucede, aliás, com a actriz Ana Brito e Cunha, o actor e encenador Diogo Infante, os advogados José Miguel Júdice e José Pedro Aguiar Branco, o empresário António Pires de Lima e o poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto. Também António Lobo Xavier descende, por muitas linhas, de D. Teresa Sanches. Mas conta, entre os seus antepassados, com mais três bastardos régios, pelo menos: D. Urraca Afonso, Afonso Dinis e Martim Afonso Chichorro (filhos de D. Afonso III).

De D. Teresa Sanches (mas também de outros bastardos reais) descendem ainda a escritora Maria Teresa Horta, o advogado Nuno Morais Sarmiento, o actor Pedro Granger e o historiador Bernardo de Vasconcelos e Sousa, 7.º marquês de Castelo Melhor.

De D. Teresa Sanches (antepassada também de Manuel d'Arriaga, o primeiro presidente da República portuguesa, ou de Francisco Sá Carneiro, o fundador do PSD) descende igualmente, pelo lado paterno, a actual duquesa de Bragança, D. Isabel de Herédia, que, entre os seus antepassados, conta igualmente com D. Urraca Afonso, bastarda de D. Afonso I. O bastardo de que D. Isabel descende pelo lado materno não é de sangue real.

<sup>24</sup> Frederico Francisco de la Figanière sustenta que a senhora casada com o conde de Urgel não era a mulher de D. Sancho mas a filha de Rogério II, conde de Foix, que também se chamava Dulce. Cf. *Memórias das Rainhas de Portugal* (Lisboa: Tipografia Universal, 1859), p. 61.

- [25](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 62.
- [26](#) Maria João Violante Branco, *D. Sancho I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), p. 211.
- [27](#) António Pereira de Figueiredo, *Elogios dos Reis de Portugal em latim, e em portuguez illustrados de notas historicas e críticas* (Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785), p. 40.
- [28](#) Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960) p. 239.
- [29](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 55.
- [30](#) José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 115.
- [31](#) A melhor tradução desta palavra para português moderno parece ser ganhança (lucro, ganho, proveito). Cf. José Pedro Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, (Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1981), vol. V.
- [32](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 55.
- [33](#) José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 131.
- [34](#) Cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas* (Porto: 1997), vol. I, p. 166.
- [35](#) Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960).
- [36](#) Cf. Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Lisboa: Texto policopiado, 2005), p. 91.
- [37](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 57.
- [38](#) Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Lisboa: texto policopiado, 2005), p. 93.
- [39](#) Alexandre Herculano, *Chronicas breves e memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra, in Portugaliae Monumenta Historica – Scriptorum* (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1856), p.31 [<http://purl.pt/12270/2/>]

## OS BASTARDOS DO BOLONHÊS

O rei D. Afonso II (1185-1223) teve dois filhos bastardos, de quem pouco ou nada se sabe: D. João Afonso, o único que a *História Genealógica* refere e está enterrado no Mosteiro de Alcobaça, tendo falecido a 9 de Outubro de 1234<sup>40</sup>; e D. Pedro Afonso, que terá participado na conquista de Faro, em 1249, e sido pai de Constança Pires, «uma filha talvez bastarda»<sup>41</sup>. Mas os filhos ilegítimos do rei Gordo podem ter sido mais. Pois não é verdade que, no seu testamento, o próprio monarca se refere aos «filhos e filhas que tenho de outras mulheres»?<sup>42</sup>

D. Sancho II, o infeliz rei Capelo que lhe sucedeu no trono, não teve filhos nem filhas doutras mulheres. E também não os teve de sua esposa, D. Mécia Lopes de Haro, tendo morrido sem descendência. Pelo contrário, seu irmão, D. Afonso III, *o Bolonhês*, foi homem de várias mulheres e de muitos filhos, legítimos e ilegítimos. Casou duas vezes. Sua primeira mulher foi D. Matilde, condessa de Bolonha, com quem se uniu no ano de 1235. Mas, na opinião da maioria dos genealogistas portugueses, a condessa, se lhe deu o cognome, não lhe deu filhos – embora, além-fronteiras, oficiais do mesmo ofício garantam que D. Afonso III houve, de D. Matilde, dois filhos, um rapaz e uma rapariga, que morreram crianças<sup>43</sup>.

Em 1246, D. Afonso trocou os domínios de sua mulher pelo reino de seu irmão, de que o papa o fizera curador e defensor, depois de excomungar D. Sancho II. Portugal ardia então numa guerra civil, que só terminará pela derrota do rei Capelo, que se exila em Toledo, onde virá a morrer, em Janeiro de 1248.

Sentado no trono, D. Afonso III, que continuava casado com a condessa de Bolonha, decidiu em 1253 contrair matrimónio com a rainha D. Brites – ou Beatriz, como hoje preferimos dizer –, também ela uma bastarda real, por ser filha do rei Afonso X de Castela e de D. Maior de Guzmán,

senhora de Alcocer, sua amante. Era uma forma de consolidar a sua monarquia.

«E (diz a *Crónica de 1419*) foram as gemtes muyto maravilhadas daquele casamento, porquanto el-rey dom Afonso era casado com a condessa de Bolonha [...] em guisa que hum seu paniguado lhe disse hum dia que fizera muito mal receber outra molher sabendo bem que era casado com a condessa de Bolonha. E el-rey lhe deu em resposta dizendo que, se em outro dia achase outra molher que lhe desem outra tanta terra no regno pera o acrescentar, que loguo casaria com ela [...]»<sup>44</sup>

A verdade é que, casando com D. Beatriz – em Chaves, a 20 de Maio de 1253 –, D. Afonso III incorreu em bigamia (e em adultério, e em incesto), que o papa Alexandre IV se apressou a condenar, excomungando-o – a instâncias, decerto, de D. Matilde, que reclamou a separação do marido e restituição do dote. O castigo pontifício durou dez anos. Mas, em 1259, D. Matilde morreu e, embora o papa tivesse ordenado a D. Afonso III que se separasse de D. Beatriz, a morte da condessa de Bolonha contribuiu para que Roma fosse abrindo caminho a uma solução, forçada pelos instantes pedidos dos bispos portugueses e pelos esforços diplomáticos do rei Bolonhês.

A 19 de Junho de 1263, o papa Clemente IV, entretanto eleito, autorizou o monarca português a continuar a «conjugal copula» com a filha bastarda de Afonso X, o sábio rei de Castela. E, um mês depois, pela bula *In nostra proposuistis*, levantou o interdito que o seu antecessor também lançara sobre o reino portugalense<sup>45</sup>.

Por esse tempo, já D. Afonso III tinha três filhos do seu segundo casamento: D. Branca, senhora de Montemor-o-Velho e Campo Maior, que será abadessa de Lorvão (e terá um filho da relação havida, segundo alguns genealogistas, com Pedro Esteves Carpinteiro); D. Dinis, que sucederá ao trono; e D. Afonso, que será senhor de Portalegre. Um quarto filho, D. Fernando, nascido em 1260, havia entretanto falecido. Depois destes, nascerão mais três: D. Sancha (1264 -c. 1302); D. Maria (1264-1304); e D. Vicente (n. 1268).

Mas, além destes filhos legítimos, D. Afonso III tinha também um rancho de bastardos, havidos dos seus amores, sucessivos ou mesmo simultâneos, com diversas «barregãs» régias. Foram elas muito numerosas

– e nem todas deram filhos ao monarca, como sucedeu com Teresa Mendes de Seabra, freira no Mosteiro de Lorvão, ou com Sancha Fernandes Delgadilha, que o *Livro Velho* designa por «mula d’el rei»<sup>46</sup>.

Outra das amantes de D. Afonso III que não o presenteou com um descendente foi Urraca Abril de Lumiães, neta de D. Urraca Afonso, bastarda de D. Afonso Henriques e, portanto, prima do Bolonhês. Mas, se não lhe deu um filho, deu-lhe um genro: Pedro Anes Gago, com quem D. Afonso III casou uma das suas filhas bastardas, também chamada Urraca Afonso. E isto prova, como José Mattoso escreveu, que a vida sexual da corte se caracterizava então por uma «efectiva promiscuidade»<sup>47</sup>...

Vale a pena acrescentar que muitas destas «barregãs» foram regamente presenteadas pelo monarca, sendo as doações feitas por documentos públicos e solenes, «confirmados pelos membros da cúria régia e pelos bispos do reino», numa clara demonstração de que «toda a corte se regozijava com a virilidade do rei!»<sup>48</sup>

Dessa exuberante virilidade foram fruto nove bastardos. De mães desconhecidas nasceram, pelo menos: (1) D. Fernando Afonso, cavaleiro da Ordem do Templo; (2) D. Gil Afonso, cavaleiro da mesma Ordem, que foi balio da Igreja de São Brás, em Lisboa; (3) D. Rodrigo Afonso, prior de Santarém, «nascido antes de 1258» e falecido «antes de 12 de Maio de 1272»; e (4) D. Urraca Afonso, primeira do nome, falecida a 4 de Novembro de 1281, no Mosteiro de Lorvão, onde «permaneceu até à morte no estado de donzela». Ou, como diz o seu epitáfio, no claustro daquele mosteiro: «Innocens puella & sina macula.»<sup>49</sup>

Outra virtuosa bastarda de D. Afonso III foi D. Leonor Afonso, primeira do nome, havida em Elvira Esteves. Freira da Ordem Seráfica, no Mosteiro de Santa Clara de Santarém, tomou em religião o nome de Helena de Santo António. Nunca quis ser abadessa, preferindo ser enfermeira. E, de acordo com Frei Manuel da Esperança, autor da *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, terá vivido até cerca de 1302, «em grande santidade»<sup>50</sup>.

Uma segunda filha ilegítima do Bolonhês recebeu o mesmo nome desta. Morreu sem geração, mas casou duas vezes: primeiro com D. Estêvão Anes de Sousa, senhor de Pedrógão e tenente de Chaves, e depois com o «conde» D. Gonçalo Garcia de Sousa, senhor de Neiva e alferes-mor de



D. Afonso III, que era tio do primeiro marido de D. Leonor Afonso. E isto demonstra, como José Mattoso sublinha, que «as regras canónicas dos impedimentos matrimoniais não preocupavam excessivamente os membros da corte» de D. Afonso III<sup>51</sup>. Esta D. Leonor Afonso, que deixou os seus bens ao Hospital de São João, em Lisboa, terá falecido a 26 de Fevereiro de 1291<sup>52</sup>.

O Bolonhês teve também um filho chamado Afonso Dinis, que, em muitos nobiliários, aparece como filho do primeiro casamento do monarca. Mas, sabemos hoje, por uma doação feita por D. Afonso III em 1278, que o bastardo nasceu de Maria (ou Marinha) Peres de Enxara. «Marina Petri de Enxara», diz o documento.

Afonso Dinis, que terá sido criado por Martim Pedro, clérigo, casou com D. Maria Peres Ribeira, bisneta da famosa Ribeirinha, que fora amante de D. Sancho I. Sobre aquela veio a recair, por morte de todos os seus irmãos, a representação – mas só a representação – da ilustre Casa de Sousa<sup>53</sup>.

O bastardo, que foi mordomo-mor da Rainha Santa Isabel, sua cunhada, teve cinco filhos: (1) D. Pedro Afonso de Sousa, «rico-homem da corte do seu primo, D. Afonso IV»<sup>54</sup>, tendo geração do seu casamento com Elvira Anes da Nóvoa; (2) D. Rodrigo Afonso de Sousa, senhor de Arraiolos e Pavia, que casou com Violante Ponço de Briteiros e teve uma filha; (3) D. Diogo Afonso de Sousa, senhor de Mafra, que casou e teve geração; (4) D. Garcia Mendes de Sousa, prior da Alcáçova de Santarém; e (5) D. Gonçalo Mendes de Sousa, que morreu sem geração.

Os dois primeiros tiveram também filhos fora de seus casamentos: Gonçalo Rodrigues de Sousa, Fernão Gonçalves de Sousa e Aires Rodrigues de Sousa, no caso do primeiro; e Diogo Lopes de Sousa, no caso do segundo.

Dois dos outros bastardos de D. Afonso III, Martim e Urraca Afonso, teriam nascido de uma moura que o rei conheceu e amou aquando da conquista do Algarve. Essa moura chamar-se-ia Madragana e, diz Frei António Brandão, seria filha de Aloandro ben Bekar, um dos alcaides mouros de Faro<sup>55</sup>. Convertida e baptizada, teria passado a chamar-se Mor Afonso.

Não há nenhuma dúvida de que Martim Afonso, por alcunha o *Chichorro*, «talvez por ser baixo»<sup>56</sup>, foi filho da moura. Nascido cerca de 1260 e criado por João Pires de Lobeira, casou com Inês Lourenço, filha de D. Lourenço Soares de Valadares e Maria Mendes, «incestuosa fidalga» que tivera amores com seu irmão, Gonçalo Mendes... Deste casamento houve cinco filhos, entre os quais um Martim Afonso Chichorro, rico-homem da corte de D. Dinis, que não casou mas foi pai de dois bastardos: Vasco Martins de Sousa e Martim Afonso de Sousa<sup>57</sup>.

Mas dúvidas há, e muitas, de que Urraca Afonso, segunda do nome, também fosse filha da moura. Tal era a lição dos livros de linhagens. Hoje, porém, «sabemos ser filha de Maria Afonso, provavelmente a dona de Santarém, já que Urraca herdará casas nessa cidade [...] que pertenciam a sua mãe e a João Redondo»<sup>58</sup>. Esta Urraca Afonso – que, como atrás se viu, D. Afonso III casou com o filho de uma amante sua – foi muito estimada por seu pai, a quem deu numerosos netos.

No rol dos bastardos do Bolonhês há quem inclua, ainda, um D. Henrique Afonso, de quem por junto se sabe que casou com uma D. Inês e morreu na guerra da Palestina. Mas são muitos os que duvidam da sua existência, apesar do epitáfio, «inverosímil e suspeitoso»<sup>59</sup>, que existe no Mosteiro de Santa Clara de Santarém e diz: «Aqui jaz o Infante D. Henrique Afonso, filho del-Rey D. Afonso III e sua mulher a Infanta D. Ignez.»<sup>60</sup>

A verdade é que o nome deste «infante» não consta do testamento de D. Afonso III, que contemplou nele todos os seus bastardos. Às filhas, arranhou-lhes bons maridos. Mas como era, além de bom pai, bom rei, tratou de fazer «casamentos políticos»<sup>61</sup>, destinados não apenas a garantir o futuro das bastardas mas também a controlar as famílias mais poderosas do Reino Portucalense, que nem todas faziam o favor de ser suas amigas.



Dos bastardos do rei Bolonhês descendem algumas das mais nobres famílias portuguesas, desde os duques de Bragança aos duques de Palmela, mas também a rainha Sílvia da Suécia, a famosa «Evita» Perón (ela própria uma bastarda), o antigo presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, o jornalista norte-americano Anderson Cooper ou o cantor espanhol Betin Osborne.

Desse rol de descendentes de D. Afonso III fazem ainda parte José Sócrates, Henrique Medina Carreira, Álvaro Laborinho Lúcio, os irmãos António e Manuel Pinto Barbosa, José Diogo Quintela ou António Mexia, que, descendendo de Afonso Dinis, como o jornalista Martim Avillez Figueiredo, descende ainda de Martim Afonso, o Chichorro, irmão (ou, melhor, meio-irmão) de Afonso Dinis.

Do Chichorro descende também D. Luís André de Pina Cabral e Vilas-Boas – o conhecido treinador de futebol, André Vilas-Boas – tal como o maestro Victorino d'Almeida e, é claro, suas filhas, as actrizes Maria e Inês de Medeiros. E de Urraca Afonso descendem, entre outros, o presidente do Futebol Clube do Porto, Jorge Nuno Pinto da Costa, ou a escritora e jornalista Isabel Stilwell.

Francisco Sá Carneiro também teve como antepassado o rei D. Afonso III, descendendo por linha directa de Afonso Dinis. O mesmo sucede com o jornalista Martim Cabral, que conta ainda como antepassadas D. Urraca Afonso e D. Teresa Sanches, e com o arquitecto Manuel Salgado, que também descende de Martim Afonso e de D. Teresa Sanches.

[40](#) Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), p. 244.

[41](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas* (Porto: 1997), vol. I, p. 168.

[42](#) Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 35.

[43](#) Cf. Douglas Richardson, *Plantagenet Ancestry – A Study in Colonial and Medieval Families* (Baltimore : Genealogical Publishing Company, Inc., 2004), p. 588; e Thierry Le Hôte, *La Dynastie Capétienne* (La Bonneville-sur-Iton: 1998), p. 121.

[44](#) José Mattoso, «O triunfo da monarquia portuguesa», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 911.

[45](#) Idem, *ibidem*, p. 919.

[46](#) Cf. Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p.212.

[47](#) José Mattoso, «O triunfo da monarquia portuguesa», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 912.

[48](#) Idem, *ibidem*.

[49](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 116.

[50](#) Cf. Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Lisboa: texto policopiado, 2005), p. 95.

[51](#) José Mattoso, «O triunfo da monarquia portuguesa», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p. 912.

[52](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 116.

[53](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, p. 274.

[54](#) José Augusto Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 236.

[55](#) António Brandão, *Quarta parte da Monarchia Lusitana: que contem a historia de Portugal desde tempo delRey Dom Sancho Primeiro, até todo o reinado delRey D. Afonso III* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632), p.220v. [<http://purl.pt/12677/4/>]

[56](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, p. 275.

[57](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas* (Porto: 1997), vol. I, pp. 173 ss.

[58](#) Ana Cristina Tavares da Fonseca, *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Lisboa: Texto policopiado, 2005), p. 92.

[59](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 116.

[60](#) Idem, *ibidem*, p. 116.

[61](#) Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 212.

## A FINA-FLOR DO REINO DE D. DINIS

**P**rimero e único deste nome, D. Dinis, o rei Trovador, nasceu em Outubro de 1261 e morreu em Janeiro de 1325. Casou a 24 de Junho de 1282 com D. Isabel de Aragão, a Rainha Santa, e desse casamento, que não foi muito feliz, nasceram apenas dois filhos: D. Constança, que foi rainha de Castela, e D. Afonso, que foi rei de Portugal. Bem mais numerosos foram os seus bastardos.

Com efeito, D. Dinis, que foi «mui dado a mulheres» e «não conversou poucas»<sup>62</sup>, teve, que se saiba, sete filhos ilegítimos, cada um dos quais nasceu de uma mãe diferente<sup>63</sup>. Esses bastardos, que Agustina Bessa-Luís considerou a «mais fina-flor do reino»<sup>64</sup>, foram: (1) D. Pedro Afonso, conde de Barcelos; (2) D. Afonso Sanches, senhor de Vila do Conde; (3) outro D. Pedro Afonso, que casou com Maria Mendes e pode estar sepultado na Sé de Lisboa; (4) D. João Afonso, senhor da Lousã, havido de Maria Pires, «boa dona do Porto»; (5) D. Fernão Sanches, «seguramente a figura mais discreta dos bastardos de D. Dinis»<sup>65</sup>, que recebeu de seu pai «largas mercês» e casou com D. Froile Anes de Briteiros, morrendo sem geração nos seus paços de Recardães, em Junho de 1329<sup>66</sup>; (6) D. Maria Afonso, havida de D. Marinha Gomes, «mulher nobre», que casou com D. João de Lacerda (bisneto do rei Afonso X de Castela) e de quem estranhamente o conde de Barcelos não fala no seu *Nobiliário*; e (7) outra D. Maria Afonso, havida talvez (segundo Frei Francisco Brandão) de Maior Afonso ou de Branca Lourenço de Valadares, que foi freira no Mosteiro de Odivelas, fundado por seu pai, onde ergueu um altar a Santo André e «acabou com opinião de Santa», no ano de 1320<sup>67</sup>.

Destes sete filhos, havidos fora do casamento, três merecem particular destaque, já pelos lugares que ocuparam na corte de seu pai, já pelo papel que desempenharam nos violentos conflitos que marcaram o termo do seu

reinado. São eles: Pedro Afonso, Afonso Sanches e João Afonso – que se envolveram todos na guerra feita a D. Dinis por seu filho legítimo, o infante D. Afonso. Essa guerra, assegura o conde de Barcelos, travou-se porque o herdeiro do trono, instigado por Gomes Lourenço de Beja, um vilão advogado que era filho de um carpinteiro, estava convencido de que o pai queria que lhe sucedesse e «reinasse Afonso Sanches, seu filho de barregã». Mas os melhores historiadores sustentam hoje que à guerra do infante se acrescentou uma outra – a que a grande nobreza senhorial fez ao rei Trovador, cujo poder considerava excessivo e, em todo o caso, ofensivo dos seus antigos direitos, honras e privilégios.

É evidentemente difícil saber se foram os senhores a aproveitar-se da guerra do infante, se foi o infante a aproveitar-se da guerra dos senhores. Juntou-se em todo o caso a fome com a vontade de comer – e, de 1319 a 1325, Portugal esteve a ferro e fogo, dilacerado por uma guerra civil que foi também, se não foi sobretudo, uma guerra entre irmãos.

O primeiro sinal deste conflito fratricida surgiu após a morte de D. João Afonso de Meneses, 1.º conde de Barcelos. Trineto de D. Sancho e da formosa Ribeirinha, tinha duas filhas, que se desentenderam sobre a herança. Uma, Teresa Martins Telo, era mulher de Afonso Sanches, com quem casara em Outubro de 1307; a outra, Violante Sanches, estava casada com Martim Gil de Sousa, que fora mordomo do infante D. Afonso e era alferes-mor do reino. As duas herdeiras recorreram à justiça régia. E a 3 de Janeiro de 1312, sete ou oito anos após a morte do conde, D. Dinis decidiu a causa: «Martim Gil herdou o título de conde de Barcelos, mas Afonso Sanches ficou com a maior parte da fortuna, isto é, o senhorio e o castelo de Albuquerque»<sup>68</sup>.

Ofendido com a decisão do monarca, Martim Gil exilou-se em Castela, onde morreu pouco depois. E, na sentença do rei, os grandes senhores viram – e terão feito o infante ver – uma demonstração do favorecimento de Afonso Sanches e uma prova da desordem reinante no regimento e na justiça do reino.

A partir daí, as relações entre D. Dinis e o seu herdeiro não mais deixaram de se agravar e, por 1316, estalou entre os dois uma guerra aberta, «fomentada por alguns nobres despeitados e saudosos de antigos privilégios feudais – que D. Dinis havia cerceado – mas também uma



guerra querida por Castela e Aragão, reinos interessados em enfraquecer Portugal no contexto da Península»<sup>69</sup>.

Os bastardos do Trovador dividiram-se pelos dois lados da barricada. D. Dinis teve a seu lado aquele que lhe era mais querido, Afonso Sanches, bem como João Afonso e Fernão Sanches, contando, além disso, com «os oficiais da corte, alguns nobres de segunda, o bispo de Évora, o deão do Porto e, importantíssimos aliados, os mestres das Ordens Militares». O infante D. Afonso, por seu turno, além do apoio da Rainha Santa, sua mãe, contava com «um punhado de grandes senhores e filhos segundos, a que se juntaram os bispos de Lisboa e Porto»<sup>70</sup>. Contava ainda com D. Pedro Afonso, futuro conde de Barcelos, seu meio-irmão, que, sendo mordomo da infanta D. Beatriz, mulher de D. Afonso, se considerava vassalo do herdeiro do trono e lhe reconhecia «senhorio».

D. Pedro Afonso foi o primeiro de todos os filhos, legítimos e ilegítimos, do rei D. Dinis, posto não se saiba exactamente quando nasceu. A maioria dos historiadores inclina-se para situar esse nascimento cerca de 1285 – ou seja, três anos depois do casamento do monarca com a princesa de Aragão e cinco anos antes do nascimento da infanta D. Constança, primeiro fruto daquele matrimónio<sup>71</sup>.

Filho de D. Grácia Anes, «mulher de qualidade, natural de Torres Vedras», senhora da Ribeira de Sacavém<sup>72</sup>, que era «proprietária de umas casas a par da Sé de Lisboa, onde seu filho veio a fundar um hospital, e de duas tendas à Porta de Ferro, doadas por D. Dinis», D. Pedro Afonso foi beneficiado pelo rei seu pai com «grandes e valiosas doações», a primeira das quais ocorreu em 1289. Entre esse ano e o de 1306, recebeu bens em Estremoz, Évora-Monte, Sintra e Tavira, bem como a terra de Gestaçô<sup>73</sup>. E, em 1307, foi nomeado mordomo da infanta D. Beatriz, sua cunhada.

Já então D. Pedro estaria viúvo de D. Branca Pires (ou Peres) Portel, com quem terá casado no último ano do século XII ou no primeiro do século seguinte. Herdeira de uma das maiores fortunas senhoriais daquele tempo<sup>74</sup>, D. Branca deu à luz um filho que «sobreviveu o tempo suficiente para seu pai [o dito Pedro Afonso] herdar a parte da casa de Sousa possuída por sua mãe»<sup>75</sup>.

Em 1308, o primogénito de D. Dinis voltou a casar, desta feita com Maria Ximenez Coronel, uma das damas que viera de Aragão com a

Rainha Santa e que esta se empenhou em unir ao bastardo do marido, requerendo a seu irmão, o rei Jaime II, que consentisse naquela união «por amor de nós e para nos fazerdes prazer»<sup>76</sup>.

Em 1314, D. Pedro Afonso foi feito conde de Barcelos, sucedendo ao 2.º conde, D. Martim Gil, seu parente por afinidade, a quem também sucedeu no posto de alferes-mor, que conservou até morrer<sup>77</sup>.

Quando, na guerra contra D. Dinis, tomou o partido do infante D. Afonso, seu meio-irmão, «houveram os outros irmãos deles mui grande escândalo e buscaram-lhe mal com el-rei seu pai» – como o próprio conde há-de escrever na sua *Crónica de Espanha de 1344*<sup>78</sup>. «E tanto foi crescendo este escândalo que houveram Dom Afonso Sanches e seu irmão [João Afonso] de ajuntar todos seus vassallos e amigos e ainda grande parte dos d’el-rei por seu consentimento e enviaram todo este poder com João Afonso que fosse fazer mal e desonra a seu irmão, o conde D. Pedro.» Desafiado, o conde de Barcelos, que «era muito amado dos filhos d’algo», reuniu «tantos vassallos e amigos que foram mãos que os outros». E esperou pelo ataque em Pinheiro de Ázere, próximo de Santa Comba Dão. Mas o combate não se travou porque o infante D. Afonso veio de Lisboa «por partir a contenda».

Depois disso, porém, «ordenou D. Afonso Sanches com el-rei que tolhesse a terra ao conde Dom Pedro e ele foi-se para Castela, e andou lá quatro anos e meio», entre 1317 e 1322. Durante esses anos, agravou-se o conflito entre D. Dinis e o seu filho legítimo – que, instigado por «mentirosas palavras» de intriguistas, não desistia de abater o poder e a influência que no pai tinha Afonso Sanches, em quem o monarca depositara toda a sua complacência.

O bastardo muito amado do rei Trovador (o qual, reconhece o conde de Barcelos, «fazia muito do que ele queria») era filho de D. Aldonça Rodrigues Talha. Nascido talvez em 1286 – mas, em qualquer caso, antes de 1289<sup>79</sup> –, Afonso Sanches tivera por tutores D. Pedro Afonso Ribeiro<sup>80</sup> e, mais tarde, a própria Rainha Santa, sua madrasta (por carta passada na Guarda, a 21 de Junho de 1298). Já então tinha recebido várias doações de seu pai, que o casou, antes de 1307<sup>81</sup>, com D. Teresa Martins Telo, filha do 2.º conde de Barcelos – e que, em 1312, o nomeou seu mordomo-mor. Afonso Sanches conservaria essas altas funções até 1322.

Perdeu-as porque foi essa uma das condições impostas pelo infante D. Afonso para firmar tréguas com o pai nesse ano de 1322. Mas essas tréguas não puseram definitivo termo à guerra civil. E só a 26 de Fevereiro de 1324, em Santarém, é que as pazes foram finalmente estabelecidas, depois dos esforços nesse sentido desenvolvidos pela Rainha Santa Isabel, «boa advogada de causas barulhentas e perniciosas»<sup>82</sup>, e também pelo conde de Barcelos, entretanto regressado de Castela. Com essas pazes, o infante, obtendo a solene garantia da sucessão do trono, alcançava também que Afonso Sanches fosse afastado da corte, a troco de dez mil libras que lhe foram dadas como compensação. O bastardo refugiou-se em Castela. Mas D. Afonso não o esqueceu nem lhe perdoou.

Mal subiu ao trono, após a morte de D. Dinis, a 7 de Janeiro de 1325, D. Afonso IV convocou as cortes para que o «recebessem» como rei e senhor e lhe prestassem menagem. Logo a seguir, tratou de perseguir o meio-irmão, exilado em Castela, não obstante ele ter reconhecido a sua realeza. Acusou-o de traição, confiscou-lhe os bens e condenou-o a desterro perpétuo. Afonso Sanches protestou, mas em vão. E, não sendo ouvido, resolveu agir.

«Pegou em armas, reuniu forças de Castela e invadiu Portugal, espalhando a lei do ferro e do fogo»<sup>83</sup> nas terras de fronteira, desde Trás-os-Montes até ao Alentejo. D. Afonso IV retribuiu na mesma moeda, visando em especial Albuquerque, que era «onde o adversário tinha sede e principais apoios»<sup>84</sup>.

A contenda durou três anos e só terminou porque Afonso Sanches adoeceu. Negociou-se então a paz, tendo o bastardo querido de D. Dinis obtido a restituição de todos os bens que lhe tinham sido confiscados. Assim que lhe foram devolvidos, morreu, sendo enterrado no Convento de Santa Clara, que fundara em Vila do Conde, de que era senhor. Deixou um filho, D. João Afonso de Albuquerque, o do Ataúde, 6.º senhor de Albuquerque, que foi mordomo-mor do rei D. Pedro I e deixou numerosa descendência, legítima e ilegítima.

Já então D. Afonso IV, cognominado *o Bravo*, menos por ser corajoso do que por ser violento, tinha mandado matar outro dos seus irmãos bastardos – João Afonso, que fora, também ele, mordomo-mor de D. Dinis e, depois, seu alferes-mor. Acusado de traição por se ter conluiado com

Afonso Sanches, «nosso inimigo», João Afonso fora condenado à morte por uma sentença de 4 de Julho de 1326, em que D. Afonso IV se declarava muito pesaroso por ter de castigar um «homem que se chama filho de El-Rei D. Dinis, nosso padre»<sup>85</sup>.

Senhor da Lousã, D. João Afonso deixara viúva D. Joana Ponce de Leon (bisneta de Afonso IX, rei de Leão e Castela), que lhe dera uma filha: D. Urraca Afonso, mulher de Álvaro Perez de Guzman, senhor de Manzanedo. Mas deixara também uma bastarda, Leonor Afonso, que casou com Gonçalo Martins Portocarreiro.

Quanto a D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, afastou-se da corte de seu irmão e foi viver para os seus paços de Lalim, na companhia de Teresa Anes de Toledo, sua amásia (e não, como alguns disseram, sua terceira mulher). Foi aí que coligiu trovas e cantigas, compôs o interminável *Livro de Linhagens* e redigiu a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Em 1347, tinha-se definitivamente separado de sua segunda mulher, D. Maria Ximenez Coronel, com quem, aliás, quase não coabitara. Com efeito, desde o seu casamento, marido e mulher tinham quase sempre vivido apartados um do outro. No ano em que se consumou a ruptura, o conde doou à condessa todos os bens que o casal possuía em Aragão, enquanto a condessa lhe doava a ele todos os bens que o casal tinha em Portugal e no Algarve<sup>86</sup>.

Figura central no panorama político e cultural português da primeira metade do século XIV (como o marquês de Castelo Melhor o descreve)<sup>87</sup>, D. Pedro Afonso morreu «entre 2 de Fevereiro e 5 de Julho de 1354»<sup>88</sup>, sendo sepultado no Mosteiro de S. João de Tarouca.



De D. Afonso Sanches descendem Paulo Portas, o líder do CDS, e Manuela Ferreira Leite, a ex-líder do PSD, bem como a actriz Sofia Sá da Bandeira e o jogador e treinador de futebol Luís Norton de Matos.

Álvaro Barreto, Pedro Teixeira Duarte (cujo avô casou com uma descendente do bastardo de D. Dinis), João e Vasco Pereira Coutinho (1.º

marquês de Pereira Coutinho, em Espanha), Eduardo Stock da Cunha e Salvador da Cunha Guedes também descendem do filho querido do rei Trovador – mas não da Rainha Santa, sua mulher.

[62](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 239.

[63](#) Rui de Pina, *Crónicas* (Porto: Lello & Irmão, 1977), p. 234.

[64](#) Agustina Bessa-Luís, *Adivinhas de Pedro e Inês* (Lisboa: Guimarães Editores, 1983), p. 225.

[65](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 243.

[66](#) Idem, *ibidem*.

[67](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 173.

[68](#) José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 162.

[69](#) Idem, *ibidem*, p. 484.

[70](#) Idem, *ibidem*.

[71](#) Anselmo Braamcamp Freire, que não propõe uma data para o nascimento de D. Pedro Afonso, sugere que ele teria casado a 10 de Dezembro de 1289, data em que o rei seu pai lhe fez a primeira doação, extensível aos seus legítimos sucessores. Não é fácil aceitá-lo. D. Dinis nasceu em 1261. Mesmo admitindo que tenha sido pai aos 14 anos (em 1275, portanto), o seu filho primogénito teria 12 anos se tivesse casado na data proposta por Braamcamp Freire. Mas também custa admitir que D. Dinis só tenha sido pai, pela primeira vez, com 24 anos de idade. A data de 1277, proposta por alguns historiadores, para o nascimento de D. Afonso Sanches acaba por ser bastante mais aceitável. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, p. 263.

[72](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 158.

[73](#) Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/GAV/3/1/5.

[74](#) Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 28.

[75](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, p. 265.

[76](#) Sebastião Antunes Rodrigues, *Rainha Santa* (Coimbra: Coimbra Editora, 1958), p. 140.

[77](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, p. 266.

[78](#) Cf. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 32.

[79](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 242.

[80](#) Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/MSMAR/G6M1/19. A carta de tutoria tem a data de 18 de Março de 1293.

[81](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, p. 268.

[82](#) Agustina Bessa-Luís, *Adivinhas de Pedro e Inês* (Lisboa: Guimarães Editores, 1983), p. 28.

[83](#) José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. II, p. 484.

[84](#) Idem, *ibidem*.

[85](#) Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 70.

[86](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, p. 268.

[87](#) Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 29.

[88](#) José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 241.



## A BASTARDA DO REI BRAVO

**D**o seu casamento com a infanta D. Beatriz de Castela, teve D. Afonso IV (1291-1357) sete filhos, quatro dos quais «não terão sobrevivido ao primeiro ano de vida»<sup>89</sup>. Dos três restantes, D. Pedro foi rei de Portugal; D. Maria, a primogénita, foi rainha de Castela; e D. Leonor, que morreu com 20 anos, foi, por pouco tempo embora, rainha de Aragão.

Fora do seu casamento, afirmam alguns que D. Afonso IV não teve descendência – o que não seria para estranhar num monarca que tanto se empenhou em «tolher os usos e costumes que são contra a vontade de Deus e a prol [o bem] comunal», combatendo especialmente os «adulterios com mulheres alheias» e os «homens casados que tiverem barregãs». A estes chegou aliás a castigar com a pena de morte<sup>90</sup>.

Sucedo, porém, que o rei Bravo foi, na opinião de autorizados genealogistas<sup>91</sup>, o pai de uma D. Maria, ou Maria Afonso, de Portugal, nascida em 1316 e falecida em 1384. Esta bastarda casou com D. Fernando Afonso, senhor de Valência de Campos e grão-mestre da Ordem de Santiago, que era bisneto do rei Afonso X da Castela, e deu-lhe três filhos: (1) D. João, marechal de Castela; (2) D. Pedro; e (3) D. Fernando, monge na Ordem de São Jerónimo.

Além desta bastarda, disseram as más-línguas que D. Afonso IV também fora pai de uma criança nascida de D. Violante Sanchez, outra «bastarda real», filha do rei Sancho IV de Castela e Leão e de Maria Alfonso de Ucerro. Mas nenhuma prova foi apresentada dessa relação nem ninguém nomeou alguma vez este ou qualquer outro putativo bastardo do rei Bravo.



Teve D. Maria Afonso, a putativa bastarda de D. Afonso IV, uma numerosa descendência, que chegou aos dias de hoje. Dela fazem parte, entre outros, quatro dos presidentes da República da Colômbia, que governaram aquele país sul-americano entre 1861 e 1998: Júlio Arboleda Pombo, Guillermo León Valencia Muñoz, Carlos Llera Restrepo e Ernesto Samper Pizano.

[89](#) Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 27.

[90](#) Cf. Idem, *ibidem*, p. 90.

[91](#) Cf. Francisco Fernandez de Bethencourt, *Historia Genealógica y Heraldica de la Monarquía Española, Casa Real y Grandes de España* (Sevilha: Fabiola de Publicaciones Hispalenses, 2001), T. II, p. 144.

## EL-REI BASTARDO

**E**m 1383, nas Cortes de Coimbra, o Doutor João das Regras deu a entender que o rei D. Pedro I, em toda a sua vida, só uma vez estivera bem casado: com D. Branca de Castela, sua primeira mulher. Todos os casamentos que celebrara ou dizia ter celebrado depois não eram válidos, porque esse primeiro matrimónio, tendo sido consumado, nunca fora anulado e a infanta espanhola não morrera antes das outras esposas do monarca. Daí resultava que todos os filhos do rei Cruel eram bastardos – e não valiam mais do que D. João, Mestre de Avis, o filho que D. Pedro houvera fora dos seus casamentos.

O Doutor João das Regras era o melhor advogado da aclamação do Mestre como rei de Portugal. E, por isso, dizem muitos, as suas palavras não deviam ser levadas a sério. Não deviam pelo menos ser levadas à letra. É verdade. Mas verdade é também que a história dos casamentos de D. Pedro constitui ainda hoje um intrincado novelo muito difícil de deslindar.

Sabe-se que a sua primeira mulher foi – ou devia ter sido – a infanta D. Branca, filha de D. Pedro, regente de Castela, e da princesa Maria de Aragão. Segundo uns, o casamento com a infanta castelhana não chegou a realizar-se, tendo a noiva sido devolvida ao reino em que nascera por ser apoucadinha de corpo e de espírito. Segundo outros, tratou-se de um casamento celebrado mas não consumado. E há ainda quem defenda que esse casamento, celebrado em 1325, foi consumado, sendo o único casamento legítimo que o monarca celebrou.

Em qualquer caso, D. Pedro voltou a casar em 1339 – desta feita com D. Constança Manuel, filha do príncipe de Vilhena e mulher do rei Afonso XI de Castela. Este repudiara-a antes de consumir o matrimónio – para casar, três anos depois, com a infanta D. Maria de Portugal, irmã mais velha de D. Pedro I.

Na sua companhia D. Constança Manuel trouxe D. Inês de Castro, uma dama galega por quem D. Pedro logo se perdeu de amores e que se tornou sua amante. O monarca viria a casar com ela após a morte da sua segunda mulher, ocorrida em 1349. Mas, segundo o próprio D. Pedro dirá, este seu casamento foi secreto, pelo muito medo que tinha de seu pai, tendo-se realizado em dia de que ele «não se lembrava», no ano de 1350. Esta declaração, feita em Cantanhede, em Junho de 1360, levantou, desde sempre, as maiores dúvidas – e a Igreja nunca aceitou que D. Pedro tivesse alguma vez casado com Inês de Castro. Até porque seria, em qualquer caso, um casamento ilegítimo: D. Inês era prima de D. Pedro, já que ambos eram netos de Sancho IV, *o Bravo*, rei de Castela; e era, além disso, sua comadre, por ter sido madrinha do infante D. Luís, filho primogénito de D. Pedro e de D. Constança, que morreu menino.

Há, no entanto, quem não tenha dúvidas de que D. Pedro casou efectivamente com Inês de Castro, sustentando, porém, que este matrimónio se realizou antes do casamento com D. Constança Manuel. É essa nomeadamente a opinião de Agustina Bessa-Luís, que assegurou ter o matrimónio sido celebrado em 1335. O que torna as coisas ainda mais confusas e complicadas, fazendo pender sobre o rei Cruel a suspeita de bigamia ou, mesmo, de trigamia.

Se nunca foi anulado o casamento de D. Pedro com D. Branca (que só faleceu em 1375), então os casamentos com D. Constança e com D. Inês não foram válidos – e os filhos deles nascidos são todos ilegítimos. Se, por outro lado, D. Pedro, tendo repudiado D. Branca com justa causa, casou com D. Inês antes de casar com D. Constança, então D. Fernando foi, antes de D. João I (também filho de D. Pedro!), o primeiro bastardo a sentar-se no trono de Portugal.

Finalmente, se o casamento de D. Pedro com D. Inês nunca existiu, então os três filhos nascidos dessa união – D. Beatriz, D. João e D. Dinis – foram ilegítimos. E, se apenas existiu a partir da data em que D. Pedro afirmou tê-lo celebrado, então só por esse casamento foram legitimados os filhos da «mísera e mesquinha», que era, também ela, uma bastarda.

De facto, Inês de Castro foi o fruto dos amores de seu pai, D. Pedro Fernandes de Castro, *o da Guerra*, com D. Aldonça Lourenço de Valadares, que não era sua legítima esposa. E quem a criou foi D. Teresa Martins, mulher de Afonso Sanches, o bastardo querido do rei D. Dinis,

que D. Afonso IV execrava – o que pode ter contribuído para que o rei Bravo não a apreciasse como nora...

Dê-se, porém, de barato que tudo se passou como D. Pedro disse que se tinha passado. Ou seja: que não casou – ou casou mas não consumou o casamento – com D. Branca de Castela, em 1325; que casou depois, em 1339, com D. Constança Manuel; e que, tendo enviuvado, casou, finalmente, em 1350 (ou em 1354), com D. Inês de Castro.

Do seu primeiro casamento não teve evidentemente filhos. Do segundo, nasceram três: (1) D. Luís, o afilhado de Inês de Castro, que morreu ao nascer, em 1340; (2) D. Maria, que casou com Fernando de Aragão, marquês de Tortosa; e (3) D. Fernando, que foi rei de Portugal. E do terceiro, mas antes de ele ter sido celebrado, nasceram outros quatro filhos: (1) D. Afonso, que morreu pouco depois de nascer; (2) D. João; (3) D. Dinis; e (4) D. Beatriz, todos legitimados pelo suposto matrimónio de seus pais.

Além destes filhos, que serão legítimos ou não, conforme a posição que se adopte quanto aos casamentos de D. Pedro com D. Constança Manuel e com D. Inês de Castro, o rei Cruel foi pai do mais famoso dos bastardos reais – D. João, *o de Boa Memória*, que as cortes elegeram para suceder a seu meio-irmão D. Fernando, *o Formoso*. E, segundo a *História Genealógica*, terá tido ainda uma filha bastarda, de nome desconhecido, que se criou no Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, e a quem o monarca deixou «cinco mil libras para casamento»<sup>92</sup>. Mas dela não há mais novas nem mandados.

D. João I foi o último dos filhos de D. Pedro I. Nascido por 1357, foi entregue aos cuidados de Lourenço Martins, honrado cidadão de Lisboa, que morava junto à Sé, sendo depois confiado aos cuidados do mestre de Cristo, D. Nuno Freire de Andrade. Mas, tendo falecido Frei Martim (ou Martinho) Avelar, mestre da Ordem de Avis, em 1362, foi D. João ocupar o seu lugar. O rei seu pai, muito «ledo», armou-o cavaleiro, beijou-o e abençoou-o<sup>93</sup>. O bastardo teria então sete anos e era, segundo Oliveira Martins, «rapaz manhoso, atrevido, audaz sim, mas nunca temerário».

Por essa altura, D. Pedro concedeu umas casas na mouraria de Avis à mãe de D. João<sup>94</sup>, que se chamava Teresa Lourenço e – dizem Fernão Lopes e Rui de Pina, entre muitos outros – seria natural da Galiza, de onde

veio para Lisboa como dama da infanta D. Constança<sup>95</sup>. Mas Frei Manuel dos Santos, na *Monarquia Lusitana*, garante que D. Teresa pertencia a uma família minhota, a dos Almeidas, e era parente do mestre de Cristo<sup>96</sup>. Por seu turno, António Caetano de Sousa limita-se a assegurar na sua *História Genealógica* que «ninguém duvida da nobreza desta dama»<sup>97</sup>. Outros autores dizem outras coisas ainda. Por isso, não se pode afirmar, sem margem para dúvidas, quem realmente era a mãe de D. João I. A questão continua em aberto e muito provavelmente não será nunca esclarecida.

Pouco ou nada se sabe das primeiras duas décadas da vida de D. João, conhecendo-se, no entanto, os seus amores com Inês Pires, que era – segundo Soares da Silva – filha de Pêro Esteves e Leonor Anes, «pessoas de conhecida nobreza». Entre 1370 e 1380 dar-lhe-á dois filhos, como mais adiante se verá melhor.

Não parece que D. João tenha frequentado a corte de seu pai, que, falecido em 1367, quando o bastardo tinha dez anos, não o contemplou no seu testamento. Mas, na corte de seu irmão, o formoso D. Fernando, teve assídua presença, que não era, aliás, muito apreciada pela rainha Leonor Teles, talvez porque o filho de Teresa Lourenço era dos melhores amigos do filho de Inês de Castro que tinha o mesmo nome que ele.

Este D. João – doravante designado por D. João de Castro – tinha cinco anos mais do que o outro, porque nascera, provavelmente em Bragança, pelo ano de 1352. Era, na descrição de Fernão Lopes, homem «bem composto em parecer e feições, e comprido de boas manhas»<sup>98</sup>. Nas Cortes de Évora de 1361, D. Fernando fez-lhe doação de muitas terras, um pouco por todo o país: Porto de Mós, Seia, Lafões, Oliveira do Bairro, etc. E, durante a primeira guerra fernandina com Castela, nomeou-o fronteiro-mor entre o Tejo e o Guadiana. Na segunda, D. João de Castro acompanhou D. Fernando quando este se encontrou com o rei de Castela. Participou nas Cortes de Leiria, em Novembro de 1376 – e foi considerado por Fernão Lopes «o maior do reino».

Mas, tendo-se apaixonado por Maria Teles, irmã de Leonor e, portanto, cunhada de D. Fernando, casou com ela às ocultas. Este casamento deixou preocupada a *Aleivosa*, cognome que o povo dera a Leonor Teles: D. João de Castro gozava de grande prestígio na corte e no reino, «era amado dos



povos e dos fidalgos», como escreveu Fernão Lopes. Podia por isso constituir uma ameaça a que D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e D. Leonor, sucedesse a seu pai no trono. Para melhor garantir as hipóteses da infanta, Leonor Teles prometeu então a D. João casá-la com ele. Era, porém, necessário remover de cena D. Maria Teles – o que o próprio D. João se encarregou de fazer. Acusando-a de «me poerdes as cornas dormindo com outrem», assassinou-a barbaramente, enquanto o filho de ambos dormia «na câmara contígua à da mãe, quando ela foi assassinada»<sup>99</sup>. Foi isto, segundo parece, em Novembro de 1379<sup>100</sup>.

Andou algum tempo fugido. Mas, regressado à corte, percebeu que o prometido casamento com D. Beatriz nunca se realizaria. E, por isso, D. João de Castro decidiu acolher-se à protecção do rei de Castela – ao serviço do qual travará a terceira guerra fernandina (1381-1382), cercando Trancoso, tentando atacar Lisboa por mar, sitiando Elvas e Almeida. Em Castela também casará, entre 1379 e 1380, com D. Constança, senhora de Alba de Tormes, filha ilegítima do rei Henrique II. E em Castela encontrará seus irmãos, D. Dinis e D. Beatriz. Esta tinha-se casado, em Março de 1373, com D. Sancho, conde de Albuquerque e Haro, filho bastardo do rei Afonso XI de Castela, que o teve de Leonor de Guzman.

D. Dinis, por seu turno, residia em Castela desde que se recusara a beijar a mão de D. Leonor Teles – mostrando assim «a displicência e dissabor que lhe causava»<sup>101</sup> o casamento do rei Formoso. Este estivera para o matar, o que o obrigou a andar escondido e, depois, a refugiar-se no reino vizinho, onde, muitos anos mais tarde, o rei Henrique II lhe dará por mulher uma outra das suas filhas bastardas – D. Joana, havida de Joana, senhora de Cifuentes.

A devoção de D. João de Castro ao rei de Castela e os serviços que lhe prestou não evitaram que, após a morte de D. Fernando, em 1383, o monarca, casado com a herdeira do rei Formoso, o mandasse prender no castelo de Almonacid. Nada que deva surpreender ou indignar: o filho de Inês de Castro era, para muitos portugueses, o legítimo herdeiro da coroa que o rei de Castela sustentava pertencer, pelas leis e pelos tratados, à rainha D. Beatriz, sua mulher.

Entre os portugueses que desejavam ver coroado o infante D. João de Castro, contava-se então o Mestre de Avis, cujas relações com a rainha

Aleivosa e seu amante, o conde de Ourém, João Fernandes Andeiro, estavam longe de ser pacíficas. Ainda em vida do rei D. Fernando, seu meio-irmão, o filho de Teresa Lourenço fora maltratado, sendo acusado de correspondência com o rei de Castela. Preso no castelo de Évora, o Mestre de Avis encomendou-se a Cristo e fez promessa de ir ao Santo Sepulcro, em Jerusalém, se saísse vivo da sua prisão. Acabou por ser libertado por D. Leonor Teles, a cujos pés se ajoelhou, pedindo para ser esclarecido sobre os motivos da sua detenção. Não obtendo nenhum esclarecimento da rainha, foi ao Vimeiro, onde estava D. Fernando, doente, para pedir ao meio-irmão que lhe explicasse porque fora preso. Também não ficou esclarecido. E começou a ponderar refugiar-se em Castela, como sucedera com seus irmãos, filhos de Inês de Castro. Acabou por permanecer no reino.

Em Maio de 1383, acompanhou a infanta D. Beatriz, sua sobrinha, a Badajoz, onde a princesa uniu os seus destinos aos do rei de Castela. Em Outubro, perdeu seu irmão mais velho e viu D. Leonor proclamar-se, pela graça de Deus, Rainha, Governadora e Regedora dos Reinos de Portugal e do Algarve – enquanto o rei de Castela reclamava a aclamação de sua mulher como rainha de Portugal.

O povo de Lisboa revoltou-se. E, a 6 de Dezembro, o Mestre de Avis foi ao paço matar o conde Andeiro, assumindo a chefia da revolta popular. Proclamado Defensor e Regedor do Reino, tratou com D. Nuno Álvares Pereira de fazer frente ao invasor, que conseguiu derrotar. A peste que grassou nos arraiais castelhanos e chegou a tocar D. Beatriz deu uma preciosa ajuda ao levantar do cerco castelhano. E, quando o rei de Castela partiu, o Mestre de Avis foi venerado como o Messias de Lisboa. Não tardaria a ser aclamado rei de Portugal.

Nas Cortes de Coimbra de 1385 havia três «partidos»: o Partido Legitimista, que apoiava os reis de Castela; o Partido Legitimista-Nacionalista, que defendia o infante D. João; e o Partido Nacionalista, que defendia o Mestre de Avis<sup>102</sup>. Foi este quem ganhou a contenda, beneficiando nomeadamente da prisão do filho de Inês de Castro. Com efeito, se em Portugal se desejava que reinasse um português, tudo recomendava – por muitos e bons direitos que assistissem a D. João, futuro duque de Valência de Campos – esquecer a sua candidatura e

defender a do outro D. João, Mestre de Avis, que estava livre em Portugal e podia assim fazer frente ao maior perigo, representado pelo terceiro João desta disputa, o rei de Castela. Mas, depois de as Cortes de Coimbra aclamarem a realeza do Mestre de Avis e este ter vencido a batalha de Aljubarrota, o filho de Inês de Castro tornou-se feroz inimigo do novo monarca português. Libertado da sua prisão pelo rei de Castela, D. João recebeu dele o encargo de governar Portugal em seu nome. E foi com o título de regente que atravessou a fronteira para combater o rei de Boa Memória, seu meio-irmão.

Os combates chegaram ao fim em Novembro de 1389, com as tréguas de Monção. E, de regresso à corte castelhana, D. João foi feito duque de Valência do Campo. Mas o rei de Castela morreu no ano seguinte, sucedendo-lhe Henrique III – que, filho do primeiro casamento de seu pai, com D. Leonor de Aragão, não tinha qualquer direito à coroa de Portugal nem estava disposto a alimentar guerras com o país vizinho.

D. João de Castro continuou a reivindicar a coroa de seu meio-irmão, mas sem contar com apoios políticos e militares para fazer vencer a sua causa. E por 1397 morreu, deixando vários filhos: (1) D. Fernando de Eça, nascido do seu primeiro casamento, um «devasso acabado», que tinha o «fraco» de casar, «chegando ao ponto de ter às vezes três e quatro mulheres vivas», e um «nunca acabar de filhos», que, segundo os nobiliários, podem ter sido quarenta e dois<sup>103</sup>; (2) D. Maria; (3) D. Beatriz e (4) D. Joana de Portugal, filhas do segundo casamento; e (5) D. Afonso, senhor de Cascais; (6) D. Pedro da Guerra (que se acolheu à protecção do rei de Boa Memória ainda em vida de seu pai, fazendo-lhe D. João I «grandes mercês e honras»); (7) D. Fernando de Portugal, senhor de Bragança; e (8) D. Beatriz Afonso, bastardos.

Mas quem lhe herdou a causa foi seu irmão mais novo, o infante D. Dinis. Aclamado rei pelos portugueses exilados em Castela, com aplauso da rainha D. Beatriz, filha de D. Fernando, tentou fazer valer o que dizia ser os seus direitos, entrando em Portugal pela fronteira da Beira. Derrotado, não voltou a tentar a sua sorte. Mas não renunciou às suas pretensões. Falecido nos primeiros anos do século XV, sua filha, D. Beatriz, construiu-lhe um mausoléu no Mosteiro de Guadalupe, onde D. Dinis é declarado rei de Portugal...



De D. João I descendem, por via legítima ou ilegítima, todos os reis que depois dele reinaram em Portugal – mas também muitos dos príncipes que reinaram (ou ainda reinam) em Espanha, França, Alemanha e Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Hungria, Boémia, Baviera, Polónia, Saxónia, Liechtenstein, Württemberg, Bulgária, Roménia, Jugoslávia, Itália, Etrúria, Parma, Sardenha, Toscana, Brasil ou México. Para só falar nos mais importantes descendentes do bastardo de D. Pedro I.

[92](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 231.

[93](#) Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), pp. 16-17.

[94](#) Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 179.

[95](#) Cf. José Soares da Silva, *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo del rey D. João o I* (Lisboa: Oficina de José António da Silva, 1730), T. I, p. 45.

[96](#) Cf. Frei Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009), T. VIII.

[97](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa: Academia Portuguesa de História & Quidnovi, 2007), vol. II, p. 3.

[98](#) Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei D. Fernando* (Lisboa: Escriptório, 1895), vol. II, p. 133. [cf. <http://purl.pt/419/2/>]

[99](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, pp. 96-97.

[100](#) Idem, *ibidem*, p. 94.

[101](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. XIII, p. 87.

[102](#) Marcello Caetano, *A Crise Nacional de 1383-1385* (Lisboa: Verbo, 1985), pp. 17-18.

[103](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, p. 97.

## A BASTARDA DO FORMOSO

O último rei da primeira dinastia, «formoso em parecer e muito vistoso»<sup>104</sup>, não foi um modelo de virtudes. «Mancebo valente, ledado e namorado, amador de mulheres e chegador a elas», como Fernão Lopes o descreve na sua crónica, D. Fernando esteve para casar primeiro com a infanta D. Leonor de Aragão, de quem alguns disseram nunca «tão feia coisa» terem visto. Mas esse casamento, contratado para obrigar o pai da noiva a participar na primeira guerra fernandina contra os castelhanos, acabou por não se realizar. E outro foi contratado, com outra Leonor – a filha de Henrique II, *o Bastardo de Trastâmara*.

Esse matrimónio ficou assente em 1371, quando Portugal e Castela firmaram as Pazes de Alcoutim. Mas também ele não veio a efeito, porque D. Fernando conheceu, entretanto, uma terceira Leonor, a famosa e formosa Leonor Teles, por quem ficou «ferido de amor». O monarca desejou-a para amante; mas ela declarou que só casada se deitaria com ele. E D. Fernando fez-lhe a vontade, sem dar nenhuma importância ao facto de Leonor Teles ser a legítima esposa de João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, a quem já dera um filho, Álvaro da Cunha, e estava prestes a dar outro. Invocando impedimentos canónicos para o primeiro casamento da sua amada, D. Fernando apropriou-se dela.

Munido das dispensas papais que oportunamente requerera para contrair matrimónio, João Lourenço ainda tentou contrariar o rei. «Mas vendo que não lhe cumpria porfiar muito em tal feito deu à demanda lugar que se vencesse cedo e foi-se para Castela, por segurança de sua vida.» Diz-se que, no reino vizinho, andou sempre com um chapéu decorado com um corno de ouro, para que todos pudessem conhecer a dolorosa razão do seu exílio forçado. E assim foi que D. Fernando se uniu a D. Leonor Teles de Meneses, primeiro às ocultas (ou a furto, como então se dizia) e, a seguir, «de praça», provocando o seu casamento «grão nojo a Deus, aos fidalgos e a todo o povo»<sup>105</sup>.

Leonor Teles não foi, contudo, o primeiro amor do rei Formoso, que, sendo «mancebo e ledo e homem de prola», se apaixonou por D. Beatriz, sua irmã – ou, mais exactamente, sua meia-irmã, por ser filha de D. Pedro e de D. Inês de Castro. Teve por ela, no dizer do cronista, uma «afeição mui continuada», de que «veio a nascer nele tal desejo de a haver por mulher que determinou em sua vontade casar com ela, cousa que até aquele tempo não fora vista». Ao que parece, chegou a dar alguns passos nesse sentido. E, em qualquer caso, «eram os jogos e falas entre eles tão amiúde, misturados com beijos e abraços e outros desenfadamentos de semelhante preço, que fazia a alguém ter a desonesta suspeita da sua virgindade ser por ele minguada»<sup>106</sup>.

Estes incestuosos amores poderão ter tido um fruto – D. Isabel, uma menina nascida em 1364, quando D. Fernando ainda era solteiro. Há quem a diga filha de D. Beatriz, o que não parece de todo impossível<sup>107</sup>. Mas a maioria dos historiadores e genealogistas declaram-na havida de mãe desconhecida.

A única bastarda do rei Formoso (desde que se admita ter sido legítimo o seu casamento com D. Leonor Teles) estivera acertada para casar com D. João, filho do conde de Barcelos e sobrinho da rainha, que «morreu de tenra idade». E, como dote do seu casamento, recebeu a cidade de Viseu e as vilas de Celorico, Linhares e Algodres<sup>108</sup>. Mas, depois de D. Fernando assinar com o Bastardo de Trastâmara o Tratado de Santarém, que, em Março de 1373, pôs termo à segunda guerra fernandina, assentou-se que D. Isabel casaria com o conde de Gijón e Noronha, D. Afonso Henriques, que tinha 18 anos e era o primeiro dos 15 filhos bastardos de Henrique II.

O jovem conde, porém, «não anuiu de bom grado ao casamento, nem nos desposórios nem quando posteriormente se tratou de o efectuar». Fugiu para Avinhão, de onde só regressou «apertado pelas ameaças paternas e a muito custo, ante o altar, disse o sim sacramental»<sup>109</sup>, em 1378. Mas não consumou o casamento.

Morto o rei seu pai, D. Afonso pediu e, em 1379, obteve o divórcio – «mas dele não se aproveitou, pois que não só consumou o matrimónio como teve de sua mulher vários filhos»<sup>110</sup>. E D. Isabel, esposa exemplar ou pura e simplesmente agradecida, nunca deixou de estar ao lado do marido, a quem acompanhou nas guerras que ele fez ao rei D. João de

Castela, seu meio-irmão. Sofreu por isso a prisão, a confiscação dos seus bens e o exílio.

Após a morte do conde de Gijón, em Marans (França), no ano de 1395, D. Isabel regressou a Portugal, trazendo consigo seis filhos: (1) D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e pai de nada menos do que sete filhos, todos evidentemente bastardos; (2) D. Fernando de Noronha, conde de Vila Real pelo seu casamento; (3) D. Sancho, primeiro conde de Odemira; (4) D. Henrique de Noronha, capitão da gente de guerra na tomada de Ceuta; (5) D. João de Noronha, sem descendentes; e (6) D. Constança de Noronha, primeira duquesa de Bragança pelo seu casamento com D. Afonso, filho de D. João I, de quem não teve geração.



De D. Isabel descendem, entre muitos outros, o escritor e jornalista Tiago Rebelo, o pintor Luís Noronha da Costa e a fadista Teresa Tarouca, que igualmente descende de Afonso Dinis e Urraca Afonso, bastardos de D. Afonso III. A condessa de Noroña e Gijón é ainda antepassada de Guilherme d'Oliveira Martins, que também descende de D. Teresa Sanches e D. Afonso Dinis (bastardos de D. Afonso III), e do advogado Francisco Teixeira da Mota, que, sendo descendente de D. Teresa Sanches, D. Urraca Afonso e Martim Afonso Chichorro, descende também por via bastarda do rei Afonso IX de Castela.

[104](#) Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei D. Fernando* (Lisboa: Escripório, 1895), vol. I, p. 5 [cf. <http://purl.pt/419/2/>].

[105](#) Idem, *ibidem*, p. 191.

[106](#) Idem, *ibidem*, p. 182.

[107](#) Luis de Mello Vaz de São Payo, «Escandaloso Incesto na Corte Portuguesa do Século XIV», in *Estudos Transmontanos e Durienses*, nº 13/2007, pp. 6 ss.

[108](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. I, p. 260.



[109](#) Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. I, p. 47.

[110](#) Idem, *ibidem*.

## II

### Os bastardos de Avis

## OS BASTARDOS DO REI BASTARDO

O único bastardo que foi rei de Portugal teve, também ele, filhos fora do casamento: um rapaz e uma rapariga, nascidos antes de D. João I casar com D. Filipa de Lencastre. O rapaz chamou-se Afonso e viu a luz entre 1370 e 1377; a rapariga recebeu o nome de Beatriz e veio ao mundo entre 1378 e 1380. Discute-se ainda hoje o nome de sua mãe. Mas a maioria dos historiadores e genealogistas entende que eles nasceram da relação do rei de Boa Memória, quando era ainda mestre da Ordem de Avis (e estava por isso obrigado à castidade), com Inês Pires, que era muito provavelmente filha de Pêro Esteves, *o Barbadão*<sup>111</sup>. Conheceram-se, ao que se diz, numa cerimónia religiosa da Ordem. E só se separaram quando D. João casou. Inês saiu então da sua casa, ao pé da Cordoaria Velha, em Lisboa, e recolheu-se no Convento de Santos, de que se tornou comendadeira.

D. Beatriz tinha pouco mais de 13 anos quando se tratou do seu casamento em Inglaterra. A ideia do consórcio partiu da rainha D. Filipa de Lencastre, sua madrasta, que o recomendou vivamente ao rei Henrique IV de Inglaterra, seu irmão. Acordou-se então que D. Beatriz havia de casar com Tomás Fitzalan, conde de Arundell, que «foi um dos primeiros entre os nobres que ajudaram Henrique de Bolingbroke, o filho de João de Gaunt, duque de Lencastre, a conquistar a coroa de Inglaterra»<sup>112</sup>.

O contrato nupcial foi assinado a 21 de Abril de 1404. E, em Outubro de 1405, D. Beatriz partiu para Inglaterra. «Foi por mar com muita honra», diz o *Livro da Noa* de Santa Cruz de Coimbra, levando um avultado dote de 50 mil coroas. Acompanhou-a seu irmão, D. Afonso.

«A chegada a Inglaterra no princípio de Novembro foi solene. E solene também foi o casamento a 16 do mesmo mês, celebrado na presença de Henrique IV e de toda a corte, na capela gótica de Lambeth, que fica sobre a margem direita do Tamisa», escreve o conde de Sabugosa, que acrescenta: «Era o conde de Arundell a esse tempo um rapaz alto, forte, espadaúdo, e realizando o perfeito tipo da raça a que pertencia»<sup>113</sup>.

Celebrado o matrimónio, partiu D. Beatriz para os domínios de seu marido, acompanhando-a sua dama favorita, Inês de Oliveira. Viveu tempos felizes. Mas, aos 23 anos, ficou viúva – depois de Tomás falecer, vítima de uma epidemia, a 13 de Outubro de 1415, o dia em que ele completava 34 anos.

Sem filhos, D. Beatriz teve de abandonar o castelo de Arundell. Possuía, no País de Gales, as terras que constituíam as suas arras. Os herdeiros do marido contestaram-lhe a posse, invocando a sua qualidade de estrangeira. Mas ela fez-lhes frente e venceu-os.

Em 1432, John Holland, conde de Huntingdon, filho do duque de Exeter, pediu a mão da condessa viúva de Arundell. E o casamento celebrou-se. Em 1439, acompanhou o marido, que foi combater para França. E, achando-se em Bordéus, adoeceu e, a 25 de Outubro, morreu. A instâncias da família do primeiro marido, foi o seu corpo trasladado para Inglaterra e enterrado no «sumptuoso mausoléu da capela de S. Nicolau», ao lado do conde com quem primeiro casara.

\* \* \*

O outro bastardo de D. João I (que foi, aliás, o primeiro de todos os seus filhos, legítimos ou ilegítimos) nasceu entre 1370 e 1377, numa casa à Porta da Aira, junto ao Tejo, que era pertença de Rui Penteado. Afonso foi criado por Gomes Martins de Lemos, seu aio, que morava em Leiria e nesta vila viveu até 1401, ano em que D. João Io legitimou para ele casar, a 8 de Novembro, com D. Brites (ou Beatriz) Pereira de Alvim, única filha de D. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, que era, também ele, um bastardo.

Com a mulher, que era condessa de Barcelos e Arraiolos, D. Afonso recebeu muitas e boas terras: a vila de Chaves e o seu termo, as terras de Penafiel, Basto e Montalegre e várias quintas, honras, coutos e julgados, além do título de conde que, a pedido do sogro, seu pai lhe concedeu. Tornou-se assim o mais opulento senhor do reino.

Do seu casamento nasceram três filhos. O primeiro foi D. Afonso, conde de Ourém e, depois, marquês de Valença («o primeiro marquez que ouve neste reino»<sup>114</sup>), que teve de uma Brites de Sousa («que ele à hora da morte mandou chamar para receber por mulher e quando chegou era já

morto»<sup>115</sup>) um filho, D. Afonso de Portugal, que terá sido bispo de Silves e foi com certeza bispo de Évora, sendo considerado uma das personagens mais interessantes do Renascimento português. D. Afonso, que morreu em 1460, ainda em vida de seu pai, teve três filhos bastardos – o primeiro dos quais, D. Francisco, será conde de Vimioso.

Nasceu depois D. Fernando, «quasi parvo, a que chamavão epicondriaco e se fazia pote e outras cousas galantes»<sup>116</sup>. Foi o segundo duque de Bragança e casou com D. Joana de Castro, que lhe deu oito filhos. Por fim, nasceu D. Isabel, que casou com o infante D. João, seu tio, filho legítimo do rei de Boa Memória.

Em 1405, depois de ter acompanhado sua irmã a Inglaterra, D. Afonso visitou várias cortes europeias. Por 1410, esteve em Jerusalém, para venerar o Santo Sepulcro, tendo sido honrosamente recebido pela senhoria de Veneza quando por lá passou.

Depois de ter sido decidida a conquista de Ceuta, em 1415 (ano em que enviuvou), D. Afonso levantou gente nas províncias da Estremadura e Entre-Douro-e-Minho – e com ela foi embarcar ao Porto. Assumiu o cargo de capitão da capitania real e, na conquista da cidade, diz Azurara, bateu-se valorosamente.

De regresso a Portugal, recebeu de seu pai novas mercês, que D. Duarte acrescentou quando subiu ao trono, em 1433. Durante o reinado de seu meio-irmão gozou, aliás, de muito valimento. Mas, aquando da frustrada conquista de Tânger, em 1437, o seu conselho, que era contrário a ela, não foi seguido.

Após a morte do rei Eloquentes, colocou-se ao lado de D. Leonor, a rainha viúva (e triste), a quem D. Duarte confiara a regência, na menoridade de D. Afonso V. E encabeçou o partido que se opunha à intervenção de D. Pedro (seu meio-irmão) no governo do reino e de que faziam parte o arcebispo de Lisboa (neto bastardo do rei D. Fernando) e muitos fidalgos da Beira e de Entre-Douro-e-Minho.

Quando, na sequência das Cortes de Lisboa de 1439, o infante tomou o poder, assumindo a regência, o bastardo quis dar-lhe luta. E esteve a ponto de o fazer em Mesão Frio. Mas D. Afonso, conde de Ourém, seu filho primogénito, evitou o confronto, logrando reconciliar o pai com o tio. Com esta reconciliação, que foi, aliás, de curta duração, ganhou D.

Afonso, em finais de 1422, o título de duque de Bragança. Mas não era suficiente para aplacar a sua ambição.

Escreve Oliveira Martins: «O bastardo de D. João I, insaciável, ansioso por vingar com o poder e com a riqueza a inferioridade da sua origem, perante irmãos mais nobres a todos os respeitos, conseguiu penetrar também: subir, voando como um falcão, ou insinuar-se, rojando-se como uma serpente: trepar até sobre o cadáver do desgraçado de Alfarrobeira e, ganhando afinal, com o ducado de Bragança, um lugar ao lado dos duques de Viseu e de Coimbra, fazer desse posto o degrau que levou também ao trono os seus descendentes.»<sup>117</sup>

D. Afonso ambicionou para o filho o título de Condestável do Reino, que fora de seu sogro. Mas D. Pedro já o reservara para o seu próprio filho, também chamado Pedro, que viria a ser mestre de Avis e, depois, rei de Aragão. Por isso, os dois irmãos voltaram a zangar-se. E a oposição do duque de Bragança ao regente não mais teve descanso. Em 1446, quando o rei atingiu a maioridade, D. Afonso tratou de o incompatibilizar com D. Pedro. Este acabou por ser afastado da corte pelo sobrinho, que era também seu genro. Em 1447, com efeito, D. Afonso V casara com D. Isabel, filha do duque de Coimbra e da condessa de Urgel, sua mulher.

Caído em desgraça no ano seguinte ao casamento da filha, D. Pedro foi acusado pelo partido do duque de Bragança de ter envenenado a rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte (que faleceu em Castela, no ano de 1445), e de ter mesmo tentado matar D. Afonso V, para sentar no trono o seu filho. O príncipe defendeu-se como pôde. Mas sem sucesso.

Em Outubro de 1448, D. Afonso V, o rei Africano, chamou D. Afonso à corte. Mas aconselhou-o a vir bem acompanhado de homens e armas, uma vez que tinha de atravessar as terras do Mondego, que pertenciam a D. Pedro. O duque de Bragança marchou sobre Lisboa na Semana Santa de 1449, à frente de um exército de três mil homens, mas o duque de Coimbra não lhe consentiu a passagem pelos seus domínios, pelo que D. Afonso foi forçado a mudar o itinerário. E, quando chegou à corte, apresentou queixa contra o antigo regente. Reunido o conselho do rei para apreciar o protesto, foi D. Pedro declarado rebelde e desleal ao monarca. E este decidiu ir submeter pelas armas o sogro e os seus partidários.

Enfrentou-os e derrotou-os a 20 de Maio de 1449, em Alfarrobeira, perto de Alverca, numa batalha em que D. Pedro perdeu a vida.

D. Afonso viverá mais uma dúzia de anos, na companhia de sua segunda mulher, D. Constança de Noronha, filha daquele conde de Gijón e Noronha que casou com a bastarda do rei D. Fernando. Morrerá, «carregado de anos», em Chaves, no ano de 1461, «riquíssimo, poderosíssimo, na plena satisfação das suas grandes ambições», como escreveu Oliveira Martins.



Teve o 1.º duque de Bragança uma copiosa e ilustre descendência – imperadores, reis, príncipes, fidalgos e plebeus. Dela fazem parte o actual duque de Bragança, é claro, mas também o rei de Espanha ou o rei dos Belgas, o grão-duque do Luxemburgo e os príncipes soberanos do Mónaco ou do Liechtenstein, o conde de Paris, o chefe da Casa de Áustria e o príncipe herdeiro da Jugoslávia. Mas a ela pertencem igualmente o cónego João Seabra e frei Hermano da Câmara (que, também por via bastarda, é descendente do rei Luís XV de França), os jornalistas Maria João Avillez, Miguel Sousa Tavares e Sofia Pinto Coelho, os fadistas Maria Ana Bobone ou Vicente e José da Câmara, além de vários nomes sonantes da política portuguesa como António Capucho, José Pacheco Pereira, José Miguel Júdice, Leonor Beleza ou Teresa Patrício Gouveia. E ainda o cineasta António-Pedro Vasconcelos, os cavaleiros tauromáquicos António e João Ribeiro Teles, o cozinheiro José Avilez e os actores Francisco Nicholson e Rui Mendes.

[111](#) A alcunha de *Barbadão* veio-lhe do facto de ter deixado crescer as barbas como manifestação de nojo ou luto pela situação em que a filha se colocara, ao tornar-se amante de D. João, que o *Barbadão* quis aliás matar. Mas, sabendo que o Mestre de Avis era o primeiro a compreender o desgosto do «sogro», o *Barbadão* decidiu não ajustar contas com ele.

[112](#) Conde de Sabugosa, *Donas de Tempos Idos* (Lisboa: s/d), p. 66.

[113](#) Idem, *ibidem*, pp. 74-75.



[114](#) Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), vol. IV, p. 606.

[115](#) Idem, *ibidem*.

[116](#) Idem, *ibidem*, p. 608.

[117](#) Cf. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Guimarães Editores, 1958), vol. I, p. 9. O duque de Coimbra era o infante D. Pedro, e o duque de Viseu o infante D. Henrique.

## O BASTARDO QUE NUNCA EXISTIU?

**F**ilho herdeiro de D. João I e marido de D. Leonor de Aragão, o rei D. Duarte teve cinco filhos legítimos: (1) D. Afonso V; (2) D. Fernando, duque de Viseu, que foi pai do rei D. Manuel I; (3) D. Leonor, que casou com Frederico III, imperador da Alemanha; (4) D. Catarina; e (5) D. Joana, que foi rainha de Castela pelo seu casamento com Henrique IV, o *Impotente*.

Sobre isso, D. Duarte foi autor de dois livros, que lhe valeram o cognome de *Eloquente*: o *Leal Conselheiro* e *A Arte de Bem Cavalgar Toda a Sela*. No capítulo XXX da primeira destas obras, que trata «Do pecado da luxúria», escreve o monarca:

«Para guarda deste pecado, nosso primeiro fundamento deve ser amar e prezar virgindade e castidade quanto se mais puder fazer, havendo-a por grande virtude, que muito desejamos sempre haver e possuir. E porque todo o homem com grande diligência guarda o que muito ama e preza, quem esta virtude muito amar e prezar por a bem guardar se afastará das ocasiões e azos por que a possa perder.»

Mas um dia terá havido na vida do rei Eloquente – um dia, pelo menos –, em que ele pode não ter resistido à tentação da carne, cometendo o pecado da luxúria, «que tantos sabedores e grandes pessoas tem vencido». E isto porque D. Duarte poderá ter sido pai de um bastardo.

A história tem barbas, remontando «já à primeira metade de Quinhentos»<sup>118</sup>, mas continua a suscitar muitas dúvidas e reservas entre os historiadores pátrios. Anselmo Braamcamp Freire, o célebre autor dos *Brasões da Sala de Sintra*, por exemplo, recusa-se a aceitar a hipótese de D. Duarte ter tido um filho fora do casamento, com razões que Luís Miguel Duarte, o mais recente biógrafo do rei Eloquente, considera

«impossível não acompanhar»<sup>119</sup>. O monarca seria o modelo das virtudes que apregoava no seu livro. Contudo, os argumentos que apresenta contra António Caetano de Sousa não convenceram muitos genealogistas, como Felgueiras Gayo<sup>120</sup>, por exemplo, que, na pegada do autor da *História Genealógica*, continuam a afirmar a existência do bastardo de D. Duarte. Veríssimo Serrão, na sua *História de Portugal*, também o faz<sup>121</sup>.

Seria ele D. João Manoel – ou D. João Manoel de Portugal e Vilhena, como alguns historiadores e genealogistas preferem chamar-lhe – e teria nascido, em data que se ignora, dos amores do rei com D. Joana Manoel de Vilhena. Esta era «uma senhora de qualidade» que, dizem uns, veio para Portugal com a rainha D. Leonor de Aragão e, afirmam outros, era dama da rainha D. Filipa de Lencastre. Se D. Joana Manoel era dama de D. Leonor, D. João Manoel é filho adúlterino; se, porém, era dama de D. Filipa, então pode o bastardo ter nascido antes do casamento de seu pai, celebrado em 1429.

D. João Manoel foi dado à luz em Lisboa, sendo recolhido no Mosteiro do Carmo, onde se diz que D. Nuno Álvares Pereira, *o Santo Condestável*, o criou «com estimação». Educado em «virtuosos princípios e ilustrado nas belas letras», tomou o hábito carmelita e, prosseguindo os estudos, «saiu bom letrado».

Provincial da Ordem do Carmo, em 1441, foi mandado a Roma para tratar da dispensa que era necessária ao casamento do rei Africano com D. Isabel, sua prima, filha do infante D. Pedro. Trouxe da Cidade Eterna a dispensa requerida – e o título de Bispo Titular de Tiberíades. Em 1443, foi feito bispo de Ceuta e primaz de África. E, em 1450, D. Afonso V nomeou-o seu capelão-mor. Nove anos depois, foi nomeado bispo da Guarda. Mas não tomou posse da diocese.

O rei nunca reconheceu este seu filho, que, por isso, nunca foi tratado como tal. Explica o autor da *História Genealógica*: «Somente ao pai compete fazer semelhante declaração» e, não a tendo feito D. Duarte, mais ninguém a podia fazer. Por isso, «mal podia El-Rei D. Afonso V conferir-lhe aquela honra que seu pai não lhe dera»<sup>122</sup>.

Mas D. João Manoel aceitou o seu estatuto com «talento e discrição». E reconheceu perante o rei Africano, seu meio-irmão, que «a quem seu pai encobriu o real sangue, que lhe dera a natureza, bem é que Vossa Alteza

lho negue». Ainda assim, «em muitas ocasiões depois [D. Afonso V] confessar o parentesco»<sup>123</sup>.

De uma Justa Rodrigues Pereira, «mulher solteira» e nobre, que depois fundou o Mosteiro de Jesus, em Setúbal, «em que acabou com vida exemplar»<sup>124</sup> e com quem, sendo moço, o bispo «teve trato», houve dois filhos: D. João Manoel, alcaide-mor de Santarém, mordomo-mor de D. Manuel I e embaixador em Castela, e D. Nuno Manoel, guarda-mor do rei D. Manuel, almotacé-mor e senhor de Salvaterra de Magos. Ambos foram legitimados por D. Afonso V, em 1475, e tiveram copiosa e ilustre descendência.



De D. João Manoel de Vilhena descendem empresários como Diogo Vaz Guedes ou Vasco de Mello, banqueiros como Fernando Ulrich, políticos como Nuno Brederode Santos, escritores como José Blanc de Portugal ou fadistas como Nuno da Câmara Pereira.

<sup>118</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 18.

<sup>119</sup> Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), pp. 259-261.

<sup>120</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), vol. VI, p. 544.

<sup>121</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (Lisboa: Verbo, 1996), vol. II, p. 356.

<sup>122</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa: Academia Portuguesa de História & Quidnovi, 2007), vol. XII, p. 225.

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>124</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), vol. VI, p. 544.

## O BASTARDO ESCONDIDO

**D**om Afonso V, *o Africano*, tinha 15 anos quando casou, em 1447, com a infanta D. Isabel, sua prima, filha do infante D. Pedro, *o das Sete Partidas*. Desse casamento nasceram três filhos: (1) D. João, que morreu menino; (2) D. Joana, *a Princesa Santa*, que morreu solteira; e (3) um outro D. João, *o Príncipe Perfeito*, que sucedeu a seu pai. Depois, em 1455, enviuvou. Tinha 23 anos de idade e não voltou a casar. Mas, envolvido na guerra que a grande nobreza de Castela fez ao seu rei, Henrique IV, *o Impotente*, ponderou por duas vezes novo casamento: a primeira, em 1465, com a irmã do monarca castelhano, D. Isabel, e a segunda, dez anos depois, com a filha dele, D. Joana, que era, aliás, sua sobrinha. Mas nenhum desses casamentos veio realmente a efeito.

O primeiro casamento foi proposto a D. Afonso V por Henrique IV, que estava casado em segundas núpcias com a infanta D. Joana, irmã do rei de Portugal. Com esta aliança matrimonial, o Impotente pretendia obter o apoio do cunhado para derrotar os seus inimigos, que tinham por essa altura aclamado um novo rei – o infante D. Afonso, meio-irmão de Henrique IV, que passou à história como o «rei de Ávila». O matrimónio foi negociado por D. Afonso V com a rainha de Castela, sua irmã, e dessas negociações resultaram umas capitulações que foram assinadas na Guarda, a 12 de Setembro de 1465<sup>125</sup>. Mas D. Isabel, que era por esse tempo uma menina de catorze anos, recusou unir-se a um monarca que podia ser seu avô e guardou-se para casar com Fernando II de Aragão – o que fez às escondidas de seu irmão (e seu rei), em 1469.

O segundo casamento destinava-se a defender os direitos ao trono castelhano de sua sobrinha, a infanta D. Joana de Castela, filha de Henrique IV e de D. Joana de Portugal, sua segunda mulher. Era ela a legítima herdeira de seu pai e como tal tinha sido jurada após o seu nascimento. Mas, depois, os inimigos do monarca, querendo sentar no trono um dos seus tios – o infante D. Afonso, primeiro; e a infanta D.

Isabel, depois – afirmavam que D. Joana não era, porque não podia ser, filha do Impotente, dando-a por fruto dos amores adúlteros de sua mãe com Beltran de la Cueva, um dos favoritos de seu pai, que teria, aliás, promovido o adultério. E, por isso, os inimigos da princesa chamavam-lhe a Beltraneja.

Em 1464, Henrique IV aceitou reconhecer seu irmão D. Afonso como herdeiro do trono castelhano desde que o infante se tornasse seu genro, casando com D. Joana, a quem as cortes nessa altura não tiveram dúvidas em dar o título e o tratamento de princesa – o que correspondeu a um ínvio reconhecimento da sua legitimidade. Mas esse casamento não chegou a realizar-se. E, em 1467, Henrique IV, para conservar o trono, repudiou a filha, que tinha cinco anos de idade e foi, nessa altura, retirada à mãe. Esta, declarada adúltera pelo rei seu marido, foi mandada prender num castelo próximo de Valladolid.

Foi aí que a rainha conheceu Pedro de Castilla y Fonseca, um bisneto do rei Pedro I de Castela, por quem se apaixonou. Desses amores nasceu um par de gémeos, que D. Joana, tendo conseguido fugir da sua prisão, deu à luz no lugar de Buitragos (Madrid), em 1496. Pedro Apóstolo e André de Castela e Portugal – como haveriam de ser chamados – não foram criados pela mãe, que se recolheria a um convento. O pouco que deles se sabe é que casaram e, segundo alguns genealogistas, não tiveram filhos, extinguindo-se assim a geração daqueles que são, muito provavelmente, os únicos filhos ilegítimos que uma princesa portuguesa teve.

Em finais de 1474, Henrique IV morreu, não sem antes voltar a afirmar a legitimidade de sua filha. D. Joana reclamou os seus direitos à coroa de Castela, que Isabel, a futura Rainha Católica, reivindicava para si. D. Afonso V resolveu tomar a defesa da sobrinha. E foi para dar mais força à causa de D. Joana que o rei de Portugal prometeu casar com ela. O casamento chegou a ser celebrado, por procuração, em Maio de 1475. Mas o papa Sixto IV (que confirmara o casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão, mau grado os laços de consanguinidade) não concedeu as necessárias dispensas e o rei Africano conformou-se com a vontade do sumo pontífice, deixando a sobrinha solteira – mas não desamparada.

Em defesa da sua realeza, invadiu Castela. Foi, porém, derrotado na Batalha de Toro, a 1 de Março de 1476. E, não tendo conseguido obter do

rei de França, Luís XI, a ajuda de que carecia para vencer aqueles que serão depois chamados Reis Católicos, foi obrigado a reconhecer a sua derrota e a renunciar ao trono do país vizinho – o que fez pelo Tratado das Alcáçovas, assinado a 4 de Setembro de 1479.

D. Joana veio então para Portugal, onde era considerada a Excelente Senhora. Recolheu-se ao Mosteiro de Santa Clara de Santarém e, depois de professar, à Casa das Clarissas de Coimbra. Em 1487, ainda se falou no seu casamento com o rei de Navarra. Mas D. Joana permaneceu solteira – e assim morreu, em 1530, no Paço das Alcáçovas, onde D. João II, depois de a ter retirado do convento, lhe deu casa e estado de rainha.

Não obstante o seu celibato, houve quem dissesse que D. Joana houvera, do rei D. Afonso V, seu tio, um filho. «Esse rebento do régio tálamo foi enviado, ainda criança, para a ilha da Madeira e aí se criou, rodeado de grandezas como quem era, mas proibido absolutamente de sair da ilha.» Isto escreve César da Silva, que acrescenta: «Chamou-se D. Gonçalo de Avis Trastâmara, mas ajuntou aos seus nobres apelidos de família o de Fernandes, certamente por assim lhe ter sido imposto por seu irmão, o *Príncipe Perfeito*, e por esse modo ficou confundido na massa dos habitantes plebeus da ilha da Madeira. A seu tempo e como simples particular casou com uma dama da localidade e teve prole.»<sup>126</sup> Nada parece mais longe da verdade histórica.

Ainda assim, um genealogista madeirense, Luiz Peter Clode, compôs uma obra sobre a *Descendência de D. Gonçalo Afonso d’Avis Trastâmara Fernandes – O Máscara de Ferro Português*<sup>127</sup>, onde declina a descendência de Gonçalo Fernandes de Andrade, filho de João Fernandes de Andrade e de Beatriz de Abreu. Segundo Henrique Henriques de Noronha, no seu *Nobiliário da Ilha da Madeira*,<sup>128</sup> Gonçalo Fernandes «criou-se em casa d’a Excelente Senhora D. Joanna, e foi Vedor d’o Infante D. Fernando, Pae d’El Rei D. Manuel». Estabeleceu-se na Madeira «por mandado d’a ditta Senhora com bôa e luzida Casa, sem se dar a conhecer, nem se saber quem fossem até o presente seus Paes. Fez seu assento n’a Ribeira d’os Soccorridos; porém, levando-lhe uma chêa as casas, a mudou para a Calhêta, e em um sítio, a que chamão a Serra d’Agua, de quem elle tomou o nome, fabricou casas e uma Ermida de Nossa Senhora d’a Conceição, a que avinculou sua terça, tomandoa com



muito luzimento, e bôas pinturas em que poz por Armas as quinas portuguesas sôbre uma cruz, e com estas mesmas sellou o testamento com que faleceu em 13 de Junho de 1539 annos, e jaz enterrado n'a dicta Egreja»<sup>129</sup>.

Para o marquês de Abrantes, genealogista ilustre, a «ascendência real» de Gonçalo Fernandes não passa de uma lenda sem qualquer verosimilhança, bastando olhar para a cronologia: como podia o vedor do infante D. Fernando, que morreu em 1470, ser fruto de um «casamento» celebrado em 1475?<sup>130</sup>

\* \* \*

Quanto a D. Afonso V, é sabido que sempre gozou da fama de ser muito casto. Rui de Pina assegura, na sua *Crónica*, que o monarca foi de «mui louvada continência porque havendo não mais de 23 anos ao tempo que a Rainha sua mulher faleceu, sendo aquela idade de maiores pungimentos e alterações da carne, tendo para isso disposições e despejo, foi depois acerca de mulheres muito abstinente, ao menos cauto [...]»

Mas um descuido – pelo menos – pode ter tido. E assim foi que, estando no Porto, entre Novembro de 1465 e Fevereiro de 1466, ter-se-ia tomado de amores por D. Maria da Cunha, que era sobrinha de Fernão Coutinho, conselheiro régio, em casa de quem D. Afonso V então estava, e haveria de casar com D. Sancho de Noronha.

Desses amores nasceria Álvaro Soares da Cunha, que, em Outubro de 1523, obteve licença de D. João III para andar de mula e que, à hora da morte, com 90 anos de idade, fez questão em declarar que D. Afonso V «tivera parte» com D. Maria, sendo moça, «a emprenhara e viera a parir» um filho – ele próprio, Álvaro Soares da Cunha, «fidalgo cidadão do Porto», de que foi vereador por três vezes e guarda-mor um ano, «no tempo da peste»<sup>131</sup>.

Luiz de Mello Vaz de São Payo, a quem a existência deste bastardo real não oferece quaisquer dúvidas (ao contrário do que sucede com a maior parte dos genealogistas), conta que D. Afonso V, de regresso ao Porto, em 1476, contemplou D. Maria da Cunha com uma pensão. E quatro anos depois, estando no Alvito, foi-lhe apresentado o bastardo – que D. Afonso V terá reconhecido, mas apenas a título particular<sup>132</sup>.

[125](#) Tarcisio de Azcona, «Capitulaciones matrimoniales entre Alfonso V de Portugal y Isabel de Castilla en 1465», in *Edad Media: revista de historia*, nº 5 (2002), pp. 135-159.

[126](#) César da Silva, *O Prior do Crato e a sua época* (Lisboa: João Romano Torres, s/d), p. 93, que remete para o artigo sobre Rodrigues Fernandes que se pode ler no *Dicionário Portugal*, T. VI, p. 373.

[127](#) Luiz Peter Clode, *Descendência de D. Gonçalo Afonso d'Avis Trastâmara Fernandes – O Máscara de Ferro Português* (Funchal: Governo Regional da Madeira, 1988).

[128](#) O título exacto da obra é *Nobiliário genealogico das famillias q passaram a viver à Ilha da Madeira desde o tempo do seu descobrimento q foi no anno de 1420...* [BNP, Cod. 1324].

[129](#) Cf. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=190715](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=190715).

[130](#) Marquês de Abrantes, «Pretensões, pretendentes & C<sup>a</sup>», in *Armas e Troféus*, VI Série, Tomo II, 1989/90, pp. 29-72.

[131](#) Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas e outros, *Carvalhos de Basto – A descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*, vol. I (Porto: edição dos autores, 1979), pp. 36-37.

[132](#) Luís de Mello Vaz de São Payo, *Terá D. Afonso V tido um Filho Natural?* (Lisboa: Gráfica Portuguesa, 1986).

## O BASTARDO DO PRÍNCIPE PERFEITO

O casamento de D. João II, *o Príncipe Perfeito*, com D. Leonor, a rainha das Misericórdias, sua prima, não foi feliz. E também não foi fértil. Dele nasceu apenas o príncipe D. Afonso, que veio ao mundo em 18 de Maio de 1475. Não foi este, no entanto, o único filho de D. João II.

O rei, que desde «mancebo» apreciou «folgar em coisas de amores» – como escreveu Garcia de Resende – tinha, segundo um outro cronista, tamanha «fragilidade no sexto mandamento que, ao mais leve aceno que lhe fizessem, acudia logo a ofender a Deus»<sup>133</sup>. Não surpreende por isso que, mesmo depois de casado, as aventuras galantes do Príncipe Perfeito tivessem continuado.

Ora, em Março de 1476, D. João II conheceu, em Toro, D. Ana de Mendonça, «mulher muito fidalga e moça de mui nobre geração» (como Garcia de Resende a descreve), que era filha de Nuno Furtado de Mendonça e aia da infanta D. Joana, *a Excelente Senhora*. Em Junho desse ano voltou a encontrá-la no Porto. Perdeu-se de amores por ela. E, quando D. Joana se estabeleceu em Lisboa, D. João fez dela o grande amor da sua vida.

Desse amor foi fruto um menino que nasceu em Abrantes, a 12 de Agosto de 1481, e que um autor mais imaginativo garante ter sido concebido nos bosques de Cernache do Bonjardim...<sup>134</sup> Baptizado com o nome de Jorge, quis D. João II que fosse criado pela princesa D. Joana, sua irmã, no Mosteiro de Jesus, em Aveiro, onde ela estava. E mandou-lho pedir por intermédio do Provincial da Ordem de São Domingos. A princesa, vendo que «isto não era coisa que fizesse turvação ao mosteiro, fez de boa vontade, com conselho dos Padres, o que El-Rei seu irmão lhe pedia»<sup>135</sup>, como escreve Frei Nicolau Dias na sua *Vida da Sereníssima Princesa D. Joana*.

D. Jorge entrou no mosteiro com três meses de idade, acompanhado apenas pela ama que o criava, e D. Joana cuidou dele como se fosse seu

próprio filho. D. João II concedeu à irmã o senhorio de Aveiro, para melhor prover à educação do bastardo, de que foi encarregado o humanista Cataldo Parísio Sículo, Doutor em Direito pela Universidade de Ferrara, que o rei mandara vir de Itália para o servir como secretário. Foi isto em 1487. Anos mais tarde, o mestre de D. Jorge dirá que foi pai, mãe e médico dele, tendo além disso removido a dureza de sua tia<sup>136</sup>.

Esta caiu gravemente doente cinco anos depois. Fez o seu testamento, deixando ao sobrinho «o pendente das três pedras e o pendente da esmeralda»<sup>137</sup>. Depois, sentindo a morte aproximar-se, mandou chamá-lo e fez-lhe uma longa prática. «Filho (lhe disse) encomendo-vos muito a minha alma, a qual é este Mosteiro de Jesus; lembrai-vos sempre que entraste nele de três meses e que vos criei vestida de burel, chorando e cantando. Muito vo-lo encomendo e assim a todos os meus criados. Trabalhai muito por serdes virtuoso, temerdes e amardes muito a Deus, e Ele seja sempre convosco e vos dê a sua bênção.»<sup>138</sup>

Depois, «benzendo-o três vezes», mandou que nunca mais trouxessem D. Jorge à sua presença. E, assim que D. Joana morreu, a 12 de Maio de 1490, «levaram-no ao mosteiro dos padres de Nossa Senhora da Misericórdia e entregaram-no ao bispo do Porto, D. João de Azevedo». Mas D. João II queria-o perto de si, pelo que pediu à rainha sua mulher que, «sem alguma paixão das muitas que em seu nascimento recebera», acolhesse na corte o bastardo, que tinha então nove anos de idade.

D. Leonor, «esquecida já de paixões e descontentamentos passados»<sup>139</sup>, acedeu ao pedido do marido, dispondo-se a substituir a cunhada e a cuidar do enteado, «como a seu próprio filho». D. Jorge veio então para Évora, onde a corte se encontrava. E a rainha D. Leonor, «com mostranças de tanta honra e amor como nela havia», passou a tratar de «todas as coisas que à sua vida, ensino e criação cumpriam»<sup>140</sup>.

Foi sol de pouca dura. A 11 de Junho de 1491, o príncipe D. Afonso morreu de uma queda de cavalo em Santarém, levando consigo o sonho de reunir na mesma cabeça, a sua, todas as coroas de Espanha, tanto as que herdaria de seu pai como as que lhe viriam dos seus sogros, os Reis Católicos. Mas, sobretudo, D. João II perdia a única pessoa que, sendo carne da sua carne e sangue do seu sangue, lhe podia suceder no trono. O

Príncipe Perfeito pensou, porém, que não estava tudo perdido. Podia legitimar D. Jorge. E foi exactamente isso que deliberou fazer.

O primeiro passo que deu foi desastroso: retirou o bastardo da tutela da rainha, com o pretexto de evitar a D. Leonor «uma viva causa de se aumentar a sua mágoa» e entregou D. Jorge aos cuidados de D. João de Almeida, conde de Abrantes, guarda-mor da pessoa do rei. A rainha, que era irmã do duque de Beja, a quem cabia a sucessão de D. João II na falta de herdeiro directo, ficou muito sentida com a decisão do marido e declarou que nunca mais voltaria a ver D. Jorge nem, muito menos, o admitiria nas suas casas. Com isto ficou evidentemente prejudicado o desígnio que animava o rei de transformar o bastardo em seu legítimo herdeiro e sucessor. Mas D. João II não desistiu.

O passo seguinte foi pedir ao papa o mestrado da Ordem de Santiago para D. Jorge, «que não contava mais de onze anos», para ele solicitando também o governo e administração da Ordem de Avis. Os pedidos foram deferidos a 29 de Dezembro de 1491, pela bula *Eximiae devotionis*, e, em Abril do ano seguinte, na Igreja de São Domingos, em Lisboa, D. Jorge recebeu a obediência dos comendadores e cavaleiros das duas ordens, ao mesmo tempo que seu pai lhe dava por aio e governador da sua casa o Prior do Crato, D. Jorge de Almeida.

Com isto, o bastardo – que Jerónimo Münzer descreverá como um jovem «inteligente», «douto» e «cultivadíssimo», que recitava e compunha versos, sendo, para a sua idade, bastante conhecedor de Horácio, Virgílio e outros autores<sup>141</sup> – dispunha agora de um exército às suas ordens, o que não deixou de preocupar os «parciais do Duque de Beja, que tinham por si o apoio e a influência valiosíssima dos Reis Católicos»<sup>142</sup>. Estes, como D. João II insistisse nas suas congeminações e diligências para legitimar D. Jorge, decidiram mandar-lhe uma embaixada que o monarca recebeu em Setúbal, onde se encontrava, em Maio de 1494. Isabel de Castela e Fernando de Aragão – declararam os seus embaixadores – tinham ouvido «dizer e lhes foi dado a entender de modo muito afinçado» que o Príncipe Perfeito deliberara «nomear seu sucessor e príncipe herdeiro deste seu reino de Portugal para depois da sua vida ao Senhor D. Jorge»<sup>143</sup>. Ora, essa era uma «coisa muito feia e injusta e de grande pecado e mui escandalosa e de muito mau exemplo», pelo que os

Reis Católicos não podiam acreditar no que lhe diziam. Mas, «se fosse verdade», queriam advertir o rei de Portugal para os inconvenientes, espirituais mas também «corporais e temporais», que tal resolução comportaria.

Poderia nomeadamente suceder que algum príncipe estrangeiro «disse e supusesse que a ele pertencia a sucessão deste reino». Era, por exemplo, o caso do rei dos romanos, filho legítimo da imperatriz D. Leonor, irmã de D. Afonso V. Mas podia haver outros príncipes. Por isso, rematavam os embaixadores, as suas reais majestades pediam a D. João II que apartasse e não desse lugar ao propósito que se dizia ter matéria de sucessão da coroa. Até porque do seu casamento com a rainha podiam ainda nascer mais filhos; ou podia suceder que, morrendo a rainha, voltasse D. João a casar e ter filhos – legítimos, já se sabe. Havia que confiar na misericórdia de Deus e não tomar decisões que O ofendiam.

D. João II declarou que «nunca tal coisa tinha pensado», até porque «ele e a rainha sua mulher estavam numa tal idade que ainda poderiam ter filhos legítimos». Quanto a D. Jorge, era seu filho e queria-lhe bem, até porque «ele era de querer». Se os Reis Católicos «o vissem e conhecessem, lhe quereriam bem e [...], por ser seu filho, lhe deviam muito querer e apreciá-lo»<sup>144</sup>. E mandou os embaixadores embora, prometendo retribuir a embaixada.

Dias depois, porém, voltou a receber os embaixadores, que se tinham entretanto avistado com a rainha D. Leonor. Mas esta, que estava de cama, «muito incomodada e tão surda que não percebia palavra» do que lhe diziam, não dera grande andamento ao negócio. Na segunda audiência, D. João II, declarando-se «bastante turvado» com o que ouvira na primeira, fez um «longo discurso», que serviu apenas para reiterar o que já anteriormente afirmara.

Despedidos os embaixadores, D. João II não desistiu do seu propósito. E, «para vencer a resistência espanhola à legitimação de D. Jorge e firmar neste a sucessão da coroa», tentou negociar-lhe o casamento com a infanta D. Catarina, terceira filha dos Reis Católicos. Mas a rainha castelhana repeliu o pedido, «lembrando em troca uma bastarda do rei D. Fernando [seu marido], o que parece ter sido tomado pelo embaixador português, Lourenço da Cunha, como afronta». Conta-se, aliás, que o embaixador,

quando Isabel, *a Católica*, lhe ofereceu, para mulher de D. Jorge, a bastarda de Fernando de Aragão, respondeu que o rei de Portugal não queria ser parente do Rei Católico mas da rainha – e aceitaria casar o filho com uma bastarda dela, se a tivesse. *Si non vero...*

D. João II tentou ainda obter o apoio de Carlos VIII, rei de França – que lhe terá sido prometido –, e também o de seu primo Maximiliano, imperador da Alemanha (filho da infanta D. Leonor e neto do rei D. Duarte), esperando «encontrar no parente tão poderoso e tão próximo um medianeiro apropriado para levar de vencida os obstáculos renascentes na execução dos seus planos»<sup>145</sup>. E nesse mesmo ano de 1494, D. João II mandou D. Pedro da Silva, comendador de Avis, a Roma, para tratar da legitimação de D. Jorge. Mas, na capital da Cristandade, a influência dos Reis Católicos e também a oposição do cardeal de Alpedrinha, feroz inimigo de D. João II, frustraram todas as diligências.

O rei de Portugal ponderou então outras hipóteses: D. Manuel casaria com D. Isabel, a viúva do príncipe D. Afonso, filha dos Reis Católicos, como de facto casou, enquanto D. Jorge casaria com a filha bastarda de Fernando de Aragão e receberia os domínios ultramarinos de Portugal. Mas, nas negociações do Tratado de Tordesilhas, não hesitou em prometer que renunciaria a legitimar D. Jorge se lhe fossem concedidas as vantagens que, nesse Tratado, pretendia alcançar<sup>146</sup>. Como alcançou, sem na verdade desistir de fazer do bastardo o seu legítimo herdeiro.

Para isso, o Príncipe Perfeito chegou a pensar na dissolução do seu casamento, o que lhe permitiria ter, de uma outra mulher, um filho legítimo. Mas desistiu desse propósito – e insistiu em convencer D. Leonor a aceitar que o bastardo lhe sucedesse ao trono, recorrendo à influência da sogra, a infanta D. Beatriz, e do próprio cunhado, o futuro rei D. Manuel. A rainha, porém, nunca deixou de ser, no dizer de Rui de Pina, a «principal coluna» que «sempre susteve a honra, e a vida e esperança» do duque seu irmão. E foi combatendo todas as investidas do marido. Este, após uma última e violenta conversa que teve com a mulher nas Alcáçovas, rendeu-se à evidência: D. Leonor não cederia.

Gravemente doente, sem tempo nem forças (supondo que tivesse razões e argumentos) para mais discussões, D. João II redigiu então, a 29 de Setembro de 1496, o seu «derradeiro e verdadeiro» testamento. Nele



declarou o duque de Beja, seu primo e cunhado, como único e legítimo herdeiro do reino. Mas não deixou de lhe recomendar que recebesse D. Jorge como seu filho, de tal forma que, não tendo D. Manuel «lídimos filhos» para lhe suceder, ele se tornasse seu herdeiro, fazendo-o «jurar e dar obediência e menagens». O Príncipe Perfeito requeria além disso que, tendo D. Manuel alguma filha, a casasse com D. Jorge, para quem pedia também o mestrado da Ordem de Cristo – e a quem nesse testamento concedia ainda a cidade de Coimbra como ducado.

No seu testamento, D. João II deixou ainda uma tença, ou pensão, a D. Ana, «madre de D. Jorge, meu muito prezado filho», o que pode querer dizer que a relação do rei com a amante se mantinha. Essa é a opinião de Camilo Castelo Branco, Oliveira Martins e Barros Gomes, entre outros. Mas cronistas mais antigos, como Rui de Pina e Garcia de Resende, afirmam que D. João se separou da mãe do bastardo quando subiu ao trono, em 1481.

Depois de escritas as suas últimas vontades, o rei partiu com D. Jorge para as Caldas de Monchique, na esperança de encontrar cura ou alívio para os seus males, que se agravavam todos os dias. Chegado, porém, à vila de Alvor, caiu de cama – e nunca mais se levantou. A 25 de Outubro, escreve Garcia de Resende, «faleceu el-rei sem pai nem mãe, sem filho nem filha, sem irmão nem irmã, e ainda com muito poucos, fora de Portugal, no reino do Algarve, muito pequeno lugar»<sup>147</sup>. Muitos historiadores acreditam que morreu envenenado.

Morto o pai, D. Jorge, que tinha então 14 anos de idade, precipitou-se a prestar obediência ao novo rei de Portugal, que estava em Montemor-o-Novo. D. Manuel acolheu-o com benevolência – e com benevolência o tratou nos anos seguintes. Em 1498, quando D. Manuel foi a Castela para ser jurado herdeiro daquela coroa, D. Jorge acompanhou-o. E, no regresso, fez-lhe mercê as vilas de Montemor-o-Velho e Torres Novas.

Dois anos depois, a 27 de Maio de 1500<sup>148</sup>, D. Manuel I instituiu, a favor de D. Jorge, a casa e o senhorio de Aveiro, para que nos seus descendentes fosse trocado em duque de Aveiro o título de duque de Coimbra. Era uma forma de recuperar para a coroa o título e a casa do duque de Coimbra – que os descendentes de D. Jorge, um bastardo, não mereceriam por isso conservar – sem ofender demasiado o filho de D.

João II e as últimas vontades de seu pai. A carta do título só foi passada nove anos depois, em 1509<sup>149</sup>. Entretanto, D. Manuel, sem nunca deixar de distinguir D. Jorge com a sua amizade, tratou de favorecer o duque D. Jaime de Bragança, a sua casa e a sua gente, mostrando que era ele – e não D. Jorge – o primeiro fidalgo do reino<sup>150</sup>.

Foi, aliás, na casa de Bragança que o bastardo de D. João II acabou por casar – o que terá feito o Príncipe Perfeito dar voltas no seu túmulo. Dias depois da criação do ducado de Aveiro, com efeito, D. Jorge de Lencastre casou, não com uma filha do rei Venturoso, como D. João II desejara, mas com D. Beatriz (ou Brites) de Vilhena, filha de D. Álvaro de Bragança, senhor de Tentúgal, Póvoa, Buarcos e Cadaval, regedor da Casa da Suplicação e chanceler-mor dos Reinos de Portugal e Algarves, que era bisneta do 1.º duque de Bragança, bastardo de D. João I. Era mulher de «formosura tão rara» que, diz o conde de Sabugosa, «em trovas e motes a cantavam, dando-lhe o sobrenome significativo de Perigosa»<sup>151</sup>. Um dos seus admiradores foi Garcia de Resende, que escreveu:

*Quem na vir, não pode ver  
Se não de si mau pesar,  
Pois tem certo o padecer  
E a paga do perder.  
Mas ai de quem s'afastar  
De ver coisa tão formosa  
Que seja tão perigosa...*

Do feliz casamento de D. Jorge com D. Beatriz, celebrado a 31 de Maio de 1500, nasceram: (1) D. João, 1.º duque de Aveiro, que também há-de ter um filho bastardo, D. João de Lencastre, religioso da Ordem dos Pregadores; (2) D. Afonso, comendador-mor da Ordem de Santiago; (3) D. Luís, comendador-mor da Ordem de Avis; (4) D. Jaime, bispo de Ceuta e capelão da rainha D. Catarina de Áustria; (5) D. Helena, comendadeira do Mosteiro de Santos; (6) D. Maria, freira no Mosteiro de São João de Setúbal, que seu pai fundara; (7) D. Filipa, priora do mesmo mosteiro; e (8) D. Isabel, religiosa em Setúbal e, depois, em Santos.

D. Beatriz de Vilhena morreu em 1535, quando seu marido tinha 54 anos de idade. D. Jorge, 12 anos depois de enfiuvar, «sendo já muito velho, afeiçoou-se demasiadamente a uma dama da rainha», D. Maria Manuel, filha de D. Francisco de Lima, que não tinha mais do que 16 anos de idade. E, depois de obter as dispensas papais, casou (ou prometeu casar) com ela, em Janeiro de 1548 – como disse ao rei, em carta que a este respeito lhe dirigiu depois. Mas os filhos, com o duque de Aveiro à cabeça, pediram ao rei que, «se o casamento não estava feito, Sua Alteza o não consentisse».

D. João III, cujas relações com D. Jorge nunca tinham sido as melhores, obteve do papa a anulação do casamento e desterrou o bastardo de D. João II para Setúbal, «fazendo-lhe, além deste, outros dissabores»<sup>152</sup>. D. Jorge protestou, mas o rei Piedoso não se condeou – e os filhos do duque de Coimbra também não perdoaram ao pai a aventura galante, que punha em causa o seu bom nome e ameaçava o seu património.

Ao comportamento dos filhos reagiu D. Jorge com amarga ironia. Conta-se, com efeito, que «no tempo em que o mestre andava deseioso de casar com esta dama e sentido dos filhos, porque lhe contrariavam, perguntou-lhe um fidalgo seu parente porque queria casar e aventurar-se a encurtar a vida. E ele respondeu-lhe: “Por ver se podia haver outros filhos tão virtuosos como os que já tenho”.»<sup>153</sup>

Duque de Coimbra e alcaide-mor daquela cidade; senhor de Aveiro, Montemor-o-Velho, Penela, Lousã, Condeixa e Torres Novas, entre muitas outras vilas e lugares, D. Jorge de Lencastre morreu em Setúbal, a 22 de Julho de 1550, deixando, além dos filhos legítimos, quatro filhos bastardos, uma rapariga e três rapazes, nascidos entre a morte de D. Brites e o namoro de D. Maria Manuel. Baptizados todos com o nome do pai, um deles, que tomou em religião o nome de Frei António de Santa Maria, foi provincial da Ordem de Santo Agostinho e bispo de Leiria (1616-1623), outro, «clérigo de bom procedimento» e bacharel em Cânones, foi prior-mor de Avis, e o último foi religioso de São Jerónimo no Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe. Quanto à filha, D. Joana de Lencastre, «morreu moça, sem estado»<sup>154</sup>, depois de ter vivido em Grândola, vila fundada por D. Jorge<sup>155</sup>.

\* \* \*

Além de D. Jorge de Lencastre, D. João II poderá ainda ter sido pai de Brites Anes de Santarém, havida de Brites Anes, *a Boa Dona*, que, na *História Genealógica*, António Caetano de Sousa não refere e de quem não abundam as notícias. Sabe-se, porém, ou julga-se saber que, nascida cerca de 1485, a bastarda casou com Amador Baracho, «fidalgo muito honrado», e teve uma filha, Brites Anes Baracho de Santarém. Esta, que «esteve no paço em boa conta», casou com João Pires Amado, «fidalgo da casa do Infante D. Afonso», e teve vários filhos. A sua descendência chegou aos dias de hoje<sup>156</sup>. Não é certo que D. Brites deva ser incluída na copiosa e ilustre descendência de D. João II. Mas genealogistas respeitadas, como Felgueiras Gayo<sup>157</sup> ou Manuel Artur Norton, não têm dúvidas em fazê-lo.



Para recensar os descendentes de D. Jorge de Lencastre, 2.º duque de Coimbra, Fernando de Castro da Silva Canedo escreveu, em 1946, mais de mil páginas, que distribuiu pelos três grossos volumes que constituem *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*. Dessa copiosa e ilustre descendência fazem parte o banqueiro António Horta Osório, os fadistas Carminho (ou seja: Maria do Carmo Carvalho Rebelo de Andrade) e Salvador Taborda, bem como o padre Peter Stilwell.

De D. Brites descendem o escultor Charters de Almeida, a jurista e jornalista Sofia Pinto Coelho, o empresário Guy Villax, o escritor Domingos Amaral e o actor brasileiro Ângelo Paes Leme – que descenderão assim de D. João II, desde que se considere que o Príncipe Perfeito foi o pai daquela senhora. O mesmo sucede com o músico Rão Kyao (João Maria Centeno Gorjão Jorge), que não precisa de ter D. Brites por antepassada para descender de bastardos reais. Com efeito, ele descende de D. Teresa Sanches (bastarda de D. Sancho I) e de D. Urraca Afonso, D. Afonso Dinis e Martim de Sousa, o Chichorro (bastardos de D. Afonso III).

[133](#) Cf. Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 221.

[134](#) Idem, *ibidem*.

[135](#) Frei Nicolau Dias, *Vida da Sereníssima Princesa D. Joana, filha d'El-Rei D. Afonso o V de Portugal* (Aveiro: Diocese, 1987), p. 59.

[136](#) D. António de Queiroz e Vasconcelos de Lencastre, *Dom Jorge, 2.º Duque de Coimbra* (Porto: Caminhos Romanos, 2011), p. 24.

[137](#) Frei Nicolau Dias, *Vida da Sereníssima Princesa D. Joana, filha d'El-Rei D. Afonso o V de Portugal* (Aveiro: Diocese, 1987), p. 69.

[138](#) Idem, *ibidem*, p. 70.

[139](#) Rui de Pina, *Crónicas* (Porto: Lello & Irmão, 1977), p. 965.

[140](#) Idem, *ibidem*.

[141](#) Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 225.

[142](#) Idem, *ibidem*, p. 177.

[143](#) Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), pp. 128 ss., donde se retiraram as citações que ilustram o relato da embaixada.

[144](#) Idem, *ibidem*, pp. 128-131.

[145](#) Oliveira Martins, *O Príncipe Perfeito* (Lisboa: António Maria Pereira, 1923), pp. 177-178.

[146](#) Manuel Fernandes Costa, *O Descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), p. 64.

[147](#) Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), p. 289

[148](#) Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, p. 357

[149](#) Idem, *ibidem*.

[150](#) Cf. Manuela Mendonça, «Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), vol. III, pp. 139 ss.

[151](#) Conde de Sabugosa, *Neves de Antanho* (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974), p. 63.

[152](#) José Hermano Saraiva, *Ditos Portugueses Dignos de Memória* (Lisboa: Europa-América, 1980), p. 62 [132]; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa

Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. III, 357 ss.

[153](#) José Hermano Saraiva, *Ditos Portugueses Dignos de Memória* (Lisboa: Europa-América, 1980), p. 62 [133].

[154](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. XI, p. 21.

[155](#) D. António de Queiroz e Vasconcelos de Lencastre, *Dom Jorge, 2.º Duque de Coimbra* (Porto: Caminhos Romanos, 2011), p. 163.

[156](#) Cf. Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Cartas de Brasão de Armas – Colectânea* (Lisboa: Guarda-Mor, 2003), p. 367 [Árvore 851. Pedro Anes Amado de Santarém Baracho].

[157](#) Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), vol. I, p. 350.

## O BASTARDO DO PIEDOSO

Foi D. Manuel I, *o Venturoso*, muito feliz com as três mulheres que teve: D. Isabel, filha dos Reis Católicos; D. Maria, sua cunhada, já que era irmã de D. Isabel; e, finalmente, D. Leonor de Áustria, sobrinha das duas primeiras e irmã do imperador Carlos V, que estava, aliás, falada para casar com seu filho, o futuro D. João III. Nunca terá cometido o pecado de adultério e, em todo o caso, não se lhe conhecem filhos ilegítimos.

De D. João III, seu filho e sucessor, já não se pode dizer o mesmo. Não é que o piedoso monarca tenha sido infiel a sua mulher, a rainha D. Catarina de Áustria, também ela irmã de Carlos V, com quem casou em Fevereiro de 1525. Dela teria nove filhos, nenhum dos quais sobreviveu à sua morte, ocorrida em 1556.

Mas, antes de casar com a irmã de sua madrasta, que era, também, cunhada da imperatriz Isabel de Portugal, sua irmã, D. João III teve um filho bastardo, D. Duarte de Portugal. Este foi fruto dos seus amores com Isabel Moniz, filha de um alcaide de Lisboa a quem deram a alcunha de *Carranca* e que era moça da câmara da rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel I (de quem alguns disseram, aliás, que D. João fora amante...).

D. Duarte entrou em 1532 no Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, para ser educado por Frei Jorge de Évora, um monge Jerónimo. Em 1535, Frei Jorge levou consigo o bastardo real para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, onde D. Duarte recebeu o crisma e tomou ordens menores. Ali prosseguiu os seus estudos, cultivou a música e praticou com esmero a arte de bem cavalgar em toda a sela.

Além disso, D. Duarte traduziu para latim a maior parte da *Crónica de Dom Afonso Henriques*, de Duarte Galvão – o que levou Frei Diogo de Murta a dizer ao rei Piedoso que o seu filho bastardo tinha feito «obra que outros bem exercitados não [fariam] num ano ou mais», sendo essa obra



«tão latina e grave que [era] digna de muita estima entre os homens doutos»<sup>158</sup>.

Para dar estado e garantir o futuro do filho ilegítimo, que se tornara um «excelente Humanista, Retórico, Filósofo e Teólogo» (no dizer da *Memoria dos estudos em que se criarão os monges de S. Jeronymo*)<sup>159</sup>, D. João III pediu ao papa Paulo III que o fizesse arcebispo de Braga. O pedido foi deferido a 6 de Fevereiro de 1542, com a condição de D. Duarte só tomar posse do cargo quando perfizesse 27 anos de idade.

O bastardo foi então chamado à corte, para conhecer o pai e os restantes membros da sua real família. Mas, antes, D. João III mandou-o ir visitar a sua arquidiocese. D. Duarte cumpriu as ordens – e, a 16 de Agosto, saiu do Mosteiro da Costa para ir dormir a Braga, onde se demorou três dias. Depois, partiu (a 19 de Agosto) para Sintra, onde o rei se encontrava quando o mandou chamar. «Prouvera a Deus que pudesse ser voando» – escreveu ele ao pai<sup>160</sup>.

O Senhor D. Duarte (como o trata Pêro de Alcáçova Carneiro nas suas *Relações*) chegou num sábado à tarde e ficou dois dias em Sintra, de onde saiu para ir ouvir missa e almoçar no Mosteiro de São Domingos de Benfica, onde D. João III o esperava. Acompanhou-o nessa jornada o infante D. Luís, seu tio – que era pai de um outro bastardo famoso, D. António, o Prior do Crato, com quem D. Duarte terá convivido e estudado – e alguns fidalgos da corte.

Depois do almoço, D. Duarte foi beijar a mão do pai. Pôs-se de joelhos e não se levantou senão quando o pai o ergueu. D. João III levou-o então para uma outra sala, onde se demorou com ele – mas também com o infante D. Luís – durante hora e meia. Rezadas as vésperas, D. João III regressou a Lisboa, trazendo o filho com ele.

Apresentou-o então à rainha D. Catarina, que estava acompanhada pelos dois filhos que ainda viviam: o príncipe D. João, que seria pai de D. Sebastião, e a infanta D. Maria, já casada (por procuração) com o príncipe de Castela, que reinará mais tarde em Castela como Filipe II e será também rei de Portugal.

Dois ou três dias depois, D. Duarte foi visitar a sua casa o infante D. Luís e, ao outro dia, as infantas D. Maria e D. Isabel, não tendo feito mais cedo «por uma febre que teve do trabalho do caminho».

Ninguém terá dado grande importância ao caso. Mês e meio depois de ter chegado a Lisboa, D. Duarte assistiu decerto à partida da princesa D. Maria, sua meia-irmã, para Castela, onde foi juntar-se ao marido, o futuro Filipe II. Depois, voltou a cair doente. E a 11 de Novembro de 1543, pelas onze da manhã, no Paço dos Estaus, D. Duarte morreu, «de bexigas e câmaras que lhe vieram sobre elas, da qual doença não durou mais de dez dias». Tinha, quando muito, 22 anos de idade.

D. João III esteve «retraído» durante cinco dias e «tomou dó»: um capuz de arbim cardado (que só tirou no dia de Natal), um pelote e uma carapuça. Depois, deu notícia da morte do filho ao seu embaixador em Roma: «Faleceu tão catolicamente e tão conformado com a vontade de Nosso Senhor, recebendo antes do seu falecimento todos os sacramentos da Igreja, que tenho eu muita razão para com isso sentir menos o seu falecimento e esperar em Nosso Senhor, como espero, que lhe dê a sua glória.»<sup>161</sup>

O corpo do último bastardo de Avis foi depositado no Mosteiro dos Jerónimos, para onde foi transportado num ataúde de veludo preto, carregado por uma azémola. Acompanharam-no o Mestre de Santiago e todos os bispos e condes que estavam na corte e por muita outra gente, que não cabia nas ruas.

\* \* \*

Segundo cronistas vários, D. João III teria tido, além de D. Duarte, dois outros filhos ilegítimos: D. Miguel e D. Manuel. Do primeiro fala Frei Bernardo de Brito, e só ele, dizendo que o bastardo «se criou encoberto perto daquela vila [de Alcobaça] e morreu sendo ainda de peito»<sup>162</sup>. Mas ninguém deu nunca qualquer crédito a esta afirmação do cronista.

Quanto a D. Manuel, filho (segundo Camilo Castelo Branco) de uma Antónia de Berredo, que terá morrido menino, os historiadores propendem em crer que ele e D. Duarte são uma e a mesma pessoa. Com efeito, D. Duarte começou por se chamar Manuel, como seu avô paterno, o rei Venturoso. Mas, quando D. Catarina de Áustria, a mulher do rei Piedoso, deu à luz, em 1531, uma criança do sexo masculino, decidiu D. João III dar-lhe o nome de seu pai. E, para que não houvesse confusões entre o

filho legítimo e o filho bastardo, determinou que este, ao ser crismado, mudasse de nome. Foi assim que D. Manuel passou a chamar-se Duarte, pelo que parece mais sensato e prudente considerar que o monarca só teve, de facto, um bastardo. Apesar de Frei Luís de Sousa, nos seus *Anais de D. João III*, ter escrito que o monarca, quando, no «fervor da mocidade», andou «distráido com mulheres», delas «houve filhos»<sup>163</sup>. No plural.

<sup>158</sup> Paulo Drummond Braga, *D. João III* (Lisboa: Hugin, 2002), p. 66.

<sup>159</sup> Cf. Belmiro Fernandes Pereira, «A edição conimbricense da Rethorica de Joachim Ringelberg», in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, nº 1 (2004), p. 204.

<sup>160</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: TT-CC1-72-100.

<sup>161</sup> Cf. Ernesto de Campos de Andrada (org.), *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1937), pp. 256-262.

<sup>162</sup> Cf. Paulo Drummond Braga, *D. João III* (Lisboa: Hugin, 2002), p. 63.

<sup>163</sup> Cf. Ana Isabel Buescu, *D. João III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), p. 175.

## O BASTARDO QUE (NÃO) FOI REI

**N**a história de Portugal há um bastardo que quis ser rei – e por ser bastardo não o foi. Mas a sua realeza não deixou de ser reconhecida por muitos dos seus compatriotas, que aclamaram este neto do rei D. Manuel I e dele se afirmaram súbditos. Trata-se de D. António, Prior do Crato, filho do infante D. Luís e de uma formosa judia que se chamou Violante Gomes e teve por alcunha a *Pelicana*. Mas, ao que parece, também a trataram por *Pomba* ou *Pandeireta*.

Alguns autores, mais famosos como romancistas que como historiadores, dão outras notícias da «barregã» de D. Luís. Camilo Castelo Branco, por exemplo, sustenta contra a «quase unanimidade dos historiadores» que Violante Gomes era, afinal, «cristã-velha». Júlio Dinis, por seu turno, afirma que a Pelicana era filha de Pêro Gomes e de uma Marta de Évora, que, essa, seria bastarda de D. Diogo, duque de Beja.

Anos depois, o visconde de Faria veio afirmar que a filha de Pêro Gomes pertencia à pequena nobreza, era católica e professara, com o consentimento do infante D. Luís, na Ordem de São Bernardo, morrendo ainda jovem no Convento de Almoester. O seu casamento com D. Luís, acrescentava o visconde, fora secreto por ser morganático. Mas nem por isso o filho nascido dessa união deixava de ser legítimo<sup>164</sup>.

Finalmente, em 1997, Luís de Melo Vaz de Sampaio publicou um assento da Sé de Évora, datado de 15 de Junho de 1544, onde se dá conta do baptizado do filho de uma escrava de Pêro Gomes, «sogro do Infante Dom Luís». E essa publicação foi aclamada como a definitiva prova da legitimidade de D. António.

A verdade, porém, é que o assento estava longe de ser uma novidade. Descoberto e publicado por Camilo, no seu livro sobre D. Luís de Portugal, em 1883, o documento foi depois traduzido para francês e nessa língua publicado pelo visconde de Faria, nos seus *Archives concernant D. Antonio Ier*, muito antes de Luís de Melo Vaz de Sampaio o dar

novamente à estampa. Por outro lado, a transcrição que os três autores fizeram do assento ofereceu muitas dúvidas a Joaquim Veríssimo Serrão, uma autoridade no que ao Prior do Crato e seu «reinado» diz respeito. O historiador preferiu seguir a leitura de A. F. Barata, que no assento leu «sobrinho» – e não «sogro» – do infante D. Luís, o que é bastante diferente<sup>165</sup>. Seja como for, não se afigura que o facto singular de um clérigo eborense ter declarado – se é que declarou – que Pêro Gomes era «sogro do Iffante dom Luis» possa resolver definitivamente esta controvertida questão.

Há-de reconhecer-se que D. António sempre foi considerado bastardo – e como tal tratado –, tanto pela rainha D. Catarina como pelo cardeal D. Henrique, seus tios. Por isso, aliás, sempre ocupou nas cerimónias da corte um lugar de menos destaque que seu primo D. Duarte, o filho – legítimo – do infante D. Duarte, irmão mais novo do infante D. Luís. O próprio duque de Bragança, D. João, entendia que tinha precedência sobre o Prior do Crato – por ser casado com D. Catarina, também lédima filha do infante D. Duarte. E essa reivindicação não faria sentido nem seria consentida se, na corte e no reino, a bastardia de D. António oferecesse então alguma dúvida.

O Prior do Crato aparece referido nas relações do secretário de Estado de D. João III e D. Sebastião como «filho natural do Infante D. Luís» – em contraposição ao Senhor D. Duarte, já referido, «filho legítimo do Infante Dom Duarte»<sup>166</sup>. E, nos despachos que enviaram para as suas cortes, o embaixador de França, em 1560, e o núncio do papa, em 1576, não tiveram dúvidas em designar D. António como bastardo<sup>167</sup>. O embaixador de Espanha, por seu turno, se aceitou ceder a precedência ao Senhor D. Duarte, nunca percebeu porque não devia passar à frente do Prior do Crato<sup>168</sup>. Até 1579, pelo menos, a bastardia de D. António não suscitava dúvidas a ninguém – nem sequer a ele próprio, como mais adiante se verá.

Nascido em Lisboa cerca de 1531, o filho do infante D. Luís e de Violante Gomes não foi criado por sua mãe – que pouco depois do seu nascimento se recolheu a um convento, por ordem do infante ou por sua própria vontade, falecendo em Julho de 1568, na vila de Almoester. Baptizado com o nome de António, o menino viveu em companhia do pai

até perfazer oito anos de idade, sendo então mandado para o Mosteiro da Costa, em Guimarães, onde estudou gramática com Inácio de Moraes, o poeta latino que depois lhe dedicou o *Conimbricae Encomium* («Elogio de Coimbra») e onde foi condiscípulo de D. Duarte, o bastardo de D. João III. Aos 12 anos mudaram-no para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde aprendeu filosofia. E com 20 anos de idade doutorou-se em Artes.

Mas seu pai queria mais e melhor: desejava-o «eminente em letras», considerando que tinha, para isso, «muy bom engenho e tanta disposição e aparelho». E aspirava a que o bastardo se transformasse em «hum dos mais famosos homens da Europa», como escreveu em 1550, numa carta enviada de Almeirim.

Por isso, em 1551, D. António trocou Coimbra por Évora, onde pontificava o cardeal D. Henrique, seu tio, com quem passou a morar – para ali estudar teologia com Frei Bartolomeu dos Mártires e D. Jerónimo Osório. Ali também recebeu a ordem de diácono. Se o infante D. Luís aspirava a fazer do filho um dos mais famosos homens da Europa, o caminho mais fácil e mais seguro era a carreira eclesiástica. O mesmo destino, com ambições porventura mais modestas, fora aliás traçado por D. João III para D. Duarte, o seu filho bastardo.

Mas, em 1555, o infante D. Luís morreu – e tudo mudou na vida de D. António, que lhe sucedeu no grão-priorado do Crato, «o posto mais rendoso e mais alto da Ordem de Malta em Portugal»<sup>169</sup>. O novo prior recusou-se a ser ordenado presbítero, alegando que abraçara o estado eclesiástico por imposição alheia e não por vontade própria. Não estava portanto disposto a cumprir as últimas vontades de seu pai – o que causou grande desgosto ao cardeal seu tio.

«Como o Prior do Crato, pelas tendências naturais do seu temperamento pujante e vigoroso, mais talhado para cavaleiro do que para monge, se abandonasse a uma vida licenciosa, D. Henrique, que prezava a castidade como a virtude fundamental do clérigo, não lhe perdoava a soltura de costumes, transformando-se pouco a pouco a antipatia em verdadeira inimizade»<sup>170</sup>.

As coisas pioraram quando D. António, não querendo ser padre, pediu com grande desfaçatez que o fizessem arcebispo – e arcebispo de Évora, sucedendo ao cardeal seu tio, que tinha governado a arquidiocese. Este

indeferiu a pretensão do sobrinho, dando-lhe, porém, dinheiro bastante para pagar as dívidas, que eram muitas. Ainda assim, o Prior do Crato ficou muito indignado e retirou-se para Castela, onde se acolheu à proteção de Filipe II, seu primo. Foi isto em 1565, o ano em que o papa, por um breve, pediu ao rei de Portugal para D. António ser repreendido pela sua conduta e suspenso do governo do priorado, que foi entregue ao cardeal D. Henrique.

D. António só regressou ao reino em Setembro de 1566, após uma ausência de quase dois anos. Mas não tardou a zangar-se de novo com o cardeal, que então governava o reino em nome de D. Sebastião, ainda menor de idade. Desterrado para o Crato, o Prior só voltou à corte após D. Sebastião ter tomado conta do governo, em Janeiro de 1568. Continuou a contar com o apoio de Filipe II para as suas pretensões. E assim foi que, em 1572, o Rei Católico pediu ao papa «para que D. António possa deixar o hábito religioso, não obstante ser ordenado de Epístola e Evangelho e possa gozar do Priorado do Crato e de outras comendas e pensões que tem, embora lhe tenham sido dadas com a condição de ser clérigo»<sup>171</sup>. Gregório XIII deu bom despacho ao requerimento do monarca castelhano, o que deixou o cardeal muito agastado.

Mas D. António conseguiu também cair no favor de D. Sebastião, que, em 1573, o fez governador de Tânger – cargo em que o bastardo de D. Luís não se distinguiu, incorrendo assim no desagrado do «sobrinho». Este, quando realizou a sua primeira Jornada de África, em 1575, demitiu o «tio».

Ainda assim, o prestígio de que o Prior do Crato desfrutava em muitos círculos não diminuiu. E o núncio apostólico em Lisboa, escrevendo para Roma em finais de 1576, quando o *Desejado* já preparava a sua segunda Jornada de África, ponderou que, falecido o filho legítimo do infante D. Duarte, «a melhor esperança dos portugueses para a falta de sucessão em D. Sebastião»<sup>172</sup>, D. António poderia suceder a D. Sebastião, no caso de este morrer sem filhos, «o que Deus não queira». A verdade, porém, é que para desempenhar esse papel o Prior do Crato tinha, como o núncio reconhecia, «muitas dificuldades, porque [era] bastardo, diácono, freire de Malta e filho de uma cristã-nova»<sup>173</sup>.



Em 1578, D. António acompanhou D. Sebastião a Marrocos e travou, sob as suas ordens, a funesta Batalha dos Três Reis, em Alcácer-Quibir. Ferido e preso em Tetuão, foi o primeiro dos portugueses a sair do cativo, passando a Arzila e dali a Lisboa, onde foi «festivamente acolhido por alguns fidalgos e muito povo».

Já então o cardeal D. Henrique fora aclamado rei. Mas, velho e doente, o monarca não podia durar muito. E todos os que aspiravam a herdar-lhe o trono prepararam-se para a guerra da sucessão. Eram numerosos os pretendentes: Rainúncio Farnese, duque de Parma; Emanuel Filiberto, duque de Sabóia; Filipe II, rei de Espanha; D. Catarina e D. João, duques de Bragança; Catarina de Médicis, rainha de França – e D. António, Prior do Crato, que, para se habilitar à herança de D. Henrique, necessitava, porém, de provar a legitimidade do seu nascimento<sup>174</sup>.

Ora, como se o acaso quisesse prover às ingentes necessidades do Prior, começou exactamente por essa altura a dizer-se em Lisboa que o infante D. Luís fora, afinal, casado com a Pelicana. D. António tratou de apurar a veracidade dos boatos. E do feliz resultado dessas diligências apressou-se a dar conta ao núncio apostólico em Lisboa, numa carta que lhe escreveu em Dezembro de 1578. Nessa carta, o Prior do Crato dizia que, tendo decidido investigar os insistentes rumores que circulavam em Lisboa sobre o casamento de seu pai, ele descobrira quatro testemunhas que, também «por acaso, todas estavam em casa [da Pelicana] quando o Infante Dom Luis foi de improviso e de noite tratar com sua mãe, para possuí-la, determinando casar com ela. Estas testemunhas estavam retiradas numa outra sala, donde viram e ouviram tudo [...]»<sup>175</sup>

Com estas testemunhas e suas informações, D. António recorreu a um juiz da sua Ordem, a Ordem de Malta, chamado Frei Manuel de Melo, que, a 24 de Maio de 1579, proferiu uma sentença declarando que, ao contrário do que sempre se afirmara, D. António era, afinal, filho legítimo do infante D. Luís.

Rezava a sentença que o infante D. Luís, «sendo mancebo e em idade florescente se namorar de Violante Gomes, donzela, muito formosa e honesta, de grande discrição e graça», a recebeu por mulher. «E tanto que a recebeu por mulher a mandou chamar por D. Violante» e «tratar [...] com vestidos, camas e jóias». Foi, aliás, por estar casado – prosseguia a

sentença – que D. Luís recusou todos os casamentos que lhe foram propostos, nomeadamente com a rainha de Inglaterra, nunca mais pondo «os olhos em outra mulher».

Última prova do casamento: o facto de D. Luís, no seu testamento, «nomear o Senhor D. António por seu filho simplesmente sem adição, nem acrescentar natural, o que conforme o direito civil e canónico bastava para se provar como de feito basta para ser havido por legítimo»<sup>176</sup>. E Frei Manuel de Melo concluía: «Julgo e declaro pela autoridade a mim cometida o dito Senhor D. António ser filho legítimo do dito Senhor Infante e da dita Senhora D. Violante, nascido de legítimo matrimónio.»<sup>177</sup>

Mal foi conhecida, a sentença causou grande indignação – em Filipe II e na duquesa de Bragança, que se consideravam os únicos herdeiros legítimos da coroa, mas também no cardeal-rei, que a «reputou abertamente escandalosa» e não se conformou com ela. Pediu e obteve do papa Gregório XIII que fosse ele constituído juiz da causa da legitimidade, o que provocou os imediatos protestos de D. António: o julgamento não podia ser imparcial porque D. Henrique era pública e notoriamente seu inimigo. E apelou para que a causa fosse devolvida à Santa Sé.

Nada conseguiu. E, em Agosto, o cardeal-rei, acolitado pelo arcebispo de Lisboa, o bispo de Leiria, o bispo de Miranda e o bispo capelão-mor, decidiu «não se provar matrimónio de presente nem de futuro, nem nunca o haver», entre o infante D. Luís e D. Violante, sendo «tudo maquinação e falsidade». O próprio infante, no seu testamento, declarara que D. António era seu filho natural. Por isso, D. Henrique declarava «D. António meu sobrinho por não legítimo, e sobre o dito pretenso matrimónio e legitimidade [...] lhe pomos perpétuo silêncio»<sup>178</sup>. Sobre isso, o cardeal-rei expulsava da corte o Prior do Crato e mandava prender as suas testemunhas.

Era no testamento do infante D. Luís que estava, então, a prova decisiva da ilegitimidade do Prior do Crato. Sem surpresa, Filipe II apressou-se a pedir a Cristóvão de Moura uma cópia do documento, «porque ouvi dizer que chama filho natural a D. António». Se essa declaração constasse efetivamente do testamento, ficaria provado – como explicava o rei Prudente – «ser vã a sua pretensão»<sup>179</sup>. Tudo indica que a cópia do

testamento chegou às mãos do monarca castelhano. Mas, se chegou, Filipe II nunca fez uso dela. Porquê?

Pode ser que dela não constasse a referência à bastardia de D. António – o que significaria que o cardeal tinha mentido. Ora, Filipe II não estava interessado em desmentir o tio, até porque, se o fizesse, daria à candidatura de D. António uma força que ela parecia não ter logrado, ao menos junto do clero e da nobreza do reino lusitano. Por outro lado, se a bastardia ficasse demonstrada, a candidatura de D. António ficaria ferida de morte – e isso também não interessava ao rei de Espanha. Como Cristóvão de Moura, seu valido, explicou, a candidatura do Prior do Crato tinha o imenso mérito de dividir o campo adverso a Filipe II, prejudicando sobretudo a candidatura da duquesa de Bragança – que era, como hoje se sabe, a preferida do cardeal-rei.

Esse facto justifica ou atenua as culpas que D. Henrique terá neste cartório. D. António roubava adeptos a D. Catarina, prejudicava-lhe – e não pouco – as pretensões de suceder ao cardeal. E, como era essa a sucessão que ele desejava, não se cansou de perseguir e tentar afugentar o sobrinho bastardo. Fê-lo de forma que não o torna simpático – e que, afinal, em nada contribuiu para favorecer a sua protegida.

Foram muitos os protestos e os apelos de D. António contra a sentença do cardeal seu tio, que o mandava «perseguir como nunca fez a ninguém»<sup>180</sup>. E o papa, considerando que, para excluir o Prior da sucessão, era preciso mais do que aquilo que D. Henrique tinha feito, tentou avocar a causa, para a decidir. Só que, no entretanto, o cardeal-rei mandou reunir cortes para os vários pretendentes à sucessão do reino fazerem valer os seus títulos – e para elas não convocou o Prior do Crato. Logo a seguir morreu, deixando a sua sucessão entregue aos governadores que nomeara para administrarem o reino enquanto um novo rei não fosse aclamado.

A verdade é que a protecção que o papa manifestamente dava ao Prior do Crato amedrontou Filipe II, que, para resolver de uma vez por todas a sucessão dos reinos e senhorios de Portugal, deliberou apoderar-se de Portugal *manu militari*, mandando as suas tropas à conquista de Lisboa. E explicou que só recorria à força porque o papa se tinha intrometido no

pleito sobre a legitimidade de D. António, «o mais popular de todos os pretendentes»<sup>181</sup>.

Quando se deu a invasão espanhola, o Prior do Crato, que tentara debalde alcançar de Filipe II o título de governador perpétuo de Portugal e só aspirava agora a ser declarado defensor e regedor do reino, como o Mestre de Avis o fora em 1383, viu-se de repente aclamado rei de Portugal pelos moradores de Santarém. E partiu ao encontro dos invasores castelhanos, que o duque de Alba comandava.

Os dois exércitos enfrentaram-se na batalha de Alcântara, a 25 de Agosto. Ferido e derrotado, D. António abandonou a capital (onde o povo também o aclamara como rei) e refugiou-se em Coimbra, donde partiu à conquista de Aveiro e, a seguir, do Porto. Foi ali que as tropas de Sancho de Ávila, *o Raio da Guerra*, estiveram prestes a detê-lo. Mas o Prior do Crato conseguiu mais uma vez escapar, desta feita para Braga. E, depois, durante meses, errou pelo país, «mudando de pousada sem cessar»<sup>182</sup>, até embarcar em Setúbal num barco enviado pelo rei de França, a cuja protecção se acolheu. Foi isto em Junho de 1581.

Com a ajuda de Henrique III, rei de França, a quem prometeu entregar o Brasil, realizou um ano depois uma expedição aos Açores, que se mantinham fiéis à sua realeza. Mas a esquadra francesa, que Filipe Strozzi comandava, foi derrotada pelos espanhóis na batalha de Vila Franca (Junho de 1582). D. António regressou então a França, congeminando novas formas de recuperar o que dizia ser o seu reino. Para o efeito, solicitou a ajuda da rainha Isabel de Inglaterra – que se dispôs a conceder-lho, querendo vingar-se do Rei Católico que mandara contra ela a *Invencível Armada*. Uma esquadra, comandada pelo famoso Francis Drake, foi assim encarregada de levar D. António a Portugal. O Prior do Crato desembarcou com a sua gente em Peniche, a 16 de Maio de 1589, sendo triunfalmente acolhido. E logo marchou sobre Lisboa, chegando às Portas de Santa Catarina. Tentou o assalto à cidade, mas foi repellido. Derrotado, regressou a Inglaterra – onde, nos meses seguintes, passou as maiores privações, «havendo dias em que se alimentava unicamente de pão e água, e ficando muitas vezes os seus criados quatro dias sem comer»<sup>183</sup>.

Mas não desistiu dos seus intentos, empenhando-se na preparação de uma nova expedição que, contando com o apoio do rei Henrique IV, de França, da rainha de Inglaterra e do imperador de Marrocos, havia de lhe devolver a coroa e o reino que afirmava serem seus. Para o efeito, trocou a Inglaterra pela França e voltou a estabelecer-se em Reuil, onde já residira anos antes, ali edificando uma igreja dedicada a São Pedro e São Paulo, que ainda hoje existe. Foi naquela cidadezinha situada nos arredores de Paris que D. António, o Prior do Crato, morreu a 26 de Agosto de 1595, deixando vários filhos – todos nascidos de aventuras galantes, uma vez que nunca casou.

Falou-se, é verdade, num casamento com D. Filipa de Portugal, irmã daquele conde de Vimioso que foi o mais devotado dos seus apoiantes. E D. António também terá ponderado casar com uma das filhas dos duques de Bragança, «como parte do pacto que com eles quis realizar»<sup>184</sup>. Mas nenhum desses casamentos veio a efeito. O celibato era, aliás, uma das obrigações dos cavaleiros de Malta.

Quanto aos bastardos do Prior do Crato, foram eles, pelo menos: (1) D. Manuel de Portugal, o primogénito; (2) D. Cristóvão de Portugal, nascido em Tânger por Abril de 1573; (3) D. Dinis de Portugal, monge de Cister no Mosteiro de Valbuena; (4) D. João de Portugal, que «morreu moço, sem estado»; (5) D. Filipa de Portugal, que foi freira em Lorvão e, depois, em Ávila; e (6) D. Luísa de Portugal, que foi freira em Tordesilhas, onde também professaram mais duas filhas de D. António, cujos nomes se desconhecem.

De todos estes filhos, só D. Manuel casou – com a princesa Emília de Nassau, uma protestante fervorosa, filha de Guilherme de Orange, o *Taciturno*. Deste casamento, que a família da noiva contrariou quanto pôde e foi celebrado em grande segredo no dia 17 de Novembro de 1597, nasceram oito filhos. A saber: (1) D. Maria Bélgica de Portugal, que casou com Johann Dietrich von Croll; (2) D. Manuel de Portugal, que casou com a condessa Joana de Hanau-Müzenberg; (3) D. Luís Guilherme de Portugal, 1.º marquês de Trancoso, por obra e graça de Filipe IV, que casou com Anna Maria di Capece-Galeoti; e (4) D. Maurícia Leonor de Portugal, que casou com o príncipe Georg Friedrich Ludwig de Nassau-

Siegen; (5) D. Emília Luísa de Portugal; (6) D. Ana Luísa Frísia de Portugal; (7) D. Juliana Catarina de Portugal; e (8) D. Sabina de Portugal.

Foram eles que geraram a copiosa descendência ainda hoje existente do Prior do Crato. Mas, curiosamente, nenhum desses descendentes tem a nacionalidade portuguesa.

D. Manuel acabou por se separar da mulher em 1625. Emília retirou-se para Genebra, onde morreu em 1629; e o bastardo de D. António estabeleceu-se em Bruxelas, «uma das mais maçadoras cortes da Europa do século XVII», onde veio a casar com Luísa Osório, uma dama espanhola de quem não teve filhos. Morreu em 1626, com 70 anos de idade, deixando no estrangeiro uma descendência que chegou aos dias de hoje.

[164](#) Cf. Visconde de Faria, *Déscendance de D. Antonio, Prieur de Crato, XVIII roi de Portugal* (Livorno: Raphael Giusti, 1909).

[165](#) Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António, Prior do Crato* (Coimbra: 1956), p. LXIII.

[166](#) Ernesto de Campos de Andrada (org.), *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro...* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1937), p. 319.

[167](#) José de Castro, *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942), p. 31.

[168](#) Maria do Rosário de Sampaio Temudo Barata, *As Regências na menoridade de Dom Sebastião* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992), vol. II, p. 150.

[169](#) José de Castro, *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942), p. 18.

[170](#) Queiroz Veloso, *D. Sebastião* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935), p. 71.

[171](#) José de Castro, *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942), p. 29.

[172](#) Idem, *ibidem*, p. 30.

[173](#) Idem, *ibidem*, p. 31.

[174](#) Todos os pretendentes eram netos de D. Manuel, com excepção do duque de Parma, que era seu bisneto, e, é claro, de Catarina de Médicis, cujos «direitos» se fundavam no facto de o conde D. Henrique ser francês.

[175](#) José de Castro, *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942), p. 39.

[176](#) Idem, *ibidem*, p. 41.

[177](#) Idem, *ibidem*, p. 42.

[178](#) Idem, *ibidem*, pp. 51-54.

[179](#) Joaquim Veríssimo Serrão, *O reinado de D. António, Prior do Crato* (Coimbra: 1956), p. LV.

[180](#) José de Castro, *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942), p. 91.

[181](#) Idem, *ibidem*, p. 112.

[182](#) Damião Peres, *1580 – O Governo do Prior do Crato* (Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1928), p. 101.

[183](#) Frederico Francisco de la Figanière, *Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museo Britannico* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1853), p. 13.

[184](#) César da Silva, *O Prior do Crato e a sua época* (Lisboa: João Romano Torres, s/d), p. 264.



# III

## Os bastardos dos Filipes

## OS BASTARDOS DO REI PRUDENTE

**D**os três Filipes de Espanha que reinaram em Portugal, só do segundo – que era, como se sabe, o terceiro – não se conhecem amantes nem bastardos. O primeiro, a que alguns chamaram, no seu tempo, o «filho da portuguesa», teve várias aventuras extraconjugais, das quais terão nascido filhos ilegítimos. E do terceiro, Filipe IV, diz-se que teve dezenas de amantes e ainda mais bastardos...

Filho do imperador Carlos V e da imperatriz Isabel de Portugal, Filipe II, o primeiro do nome a reinar em Portugal, era virgem – ou dizia sê-lo – quando casou, em 1543, com D. Maria de Portugal, sua prima co-irmã, filha de D. João III e de D. Catarina de Áustria. Tinha, então, 16 anos de idade. Mas, em Valladolid, muitos diziam que estava secretamente casado com D. Isabel de Osorio y Velasco, dama da imperatriz sua mãe e, depois, da infanta D. Joana, sua irmã, que há-de casar em Portugal com o pai de D. Sebastião.

Guilherme de Orange, na sua *Apologia*, não hesitou em afirmar esse casamento, para melhor acusar de bigamia o herdeiro de Carlos V. E, ao que parece, a própria dama o terá declarado a algumas pessoas – embora Cabrera de Córdoba, historiador, garanta que por essa altura já ela tinha perdido a razão<sup>185</sup>.

Em todo o caso, hoje prevalece a opinião de que esta Isabel foi – como assegura Manuel Fernández Alvarez, um dos mais autorizados biógrafos do rei Prudente – o grande amor da vida de Filipe II<sup>186</sup>. E desse amor terão nascido dois filhos: Pedro e Bernardino de Osorio y Velasco, havidos entre 1552 e 1554 mas nunca reconhecidos pelo pai<sup>187</sup>.

O romance terá terminado quando Filipe II partiu para Inglaterra, em Julho de 1554, para casar com a rainha Maria Tudor, sua segunda mulher, entrando Isabel Osorio para um convento, onde «morreu santamente»<sup>188</sup>.

Fala-se também de uma aventura com Catalina Lénez, filha de um dos seus secretários. Teria ocorrido logo após a morte da infanta D. Maria, em 1545, e dela teria nascido uma filha bastarda. Uma outra terá nascido das relações do rei Prudente com uma Elena Zapata, que também conheceu depois da morte de sua primeira mulher. Mas, a serem verdadeiras estas histórias, a paixão de Filipe II por Isabel Osorio não seria tão assolapada como alguns querem fazer crer.

Após a morte de sua segunda mulher – e antes do seu casamento com a terceira, Isabel de Valois –, Filipe II terá tido um romance com Eufrásia de Guzmán, dama de D. Joana de Áustria. Dessa aventura terá nascido António Luís de Leyva y de Guzmán, 4.º príncipe de Áscoli e marquês de Atela.

Finalmente, de um romance muito falado, mas nunca provado, com a princesa de Éboli, mulher do português Rui Gomes da Silva, um dos mais escutados conselheiros e porventura o amigo mais próximo de Filipe II (se é que o rei teve amigos), terá nascido Rodrigo de Silva y Mendoza, 2.º duque de Pastrana, que haveria de participar na invasão de Portugal, em 1580<sup>189</sup>.

Há ainda quem atribua a Filipe II a paternidade de Gregorio López (1542-1596), um dos eremitas mais famosos da Nova Espanha no século XVI. Antes de chegar ao México, em 1562, foi pajem do rei Prudente. Mas dizia-se que era seu filho. Morreu em odor de santidade.

A verdade, porém, é que das amantes e dos bastardos do rei não há mais do que rumores, suspeitas, insinuações – e nenhuma prova. É por isso indispensável, nesta matéria, ser tão prudente como se diz que Filipe II o era em todas as outras.

<sup>185</sup> Peter Pierson, *Felipe II de España* (México: Fondo de Cultura Economica, 1984), p. 66.

<sup>186</sup> Manuel Fernández Alvarez, *Felipe II y su tiempo* (Madrid: Espasa-Calpe, 1998), pp. 735 ss.

<sup>187</sup> Manuel Lacarta, *Felipe II – La intimidad del Rey Prudente* (Madrid: Alderabán, 1996), pp. 52-3.

<sup>188</sup> Carlos Fisas, *Historias de las Reinas de España – La Casa de Austria* (Barcelona: Planeta, 1998). p. 54. Mas, em 1557, Filipe concedeu a Isabel dois milhões de maravedis, que lhe permitiram comprar os lugares de Sadañuela, perto de Burgos, e Castalbarracín. V. Manuel Fernández Alvarez, *Felipe II y su tiempo* (Madrid: Espasa-Calpe, 1998), p. 738.

[189](#) Geoffrey Parker, *Felipe II* (Barcelona: Planeta, 2010), p. 675, que aliás não dá crédito a esta informação.

## OS BASTARDOS DO REI PASMADO

O Rei Planeta (ou o Rei Pasmado, como quer Gonzalo Torrente Ballester), Filipe IV, terceiro e último do nome a reinar em Portugal, teve duas mulheres e 13 filhos legítimos. Mas, segundo historiadores insuspeitos, terá tido também mais de 50 amantes conhecidas e um número de filhos bastardos sobre o qual os historiadores não se conseguem pôr de acordo. Há quem fale em mais de seis dezenas<sup>190</sup>. Mas Alberto Risco, seu biógrafo, assegura que eram «tan solo» 23...

Quanto às amantes, «depois que el-rei delas se enfastiava», eram convidadas a entrar em religião, onde terminavam o resto dos seus dias. Conta-se, aliás, que uma formosa e irreverente dama da corte teria resistido às investidas do rei de Espanha dizendo-lhe: «Perdoai-me, Majestade, mas não tenho vocação de freira»...<sup>191</sup>

Dos filhos ilegítimos conhecem-se, entre outros, os nomes de Fernando Francisco Isidro de Áustria, que terá sido o primeiro, havido em 1626 de Maria, filha do conde de Chirel, que morreu em 1634 e foi enterrado no Escorial (o que corresponde a um reconhecimento implícito); Alonso Antonio de San Martin, bispo de Oviedo e de Cuenca, havido de Tomasa Aldana, dama da rainha; Carlos (ou Fernando) Valdés, general de artilharia e governador de Novara, havido de Ana Maria de Uribeondo; Carlos de Áustria, nascido de mãe desconhecida; Frei João do Sacramento, também chamado Juan Cossio, frade agostinho e célebre pregador, nascido em 1629 dos amores de Filipe IV com Maria Teresa Aldana; ou Ana Margarida de Áustria, «bastarda sereníssima», havida em 1632 de Margherita de l'Escala, que tomou em religião o nome de Soror Ana Margarida de São José. Quando esta professou, Filipe IV terá explicado: «Pareceu-me justo dar esta prenda a Deus já que o ofendi quando ma deu [...]»<sup>192</sup>

Alonso Enríquez de Guzmán y Orozco é suposto ser outro dos bastardos de Filipe IV, nascido dos amores do monarca com a condessa de

Castronovo. Quando esta ficou grávida, foi apressadamente celebrado o seu casamento com o marquês de Quintana – que para isso recebeu bom dinheiro.

Nascido sete meses depois do casamento de sua mãe, perdeu o «pai» pouco depois. E aos três anos de idade ficou órfão de mãe. Esteve entregue aos cuidados dos avós mas acabou por ser criado por um tio, Frei Antonio Enríquez de Porres, bispo de Málaga e vice-rei de Aragão. Filipe IV favoreceu-o muito. Mas o bastardo, frade dominicano, que tomou em religião o nome de Frei Afonso de São Tomás e também foi bispo de Málaga, sempre se recusou a ser considerado um bastardo real, negando que Filipe IV fosse seu pai. E a verdade é que ele nunca o reconheceu.

O único dos filhos ilegítimos que o rei reconheceu foi D. João José de Áustria, que Filipe IV disse ter sido produzido pelos descuidos da sua mocidade. A mãe do real bastardo foi Maria de Calderón, *La Calderona*, uma das mais famosas actrizes espanholas daquele tempo – que se retirou para um convento após o nascimento do seu filho.

Este veio ao mundo no dia 7 de Abril de 1629, em Madrid, e foi registado como «filho da terra». Entregue aos cuidados de Pedro de Velasco, conselheiro da Fazenda, foi educado com esmero em Leão e, depois, em Ocaña (Toledo). Em 1642, Filipe IV reconheceu-o oficialmente como seu filho e preparou as coisas para lhe assegurar um futuro condigno. Começou por lhe dar o Priorado da Religião de São João nos reinos de Castela e Leão, a que acrescentou, como se ainda reinasse em Portugal, os títulos de Prior do Crato e comendador de Alcobaça...

Depois, em 1647, fê-lo Príncipe do Mar, confiando-lhe, assim, «o governo geral de todas as forças marítimas de galeras, navios de alto bordo e outras quaisquer embarcações, ordinárias e extraordinárias que em qualquer parte se juntarem, sem excepção alguma»<sup>193</sup>. E foi nessa qualidade que ajudou a dominar a revolta de Nápoles. Um ano depois, foi nomeado vice-rei da Sicília, nessas funções se mantendo até 1651. Em 1653, foi designado vice-rei da Catalunha, para concluir a sua pacificação, e, em 1656, governador dos Países Baixos, que estavam em revolta aberta contra o rei de Espanha.

Cinco anos depois, Filipe IV, seu pai, julgou estarem, finalmente, reunidas as condições – políticas, diplomáticas, militares – para partir à

reconquista de Portugal. E dessa empresa encarregou o bastardo real, que foi nomeado capitão-general da Conquista do Reino de Portugal. João José de Áustria não rejubilou com a nomeação, muito pelo contrário. No entanto, cumpriu as ordens de seu pai – e comandou duas campanhas, a de 1661 e a de 1662, em que obteve alguns sucessos. Mas, na campanha de 1663, foi completamente derrotado na batalha do Ameixial, «deixando no campo de batalha mais de 4000 mortos, 6000 prisioneiros, toda a artilharia e consideráveis despojos»<sup>194</sup>. Foi o próprio bastardo que, assumindo todas as responsabilidades pelo desastre (que os seus muitos pecados explicariam...), deu a notícia ao pai: «Facilmente acreditará Vossa Majestade que preferia ter morrido mil vezes a ver-me obrigado a dizer a Vossa Majestade que os seus exércitos foram infamemente derrotados pelos inimigos [...]»<sup>195</sup>

Tentou, logo depois, regressar à corte de Madrid e ser investido num lugar com relevância política. Filipe IV não lhe deferiu o requerimento, obrigando-o a regressar à guerra de Portugal – onde, em 1664, as tropas espanholas tornaram a ser esmagadas. De volta a Espanha, D. João de Áustria foi convidado a aceitar o arcebispado de Toledo, que o levaria ao cardinalato e ao cargo de inquisidor-geral. Recusou, insistindo em obter do pai outros lugares e regalias. Filipe IV irritou-se com o bastardo. E quando, já moribundo, foi informado de que o filho o queria ver, proibiu-lhe a entrada no quarto.

A verdade, porém, é que o rei de Espanha não esqueceu, no seu testamento, o filho adúltero. E, ao mesmo tempo que investia a rainha viúva na regência de Espanha (dada a menoridade do seu herdeiro, o jovem e enfermo Carlos II), pedia-lhe que amparasse e favorecesse D. João, servindo-se dele e dando-lhe o necessário para viver «conforme a sua qualidade»<sup>196</sup>. Nada estava mais longe dos propósitos de D. Mariana de Áustria, que nunca compreendera nem aceitara as atenções, as honras e os privilégios que seu marido concedera ao bastardo.

D. João tornou-se então a cabeça da oposição à rainha. Foram anos de intrigas, confrontos – e um golpe de Estado, o «primeiro golpe de Estado da história de Espanha» que, se não deu a D. João o poder que ele ambicionava em Madrid, obrigou, no entanto, a rainha a nomeá-lo vice-rei e capitão-general de Aragão. Foi isto em Junho de 1669.



O bastardo teve de esperar até Janeiro de 1677 para conquistar o poder que realmente ambicionava – o de governar a Espanha, mesmo que fosse em nome do rei seu irmão. Mas, dois anos depois, o seu governo, acolhido com esperança e aplauso, suscitava críticas e enfrentava oposições cada vez mais aguerridas. Para agravar a situação, D. João adoeceu. E, em Setembro de 1679, morreu. Tinha 50 anos de idade.

Nunca casou – embora não lhe tenham faltado noivas. E algumas delas eram portuguesas. Com efeito, os adeptos do rei D. Afonso VI, querendo restaurá-lo no trono português, de que fora despejado pelo irmão, pensaram que o seu propósito seria mais bem alcançado se, ao mesmo tempo, casassem D. João com D. Maria, a filha bastarda de D. João IV, que vivia enclausurada no Convento de Carnide.

Mas também houve, antes de 1661, a ideia de o casar com D. Catarina de Bragança, a filha legítima de D. João IV e que foi rainha de Inglaterra. Com esse casamento cessaria a guerra da Restauração, estabelecendo-se uma trégua de 20 anos. D. João de Áustria subiria ao trono português com D. Catarina. E D. João IV passaria ao Brasil. Sem surpresa, os autores deste mirabolante plano eram ministros de Filipe IV, rei de Espanha<sup>197</sup>.

Finalmente, o nome de D. João foi inscrito no rol dos possíveis maridos da princesa D. Isabel Luísa Josefa, a filha de D. Pedro II, quando se tratou do seu casamento. Dessa lista faziam ainda parte dois reis – Carlos II de Espanha e Luís XIV de França –, vários príncipes franceses, italianos e germânicos, e um filho do rei da Polónia. Mas a princesa, também ela, acabou solteira.

Nunca tendo casado, D. João José de Áustria deixou, no entanto, uma filha: Soror Margarida da Cruz de Áustria, havida de uma das filhas (ou de uma das sobrinhas) do pintor José de Ribera, que seduziu e raptou, causando com isso grande escândalo em Nápoles, onde o artista vivia.

Mal nasceu, em 1650, na Sicília, Margarida da Cruz foi tirada à mãe e entregue aos cuidados do conde de Eril, para que a criasse. Ao fazer seis anos, ingressou no Convento das Descalças Reais, onde professou (aos 16 anos) e morreu 30 anos depois<sup>198</sup>.

Mas Soror Margarida de Áustria pode não ter sido a única filha ilegítima de D. João de Áustria, *o Moço* (por oposição a D. João de Áustria, *o Velho*, bastardo do imperador Carlos V). Com efeito, há autores que

referem a existência de mais duas filhas bastardas, nascidas depois de Margarida. Como ela, ambas foram freiras.

[190](#) Ignacio Ruiz Rodriguez, *Don Juan José de Austria en la monarquía hispánica: entre la política, el poder y la intriga* (Madrid: Libros Dykinson, 2007), p. 30.

[191](#) Aydano Roriz, *Van Dorth* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2006), p. 62.

[192](#) Cf. António de Oliveira, *Filipe III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2008), p. 117.

[193](#) Cf. José Calvo Poyato, *Juan José de Austria* (Barcelona: Debolsillo, 2003), p. 30.

[194](#) Joaquim Veríssimo Serrão, «João José de Áustria», in *Dicionário da História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1990), vol. III, p. 405.

[195](#) José Calvo Poyato, *Juan José de Austria* (Barcelona: Debolsillo, 2003), p. 93.

[196](#) Cf. Idem, *ibidem*, pp. 103ss.

[197](#) Augusto Casimiro, *Dona Catarina de Bragança – Rainha de Inglaterra, Filha de Portugal* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Portugália Editora, 1956), p. 49.

[198](#) José Calvo Poyato, *Juan José de Austria* (Barcelona: Debolsillo, 2003), p. 40.

## IV

### Os bastardos de Bragança

## A BASTARDA DO RESTAURADOR

Nascido em 1604, D. João IV, o primeiro rei do Portugal restaurado, casou, em 1633, com D. Luísa de Gusmão, filha do duque de Medina Sidónia. D. João era, então, o 8.º duque de Bragança e vivia no seu paço de Vila Viçosa. Tinha fama (e proveito) de mulherengo. Gostava sobretudo de mulheres do povo – e delas continuou a gostar mesmo depois de subir ao trono, a 1 de Dezembro de 1640. Mas isso não impediu que, do seu casamento, nascessem sete filhos legítimos, dos quais apenas três sobreviveram a seu pai, falecido em 1656: D. Catarina, que foi rainha de Inglaterra, e D. Afonso VI e D. Pedro II, que foram reis de Portugal.

Já as várias aventuras extraconjugais que D. João terá tido não deram, que se saiba, muitos frutos. Só se lhe conhece, com efeito, uma filha bastarda: D. Maria, havida de uma «mulher limpa» que era criada de varrer no paço.

Nascida a 30 de Abril de 1644, D. Maria foi logo retirada a sua mãe (que ingressou no Convento de Chelas, tomando o nome de Maria de São João Baptista) e entregue aos cuidados do secretário de Estado, António Cavide, que, segundo Camilo, era o «medianeiro dos amores ilícitos do monarca» e que foi encarregado de criar a bastarda. Esta entrou, em 1650, com seis anos de idade, no Convento de Santa Teresa, das Carmelitas Descalças, em Carnide, para ser educada pela sua fundadora – Madre Micaela Margarida de Santa Ana, filha bastarda de Matias de Habsburgo, imperador da Alemanha.

D. João IV apenas no seu testamento reconheceu D. Maria como filha, fazendo-lhe várias doações, que a rainha viúva, regente do reino, se apressou a confirmar: a comenda maior da Ordem de Santiago, as vilas de Torres Vedras, Colares, Azinhaga e Cartaxo, bem como 50 mil cruzados em dinheiro, para «compor a sua casa»<sup>199</sup>. E só lhe dirigiu a palavra quando já estava moribundo, escrevendo-lhe uma carta que levou a data de 4 de Novembro de 1656 e rezava assim: «Minha filha, foi Deus servido

que a primeira vez que tendes carta minha seja despedindo-me de vós, dando-vos a minha bênção acompanhada de Deus que fique convosco, e lembrai-vos sempre de mim como eu o fio de vós»<sup>200</sup>.

Há-de ter sido depois da morte do pai que seus irmãos passaram a visitá-la e a corresponder-se com ela. D. Catarina de Bragança visitou-a várias vezes (antes, evidentemente, de casar com Carlos II, em 1661) e, de Londres, escreveu-lhe várias cartas – posto haja indicações de que a primeira reacção, ao saber da existência de uma filha natural de seu pai, não terá sido a melhor. É, pelo menos, o que dá a entender o duque de Cadaval numa carta à rainha Maria Sofia de Neuburgo, em que trata do casamento do seu filho com D. Luísa, a bastarda de D. Pedro II<sup>201</sup>.

Este sempre se preocupou muito com sua meia-irmã, que o considerava, aliás, todo o seu amparo e todo o seu bem, na falta do rei seu pai – como lhe escreveu em 1682. E, em 1691, no seu testamento, D. Maria – a quem a corte dava tratamento de Alteza – não se esqueceu de pedir desculpa ao irmão de «todas as moléstias que lhe houver causado» e agradecer «os favores que sempre receb[eu] da sua grandeza»<sup>202</sup>. De facto, D. Pedro – assegura Paulo Drummond Braga – «nunca deixou de procurar que [D. Maria] vivesse da melhor forma possível»<sup>203</sup>.

Mas, estando nesse Convento de Carnide, onde passou a maior parte da sua vida, usando um hábito de «matéria mais fina que o das outras freiras»<sup>204</sup>, D. Maria – chamada por isso D. Maria de Carnide<sup>205</sup>, posto preferisse o nome de Maria Josefa de Santa Teresa – foi falada para resolver algumas das magnas questões que preocupavam, naquele tempo, a corte e o país.

Com efeito, em 1673, alguns adeptos de D. Afonso VI conspiraram para o restaurar no trono, de que ele fora despejado por seu irmão D. Pedro, que então governava o reino com o título de Príncipe Regente. E, para dar mais força à conspiração, pensaram em casar o rei deposto com a rainha viúva de Espanha, mãe de Carlos III – casando ao mesmo tempo D. Maria com D. João José de Áustria, o bastardo de Filipe IV, como já atrás se disse. Mas a conjura foi descoberta e muitos dos conjurados, fidalgos e eclesiásticos foram presos por D. Pedro, que mandou logo a seguir reunir cortes com o propósito de jurar sua única filha, D. Isabel Luísa Josefa, como herdeira da coroa<sup>206</sup>.

Nessas cortes, o nome de D. Maria voltou a ser falado e o seu casamento voltou a ser discutido. Desta feita, porém, o que importava era evitar que a herdeira da coroa, D. Isabel Luísa Josefa, se casasse com um príncipe estrangeiro (como esteve prestes a suceder). Mas, como não havia em Portugal quem fosse digno de casar com a princesa, tiveram alguns a luminosa ideia, «atribuída aos procuradores dos povos», de propor que D. Maria casasse com o duque de Cadaval<sup>207</sup> – e o filho que haveria de nascer desse casamento fosse destinado a casar com D. Isabel Luísa Josefa.

Esta absurda congeminação, que o Padre António Vieira defendeu<sup>208</sup>, foi evidentemente posta de parte. E D. Maria continuou, até morrer, noiva (ou esposa) do Senhor. Como, aliás, desejava. Quando a hipótese de casar com o duque de Cadaval lhe foi posta, D. Maria declarou que não sairia da clausura «senão em postas a tomar outro esposo, porque já o tinha há muito tempo»...<sup>209</sup>

Não era provavelmente essa a vontade do rei seu pai, que, no seu testamento, diz ter tratado com António Cavide de «alguns intentos» que teve quanto ao «modo e estado que ela houver de tomar»<sup>210</sup>. E deixou-lhe uma renda anual de dois mil cruzados até ela casar.

D. Maria preferiu, porém, conservar-se no convento. «Para serviço da religião, assistia às enfermas, preparava-lhes a comida, sujeitando-se a serviços os mais ínfimos; rezava com as religiosas no coro os ofícios divinos; comia no refeitório comum com as freiras, exercia mortificações com elas, durante a comida ia substituir o lugar de leitora para esta tomar a refeição»<sup>211</sup>. Nunca largou o hábito, nem quando foi por três vezes a banhos, às Caldas da Rainha.

Também não aceitou a dignidade de comendadeira de Santos, que lhe foi oferecida, respondendo que D. Maria Josefa de Santa Teresa não deixaria o Convento de Santa Teresa, nem depois de morta. «Dava contínuas e avultadas esmolas, sensibilizando-se sempre muito e chorando com as desgraças e infelicidades que os pobres lhe contavam nos seus pedidos»<sup>212</sup>.

Fundou a igreja de Santa Teresa dos carmelitas descalços de Carnide, principiada em 15 de Outubro de 1662 e concluída 15 anos depois,

decorando-a com pinturas excelentes, alfaias custosas, uma preciosa custódia e uma lâmpada de prata. Nisso gastou mais de 210 000 cruzados.

Em 1685, «deu principio à fundação do convento de S. João, de carmelitas descalços no lugar de Carnide». A primeira pedra, lançada com grande pompa a 24 de Junho, tinha a seguinte inscrição: «Maria Filia Joannis IV, Lusitaniae Regis hoc edificavit Monasterium anno de 1685, regnante Petro II, fratre suo amantissimo, et invictissimo.» Ou seja: «Maria, filha de João IV, rei de Portugal, aqui edificou o mosteiro no ano de 1685, reinando Pedro II, seu irmão amantíssimo e invictíssimo».

Falecida a 6 de Fevereiro de 1693, «com fama de possuída pelo Demónio»<sup>213</sup>, deixou em testamento o padroado dos dois templos que mandara edificar ao rei seu irmão, legando todos os seus bens a D. Luísa, filha dele – o que não deixou de suscitar as queixas e os protestos das religiosas de Chelas, que recorreram à justiça<sup>214</sup>. Sem nenhum sucesso, ao que parece.

\* \* \*

Para além de D. Maria, D. João IV poderia ter tido mais um bastardo: Afonso Faião, que foi abade de Baltar e antepassado da família Leite de Bragança, estabelecida em Cete. Alguns autores (Teixeira de Vasconcelos, Camilo Castelo Branco) pareceram defender esta tese, que foi contrariada depois por quem sustentava, em Portugal mas também no Brasil, que o abade era afinal irmão do rei Restaurador – já que nascera de uma aventura galante de seu pai, D. Teodósio, 7.º duque de Bragança.

Para defender a paternidade de D. Teodósio, abonaram-se esses autores em cartas de brasão oitocentistas, que muitos genealogistas consideram tradicionalmente pouco rigorosas. A este respeito, Felgueiras Gayo – uma autoridade geralmente acatada nestas matérias – escreve que «haveria alguma afectação quando se forjarão estes papeis pois nunca topei esta Linha e não era natural q sendo assim a não tratassem os Genealogicos»<sup>215</sup>. Quer dizer: Afonso Faião, ou melhor, Pedro Afonso Faião, nascido em Vila Viçosa e falecido a 3 de Outubro de 1622, não seria nem filho nem irmão de D. João IV, mas um clérigo cujos



descendentes resolveram a certa altura que pertenciam, embora por ínvias vias, à casa real portuguesa.

Com efeito, o abade de Baltar, ofendendo, pelo menos, o sexto mandamento da Lei de Deus, teve dois filhos: Leonor e Paulo Faião. Deste nada mais se soube. Mas Leonor casou e teve oito filhos, que preferiram o apelido da mãe ao do pai, Paulo Nogueira. Ora, um dos bisnetos da bastarda do abade – Hipólito de Meireles Afonso Faião (1695-1775), fidalgo-cavaleiro da Casa Real com 1.600 réis de moradia (alvará de 24.1.1715); fidalgo de cota de armas (Carta de Brasão de Armas de 18.5.1734); cavaleiro da Ordem de Cristo; e senhor da Casa de Cete – resolveu que os filhos nascidos do seu casamento com Margarida Isabel Leite Correia usariam o nome de Bragança. Todos passaram assim a ostentar esse apelido, que passou de pais para filhos e chegou aos dias de hoje, sendo em muitos casos o único que usam, não obstante as muitas dúvidas que há sobre o direito que têm de o fazer.

Uma coisa é certa, porém: os chamados Braganças do Minho são descendentes sem nenhuma dúvida dos reis de Portugal, já que a mulher daquele Hipólito Faião que lhes deu o seu actual apelido tinha por antepassados D. Teresa Sanches, bastarda de D. Sancho I, e Afonso Dinis, bastardo de D. Afonso III.

[199](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. VII, p. 143.

[200](#) Camilo Castelo Branco, *O Regicida* (Lisboa: Companhia Editora de Publicações Ilustradas, s/d).

[201](#) Joana Almeida Troni, *Catarina de Bragança* (Lisboa: Colibri, 2008), p. 229.

[202](#) Paulo Drummond Braga, *D. Pedro II* (Lisboa: Tribuna da História, 2006), p. 137.

[203](#) Idem, *ibidem*, p. 212.

[204](#) Camilo Castelo Branco, *O Regicida* (Lisboa: Companhia Editora de Publicações Ilustradas, s/d), p. 254.

[205](#) D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas* (Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2001), p. 226.

[206](#) António Álvaro Dória, *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia* (Porto: Livraria Civilização, 1944), pp. 296-300.

[207](#) Cf. *Manuscritos do Fond Portugais da Biblioteca Nacional de França* (Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2001), p. 102.

[208](#) António Vieira, *Obras Escolhidas, vol. II – Cartas/II* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997), p. 8.

[209](#) Camilo Castelo Branco, *O Regicida* (Lisboa: Companhia Editora de Publicações Ilustradas, s/d), p. 254.

[210](#) Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), T. IV, p. 770.

[211](#) [http://www.arqnet.pt/dicionario/maria\\_inf10.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/maria_inf10.html)

[212](#) Idem.

[213](#) Paulo Drummond Braga, *D. Pedro II* (Lisboa: Tribuna da História, 2006), p. 137.

[214](#) Cf. *Manuscritos do Fond Portugais da Biblioteca Nacional de França* (Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2001), p. 123.

[215](#) Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), vol. V, p. 155.

## OS BASTARDOS DE D. PEDRO II

**A**poucado de corpo e de espírito, D. Afonso VI, o infeliz herdeiro do rei Restaurador, não teve filhos, legítimos ou ilegítimos, mau grado os muitos mas inúteis esforços para os ter. É verdade que Camilo Castelo Branco, ao publicar a *Vida d'El-Rei D. Afonso VI, Escrita no Ano de 1684*, veio sustentar que o sucessor de D. João IV conseguiu ter uma filha bastarda de Catarina Arrais de Mendonça, que foi «levada à sua câmara por meios ilícitos e ardilosos».

Essa criança – que, na prodigiosa imaginação de Camilo, haveria de ser avó de uma das amásias do rei D. Miguel, D. Mariana Joaquina Franchiosi Rolim de Portugal – provaria que o monarca era, afinal, capaz de procriar, ao contrário do que ficou estabelecido na sentença que anulou o seu casamento com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, futura mulher de seu irmão D. Pedro.

Mas não foi por ser um historiador probo e rigoroso que Camilo ocupa lugar de destaque nos anais da Literatura Portuguesa. E, como escreve Joaquim Veríssimo Serrão, o processo de nulidade do casamento de D. Afonso VI «contém matéria abundante para provar a incapacidade de assegurar a sucessão do Reino»<sup>216</sup>. O que não impediu os seus apaniguados de lhe atribuírem a paternidade de outras bastardas, criada, uma, em casa do conde de Castelo Melhor – e de que nunca mais se ouviu falar – e outra no Convento de Odivelas, por D. Feliciano de Milão, que também desapareceu de cena<sup>217</sup>.

Pelo contrário, seu irmão, o rei D. Pedro II, demonstrou ampla capacidade de garantir a sua sucessão nas muitas mulheres com quem conviveu. Levava especialmente em gosto aquelas que eram de origem mais humilde ou pele mais escura, posto também tivesse tido uma viscondessa por amante. Frequentava assiduamente casas de prostituição, onde (dizem) era famoso por pagar mal os serviços que recebia. E teve vários filhos, legítimos ou não.

Do seu primeiro casamento com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, filha dos duques de Nemours, que fora mulher do rei seu irmão, teve apenas uma filha: D. Isabel Luísa Josefa, a princesa a quem atribuíram 17 pretendentes (alemães, italianos, franceses) mas que acabou por morrer solteira, aos 21 anos de idade.

Do seu segundo casamento, com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, D. Pedro II, o rei Pacífico, teve sete filhos, cinco rapazes e duas raparigas. A saber: (1) D. João, que morreu menino; (2) D. João, segundo do nome, que foi o herdeiro e sucessor de seu pai; (3) D. Francisco, homem muito rico e muito feio (porque a varíola o atacou quando tinha três anos), que foi duque de Beja e prior do Crato; (4) D. António, infante de carácter «extravagante», que viveu quase sempre longe da corte; (5) D. Teresa, que morreu de varicela, com oito anos de idade; (6) D. Manuel, de «espírito destemido e aventureiro», que andou muitos anos por várias cortes da Europa; e (7) D. Francisca, que também morreu muito jovem.

Com excepção do herdeiro do trono, o futuro D. João V, todos morreram solteiros e sem descendência legítima – embora o infante D. Francisco tenha tido dois filhos de D. Mariana de Sousa, que foi freira em Sant’Ana, onde morreu esmagada pelo desmoronamento do seu próprio quarto, no Grande Terramoto de 1755.

Esses dois filhos foram D. Pedro e D. João da Bemposta («apelido» que o povo lhes pôs, por residirem no Real Paço da Bemposta, ou Paço da Rainha, mandado construir por D. Catarina de Bragança, quando voltou de Inglaterra). D. Pedro morreu em 1741, causando a sua morte grande aflicção ao infante D. Francisco<sup>218</sup>. D. João, esse, legitimado em 1749, por alvará de 26 de Maio, fez «grande figura» na corte e foi muito favorecido do rei, que chegou a publicar um decreto dando-lhe precedência sobre todos os títulos. Mas o duque de Lafões protestou e venceu<sup>219</sup>. Ainda assim, D. João foi conselheiro de Estado, mordomo-mor da rainha D. Maria I e capitão-general das Armadas Reais. Casou com a duquesa de Abrantes, D. Maria Margarida de Lorena, de quem não teve filhos<sup>220</sup>.

Há, no entanto, quem diga que este D. João da Bemposta era filho, não de D. Mariana de Sousa, mas da mulata Isabel, da Graça, cujos amores com D. Francisco deram brado em Lisboa.

Mas regressemos a D. Pedro II, *o Pacífico*, grande amador de «fêmeas de rebotalho», como escreveu Alberto Pimentel. Fora dos seus casamentos, são-lhe conhecidas, pelo menos, sete amantes – e três filhos ilegítimos, embora se saiba que o número de bastardos de D. Pedro II foi bem mais numeroso. Em 1678, por exemplo, o Padre António Vieira noticiou, numa das suas cartas, o nascimento de um bastardo de D. Pedro, «filho de uma lavadeira»; o conde de Povolide, por seu turno, referiu-se a um bastardo real «de cor parda, que é frade»<sup>221</sup>; e um francês, Téophile Daupineaut, garantiu que D. Pedro II tinha especial predilecção por mulheres pretas, delas havendo «vários filhos que teve o cuidado de mandar oportunamente para as Índias [...]»<sup>222</sup>

Três foram os bastardos reconhecidos pelo rei: D. Luísa, D. Miguel e D. José. A menina, que por expressa vontade do pai recebeu o nome da avó materna, a rainha D. Luísa de Gusmão, nasceu a 9 de Janeiro de 1679, numa «casa junto a Corte Real», em Lisboa, fruto dos amores de D. Pedro II com uma mulher que se chamou Maria da Cruz Mascarenhas, depois de se ter chamado Maria Carvalhas. Esta era, segundo o conde de Povolide, «moça de varrer, criada de uma dama do Paço»<sup>223</sup>, mas tinha um irmão que era Familiar do Santo Ofício. Contava 23 anos de idade quando a filha nasceu e acabou recolhida no Convento de Santa Mónica, «por ordem de El-Rei Nosso Senhor»<sup>224</sup>.

O parto foi difícil e a criança esteve às portas da morte, pelo que foi baptizada *in periculo mortis* por Francisco Correia de Lacerda, o secretário de Estado, «que, de cavaleiro casado e viúvo, se fez eclesiástico»<sup>225</sup>. Foi seu padrinho o duque de Cadaval, que seria mais tarde seu sogro. E esteve presente António do Prado, «Cirurgião da Câmara de Sua Alteza».

D. Pedro II apressou-se a reconhecê-la numa declaração feita de sua letra e sinal a 1 de Março de 1679, menos de dois meses depois do nascimento daquela que era a sua filha primogénita: «Declaro que houve uma filha de mulher donzela e limpa de sangue, a qual ordenei chamassem Dona Luísa.»<sup>226</sup> E mandou que fosse criada em casa do secretário de Estado.

No dia seguinte a esta declaração, que permaneceu secreta, o padre Domingos do Vale, prior de São Nicolau e tesoureiro da capela de D.

Pedro, ungiu-a com «os santos óleos, debaixo do nome de enjeitada»<sup>227</sup>.

Aos oito anos foi levada para o Convento de Carnide, onde estava sua tia D. Maria, a filha bastarda de D. João IV, cujo exemplo era – como D. Pedro II então escreveu – «o mais eficaz ditame» para conduzir à «maior perfeição» da filha<sup>228</sup>. A carta do monarca à sua meia-irmã tem a data de 21 de Fevereiro de 1687<sup>229</sup>.

A legitimação de D. Luísa foi publicada por carta de 25 de Maio de 1691, no tempo da rainha alemã. E logo se começou a tratar do seu casamento. Em 1695, a filha de D. Pedro, restabelecida de grave doença, casou com D. Luís Ambrósio de Melo, 2.º duque de Cadaval, que faleceu em 1700, vítima de bexigas de «tão má qualidade».

Dois anos depois, que D. Luísa passou no Palácio de Corte Real sem nunca dele sair, voltou a casar – com D. Jaime de Melo, 3.º duque de Cadaval e irmão do seu primeiro marido, que era «confidente e muitas vezes companheiro de prazeres» de D. João V. Para esse casamento se realizar (a 16 de Setembro de 1702) foi necessário obter a dispensa papal, concedida contra o parecer expresso do Santo Ofício, em Roma. O papa cobrou, «a título de esmola», a quantia de «três mil escudos de moeda romana»<sup>230</sup>.

D. Luísa ocupou lugar de destaque na corte de seu pai, que lhe mandou dar, aliás, o tratamento de Alteza mas nunca lhe concedeu o título de Infanta. Todas as questões protocolares relacionadas com a bastarda foram aliás objecto de minuciosas análises e demoradas discussões, mandando-se colher no estrangeiro informações e pareceres. A Madrid pediram-se, por exemplo, informações sobre «a forma como D. João de Áustria [bastardo de Filipe IV] tratava os embaixadores» e em Paris recolheram-se, por intermédio do marquês de Cascais, notícias sobre «as formas de tratamento dos filhos bastardos»<sup>231</sup>.

D. Pedro II morreu a 9 de Dezembro de 1706 e, no seu testamento, recomendou aos filhos legítimos que honrassem a bastarda e a acrescentassem com mercês, «como pedem as obrigações de sangue e as virtudes de Dona Luísa».

O pedido foi satisfeito – e a filha primogénita de D. Pedro II foi «uma das estrelas da corte de D. João V». Era «a Senhora Dona Luísa de uma boa estatura, grossa, branca e loura, olhos azuis com formosura, e grande

desembaraço; vestia com decência e não com excesso, entendimento varonil, com graça na conversação, explicando-se com palavras escolhidas, imitando em tudo o que podia ser decente o Rei seu pai, a quem em muitas coisas se pareceu, com grande satisfação sua, até nas forças, que delas fez admiráveis provas, excedendo os anos e a delicadeza do sexo, admirando aos mais robustos – do que el-rei gostava muito.»<sup>232</sup>

Mas, por 1722, «começaram os achaques a persegui-la com alguma hipocondria, de sorte que, sendo naturalmente alegre, a melancolia a entristecia, parece que inspirada do mal que lhe sobreveio». Pouco tempo depois de se ter confessado no dia da Porciúncula, «penetrada de uma viva imaginação, começou a padecer o entendimento e nesta infelicidade viveu alguns anos».

Numa manhã de Dezembro de 1732 acordou «embrulhada num lençol, deitada num ladrilho, e já com uma perna e um braço tolhidos e sem fala». Chamaram-se os médicos e aplicaram-se remédios, mas não houve melhoras. Morreu a 23 de Dezembro de 1732, em Évora, com 43 anos de idade, sem se ter confessado, «porque assim como havia anos que estava louca, assim morreu e só se lhe assistiu com o sacramento da unção».

A sua morte não causou, ao que parece, grande desgosto ao marido. À uma, ele era pessoa que «se não maça[va] seja com o que for». E, à outra, a morte de sua mulher permitiu-lhe restabelecer a sua casa, que se perdia por falta de sucessão<sup>233</sup>. Ainda assim, o duque de Cadaval quis enterrar a mulher com honras de alteza. Mas não lhe foi consentido que o fizesse. E o corpo de D. Luísa foi depositado no jazigo dos duques de Cadaval, em Évora.

Pela morte da irmã, D. João V recolheu-se por três dias e tomou luto por dois meses – o primeiro da capa comprida e o segundo de capa curta<sup>234</sup>.

\* \* \*

Além de D. Luísa, reconheceu D. Pedro II mais dois bastardos: D. Miguel e D. José. Foi isto a 19 de Setembro de 1704, na Guarda, quando o rei Pacífico, «picado da consciência e com a morte rodando»<sup>235</sup>, assinou a seguinte declaração:



«Declaro que fora do matrimónio tive dois filhos de mulheres desobrigadas e limpas de toda a nação infecta; um se chama D. Miguel e o outro D. José; ambos se criam em casa de Bartolomeu de Sousa Mexia. Encomendo ao Príncipe que lhes dê aquele estado que for mais conveniente e decente às suas Pessoas, como a Irmãos seus, em que vivam com aquela abundância que não se vejam obrigados a necessitar de outra protecção, mais que da sua.»<sup>236</sup>

D. Miguel nasceu em Lisboa a 15 de Outubro de 1699, filho de Anne Armande du Vergé, também conhecida por Armanda de Elvas, que era dama da rainha. Mas também era, como sua mãe, aliás, uma espia ao serviço de Luís XIV, rei de França, na corte de Lisboa. E por isso chegou a ser presa, no Recolhimento do Castelo, em Lisboa. Depois dos amores com o rei, foi amante do abade de Estrées, embaixador de França em Lisboa, de quem também terá tido um filho, D. Pedro António d'Étré, d'Estrées ou d'Estreis, que «seguiu a carreira militar na marinha portuguesa», chegando a capitão-de-mar-e-guerra<sup>237</sup>.

D. José, por seu turno, nasceu a 6 de Maio de 1703, fruto da relação de D. Pedro II com Francisca Clara da Silva, filha de um tanoeiro, que, segundo o conde de Povolide, era «prezada de formosa». O rei conheceu-a quando ela foi com a mãe ao paço queixar-se de um homem «que lhe não queria cumprir a palavra que lhe tinha dado de casamento». Mas, escreve o conde de Povolide, a queixa pode não ter passado de um «pretexto para se ir mostrar a El-Rei [...]»<sup>238</sup>

Os dois bastardos foram criados, incógnitos, em casa de Bartolomeu de Sousa Mexia, secretário das Mercês, de onde saíram, a 19 de Março de 1712, para as casas do conde de Soure. Dois anos depois, D. João V, que lhes tinha mandado dar o tratamento de Altezas, recebeu-os no seu palácio, numa audiência solene que Pietro Francesco Viganego, agente secreto do rei de França em Lisboa, relatou ao marquês de Torcy, em carta de 20 de Março de 1714:

«Sábado, os dois jovens Príncipes, filhos naturais do Rei D. Pedro, fizeram a sua primeira visita de cerimónia ao Rei seu irmão, tendo sido acompanhados à sua presença pelo duque D. Jaime [de Cadaval], que os foi buscar a casa com um séquito composto da maior parte dos grandes. O capitão da guarda e o vedor da casa receberam-nos ao fundo das escadas e

quando entraram na sala de audiências o Rei deu cinco ou seis passos na sua direcção e fê-los sentar em tamboretos colocados no estrado. O mais velho [D. Miguel], que será duque e casará brevemente com a herdeira da casa de Arronches, executou muito bem o seu cumprimento e disse à saída que se soubesse que o Rei seu irmão achasse bem ter-lhe-ia falado em francês, o que teria sido mais fácil que em português. O mais novo [D. José] estava vestido de abade. Em seguida foram cumprimentar a Rainha aos seus aposentos, a qual os recebeu do mesmo modo.»<sup>239</sup>

Já então, como se vê, os dois bastardos sabiam que futuro lhes tinha sido reservado. «Ornado de excelentes partes», de «gentil presença» e «engenho sublime» (como António Caetano de Sousa o recorda), D. Miguel estava destinado a casar-se com Luísa Casimira de Sousa Nassau e Ligne, filha de Carlos José de Ligne, marquês de Arronches e conde de Miranda, a quem o rei deu honras de duquesa. Ela haveria, porém, de reclamar mais tarde o título de Alteza – que D. João V dera a seu marido. A questão foi tratada por juízes para o efeito designados. Mas a pretensão não lhe foi deferida<sup>240</sup>.

O casamento foi celebrado a 30 de Janeiro de 1715, tendo o noivo 15 anos de idade, e dele nasceram quatro filhos, de que o rei D. João V foi padrinho, assistindo, incógnito, ao seu baptizado. Foram eles: (1) D. Joana, que casou com o 4.º marquês de Cascais (sobrinho de D. Filipa de Noronha, a primeira amante conhecida de D. João V) e morreu sem geração; (2) D. Pedro, 1.º duque de Lafões, que morreu solteiro; (3) D. João, 2.º duque de Lafões, que, nos reinados subsequentes, foi figura de grande relevo na corte e no país; e (4) D. Francisca, que viveu apenas um ano.

Sobre este casamento conta o conde de Povolide que a marquesa de Arronches, querendo ardentemente casar a filha com o bastardo de D. Pedro II, foi falar com umas tias de Francisca da Silva, a mãe de D. José, a quem chamavam as *Tanoeirias*. Estas garantiram à marquesa que conseguiriam obter do rei esse casamento, já que D. João V frequentava de noite a sua casa. A marquesa deu crédito às promessas e untou com «algumas coisas de valor» as mãos das *Tanoeirias*, que nunca mais trataram do caso. Interpeladas pela marquesa, garantiram-lhe que o rei haveria de passar a cavalo por casa dela, a determinada hora de

determinada noite, e, se ela estivesse à janela, haveria de lhe dizer o que se passava com o casamento. Um homem passou, de facto, no dia e hora previstos, por casa da marquesa, conversando ela com ele. Mas o homem não era evidentemente o rei, que, quando soube da história, degradou as *Tanoeiras* e o seu «sósia», que era um sobrinho do conde de Castelo Melhor<sup>241</sup>.

D. José, por seu turno, estava destinado à carreira eclesiástica. De «estatura ordinária, cabelo preto, algum tanto crespo, os olhos grandes e vivos, os beiços grossos», começou por aprender latim e gramática com o padre Francisco da Rocha, da Ordem de São Pedro, que acompanhou a sua educação até D. José ser mandado estudar no Colégio da Universidade de Évora. Foi isto em Setembro de 1715, alguns meses depois de D. Miguel casar.

D. João V deu, aliás, minuciosas instruções sobre a forma como seu irmão devia comportar-se e ser tratado. Nessas instruções, o rei determinava, entre outras coisas, que D. José fosse constantemente assistido por um sacerdote, devendo, além disso, assistir diariamente à missa, continuar a devoção do ofício e terço à Virgem Maria e receber os sacramentos ao menos uma vez por mês<sup>242</sup>. Além disso, o bastardo não devia jogar com os criados «enquanto houver padres que joguem com ele». Devia ser discreto e modesto. Não lhe devia ser consentido «brincar com rapazes, ou estudantes externos», mas apenas com os seus criados. E devia ser despedido todo o criado que lhe trouxesse «brincos, ou presentes, ou conversações» e, ainda, «recados de coisas ilícitas e indecentes».

D. José permaneceu no Alentejo até 1717, regressando então a Lisboa – onde, nos anos seguintes, levou uma vida que se supõe «remansosa», na companhia do irmão e da família dele, mau grado a zanga de D. João V com D. Miguel, que levou o monarca a proibir a entrada deste no paço<sup>243</sup>. Foi isto em 1723.

A 17 de Janeiro de 1724, quando ambos vinham da Outra Banda a Lisboa, no regresso de uma caçada, o escalor que os transportava virou-se no Tejo<sup>244</sup>. D. Miguel morreu afogado, com mais 15 pessoas. O seu corpo foi depositado no Convento de Santa Catarina de Ribamar. E «o Rei, a

Rainha e os Infantes encerraram-se por três dias, tomando luto pesado por um mês e outro aliviado».

D. José, porém, salvou-se. E «escapou por modo tão estranho que se pode ter por milagroso; porque, sem socorro humano, ele se achou, depois de voltado o escaler, tendo lutado largo tempo com as ondas, sobre a quilha da mesma embarcação, de que ficou muito mal tratado»<sup>245</sup>. A partir desse dia, D. José padeceu de um «contínuo tremor da cabeça».

A tragédia poderá ter incrementado o fervor religioso de D. José, que nesse mesmo ano tomou as primeiras ordens eclesiásticas. E, no ano seguinte, regressou a Évora, para prosseguir os seus estudos teológicos. Depois de ter sido ordenado presbítero, em Dezembro de 1728, e rezado missa nova, em Janeiro de 1729, no oratório do rei, doutorou-se na Sagrada Teologia em Julho de 1733.

Comendador de Santa Maria de Almourol, Santa Maria dos Olhos e São Salvador de Lavre, na Ordem de Cristo, D. José foi feito arcebispo de Braga em 1739, sendo de 19 de Dezembro de 1740 a bula de Bento IV que confirma a nomeação. Sagrado a 5 de Fevereiro de 1741, na presença de toda a família real, entrou na arquidiocese a 23 de Julho desse ano.

Durante os 15 anos do seu pontificado desenvolveu intensa actividade. Entregou-se com grande energia às suas tarefas pastorais, pondo ordem nas igrejas e nos conventos. Disciplinou e reformou a sua diocese, mandando de castigo para a Índia muitos dos seus clérigos, que eram aliás em número excessivo. Combateu as músicas em língua vulgar ou de estilo efeminado e proibiu pessoas mascaradas nas procissões. Desempenhou também uma acção caritativa de grande alcance. Foi respeitado e temido. Mas parece que não foi amado dos de Braga, pelo que a sua morte, diz-se, alegrou a muitos.

Essa morte ocorreu ao fim da manhã de 3 de Junho de 1756, na Casa da Aurora, em Ponte de Lima, sendo o arcebispo vítima do «penoso sofrimento de uma dilatada moléstia, que o oprimiu» sempre. D. José, que era «muito inclinado ao jogo do taco, montava bem a cavalo e era muito curioso de pintura e debuxo, e por si pintava algumas coisas», tinha 53 anos e 25 dias de idade. Sucedeu-lhe na Sé de Braga seu sobrinho, D. Gaspar de Bragança, um dos Meninos de Palhavã.



De D. Miguel de Bragança descende a ilustre Casa de Lafões, a que se ligaram os duques de Cadaval. Entre os descendentes do bastardo régio contam-se o escritor Nuno de Bragança, o pintor Luís Pinto Coelho, os fadistas Vicente e José da Câmara e a jornalista Helena Sanches Osório.

[216](#) Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (Lisboa: Verbo, 1980), vol. V, p. 207.

[217](#) Ângela Barreto Xavier & Pedro Cardim, *D. Afonso VI* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 195.

[218](#) Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1823), T. IX, p. 228.

[219](#) Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e Meu Senhor Muito do Meu Coração – Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna* (Lisboa: Quetzal, 2000), p. 129. O real decreto que confere a precedência ao bastardo do infante D. Francisco é de 19 de Maio de 1750.

[220](#) Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1823), T. IX, p. 330.

[221](#) Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990), p. 188.

[222](#) Edgar Prestage, «Memórias sobre Portugal no reinado de D. Pedro II», in *Arquivo Histórico de Portugal*, II (Lisboa: 1935), p. 13.

[223](#) Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990), p. 188.

[224](#) Luís de Bivar Guerra, «D. Luísa, filha de D. Pedro II: uma princesa duas vezes duquesa», in *Miscelânea Histórica de Portugal* (1982), p. 22.

[225](#) Cf. Damião Peres, *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* (Porto, 1938), vol. I, p. 145.

[226](#) Luís de Bivar Guerra, «D. Luísa, filha de D. Pedro II: uma princesa duas vezes duquesa», in *Miscelânea Histórica de Portugal* (1982), p. 17.

[227](#) Idem, *ibidem*, p. 18.

[228](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. VIII, p. 263.

[229](#) *Manuscritos do Fond Portugais da Biblioteca Nacional de França* (Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2001), p. 312.

[230](#) *Ibidem*, p. 323.

[231](#) *Ibidem*, pp. 308 e 313.

[232](#) António Parada de Afonseca, *Apostilas à história de Braga no século XVIII: Sua Alteza o Senhor D. José de Bragança, Arcebispo Primaz, e o “método breve e claro de jogar o taco, o pião e a conca”* (Braga: Gráfica de S. Vicente, 1990), p. 19.

[233](#) Pietro Francisco Viganego, *Ao Serviço Secreto da França na Corte de D. João V* (Lisboa: Lisoptima/Biblioteca Nacional, 1994), p. 181.

[234](#) Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 52.

[235](#) António Parada de Afonseca, *Apostilas à história de Braga no século XVIII: Sua Alteza o Senhor D. José de Bragança, Arcebispo Primaz, e o “método breve e claro de jogar o taco, o pião e a conca”* (Braga: Gráfica de S. Vicente, 1990), p. 20.

[236](#) Idem, *ibidem*.

[237](#) Pietro Francisco Viganego, *Ao Serviço Secreto da França na Corte de D. João V* (Lisboa: Lisoptima/Biblioteca Nacional, 1994), p. 42.

[238](#) Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990), p. 189.

[239](#) Cf. Pietro Francisco Viganego, *Ao Serviço Secreto da França na Corte de D. João V* (Lisboa: Lisoptima/Biblioteca Nacional, 1994), p. 171.

[240](#) Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990), pp. 325 e 352.

[241](#) Idem, *ibidem*, pp. 220-221.

[242](#) Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 54.

[243](#) Conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990), pp. 351-352.

[244](#) Castelo Branco Chaves, *Portugal de D. João V visto por três forasteiros* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989), p. 51.

[245](#) António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946), vol. VIII, p. 298.



## OS MENINOS DE D. JOÃO V

**D**igno sucessor do rei seu pai, D. João V (o *Sultão do Ocidente*, como lhe chamou Camilo Castelo Branco) não teve menos amantes que D. Pedro II. «As mulheres foram o seu contínuo pensamento: ciganas, fidalgas, mulheres mecânicas e outras», segundo escreveu o capelão dos Marialvas, vaticinando que, por isso, o monarca haveria de «esperar muitos séculos no Purgatório pela sua remissão»<sup>246</sup>.

Esta devoção ao belo sexo trouxe-lhe, aliás, alguns amargos de boca. Em Março de 1714, por exemplo, Pietro Francesco Viganego, agente secreto da França na corte de D. João V, escreveu ao marquês de Torcy, ministro de Luís XIV: «Há descontentamento no palácio, principalmente por parte da Rainha [D. Maria Ana de Áustria], que dizia ultimamente que por uma ou duas amantes passa, mas quatro, cinco e seis era demais. O Confessor falou mas foi muito mal recebido, a ponto de ter sido ameaçado»<sup>247</sup>.

O rei Magnânimo teve também mais bastardos do que o seu augusto progenitor. Ou, pelo menos, reconheceu mais dois do que D. Pedro II, declarando-se pai de cinco filhos ilegítimos, três rapazes e duas raparigas. Mas deve ter tido muitos mais. É que, segundo garante William Beckford, o autor de *Vathek*, D. João V foi pai de crianças que «não julgou conveniente reconhecer, e que não são poucas, porque aquele pio monarca

... grande como os seus domínios,  
espalhou a imagem do Criador por toda a terra!»<sup>248</sup>

Os três filhos varões havidos por D. João V fora do seu casamento com D. Maria Ana de Áustria, e por ele reconhecidos, chamaram-se António, Gaspar e José. Foram eles os famosos Meninos de Palhavã, assim chamados por terem vivido no palácio do marquês de Louriçal, onde hoje está alojada a Embaixada de Espanha em Lisboa.

Todos três foram educados por Frei Gaspar da Encarnação (1685-1752), douto e fidalgo discípulo de S. Francisco, reitor da Universidade de Coimbra e confessor de D. João V, de quem foi um dos mais íntimos e queridos amigos. A ele se deve, ao que parece, ter D. João V, gravemente doente, decidido reconhecer os seus filhos bastardos. Esse reconhecimento foi feito nas Caldas da Rainha, a 6 de Agosto de 1742, por uma declaração que rezava assim:

«Por entender que sou obrigado, declaro que tenho três filhos ilegítimos de mulheres limpas de toda a infesta nação. Um se chama D. António, outro D. Gaspar, que no baptismo se chamou Manuel, e outro D. José, que no baptismo se chamou também Manuel. A sua educação entreguei a Fr. Gaspar da Encarnação, reformador dos cónegos regrantes, o que executou com tanto cuidado e zelo que tenho muito que agradecer e lhe agradecer da educação dos ditos meus filhos.»

A este reconhecimento, D. João V acrescentava um pedido a D. José, seu filho e herdeiro: «Encomendo ao príncipe lhes dê aquele estado que lhes for mais conveniente a suas pessoas, como seus irmãos. Eu sempre quis que fossem encaminhados para o eclesiástico. Espero que o príncipe os favoreça e ajude de sorte que na abundância competente não necessitem de outra protecção mais que a sua.»<sup>249</sup>

A declaração, redigida pelo beneficiado António Baptista, não se destinava, porém, a produzir efeitos imediatos. Devia ser entregue a Frei Gaspar da Encarnação, para este a apresentar «no tempo que lhe [tinha] declarado».

Que tempo fosse esse, não se sabe. Mas é de presumir que fosse o da morte de D. João V, ocorrida a 31 de Julho de 1750. A verdade, porém, é que o rei D. José só em 21 de Abril de 1751 assinou um decreto em que afirmava:

«Por me ser presente a declaração que el-rei, meu senhor e pai, fez por escrito de serem seus filhos D. António, D. Gaspar e D. José, que se educaram na congregação de Santa Cruz, a qual o dito senhor me mandou apresentar: hei por bem que daqui por diante sejam por tais reconhecidos e gozem das

honras, privilégios e isenções que nestes reinos são concedidos aos filhos ilegítimos dos reis.»

Ficava assim claro que, reconhecendo os filhos ilegítimos de D. João V, o monarca se limitava a cumprir as últimas vontades de seu senhor e pai. E para que não restassem dúvidas sobre a sua posição no caso, só três anos depois é que os chamou à sua presença. Recebeu-os com «demonstrações de alegria» em São Vicente de Fora, a 18 de Janeiro de 1755, reconheceu-os e fez a Corte reconhecê-los como tais, deu-lhes casa e ordenou que fossem tratados com as distinções, honras e grandezas que convinham à sua hierarquia. Entre elas contava-se o tratamento de Altezas, de que os bastardos de D. Pedro II também tinham beneficiado – o que era, na opinião de Anselmo Braamcamp Freire, «tudo paródia de Luís XIV»<sup>250</sup>.

O Rei-Sol de França tinha com efeito tomado, muitos anos antes, várias medidas em favor dos filhos que tivera de Madame de Maintenon, concedendo-lhes nomeadamente o tratamento de Altezas Sereníssimas e reconhecendo-lhes até, em 1714, o direito de suceder ao trono na falta dos seus herdeiros legítimos. Um ano depois, Luís XIV escandalizou ainda mais a sua corte ao decidir que deixava de produzir efeitos a distinção entre os seus filhos legítimos e os ilegítimos. Mas estas disposições foram anuladas em 1717, por serem contrárias às leis fundamentais da monarquia francesa.

O reconhecimento dos bastardos de D. João V fora um processo demorado. Mas, para as demoras, havia uma explicação: D. Maria Ana de Áustria, a rainha viúva, conservava «sempre grande ódio a todo o bastardo» e não queria, por isso, que os Meninos fossem declarados. Fez, aliás, quanto pôde para atrasar o reconhecimento<sup>251</sup>. Muitos consideraram injusta a oposição da rainha. Como notou o conde de Assumar, o «aborrecimento» da rainha não era «tão geral» que a impedisse de favorecer, como favorecia muito, o Senhor D. João da Bemposta, bastardo do infante D. Francisco<sup>252</sup>. Mas este era filho do seu cunhado – e não do seu infiel marido.

A verdade é que os Meninos tiveram de fazer bastos requerimentos para que a derradeira vontade de D. João V fosse finalmente cumprida. D. José, por seu turno, preocupado com a «repugnância e desprazer» da rainha sua

mãe, ouviu vários conselheiros sobre a questão. Todos lhe disseram que estava «indispensavelmente obrigado» a conceder aos bastardos de seu pai as honras que eles requeriam. Era esse o «costume do reino, inalteravelmente praticado», não só quando já não viviam as rainhas que se podiam sentir ofendidas com o adultério do marido, mas ainda em vida das mesmas senhoras.

D. José pediu a vários sacerdotes que convencessem a rainha-mãe a aceitar a atribuição das honras e preeminências que os filhos adúlteros de D. João V reclamavam. D. Maria Ana retorquiu que, se D. José reconhecesse os bastardos, «serviria de mau exemplo a seus filhos», acrescentando que, para satisfazer a vontade de seu pai, o rei não estava obrigado a conceder honras mas, apenas, a prestar alimentos.

Depois de rebater os argumentos da mãe, D. José decidiu submeter a uma junta a questão que importava resolver: «Se há princípio algum de Direito conforme ao qual se possa entender que a repugnância da dita senhora [D. Maria Ana] é coisa justa para impedir ou demorar o cumprimento da obrigação em que o dito senhor [D. José] se considera» – ou se há alguma «razão política» para se deixar de atender ao «costume do reino». A junta opinou que o rei estava obrigado a fazer o que seu pai lhe mandara, não podendo fazer o que sua mãe lhe pedia. Mas houve quem sustentasse que D. José podia, «sem injustiça nem pecado, ainda venial», negar provimento aos requerimentos dos Meninos de Palhavã. Estes não eram filhos naturais mas espúrios, «nascidos de punível e danado coito, porque a todos houve o senhor rei D. João V de concubinas, em tempo que o mesmo senhor já era casado, e com razão mais forte os senhores D. Gaspar e D. José, por serem gerados de freiras professoras».

Acrescia, segundo o autor deste parecer, que uma decisão favorável aos bastardos de D. João V se traduziria num «considerável excesso na taxa dos mesmos alimentos, por ser evidente necessitarem de mais depois da dita declaração pelo necessário fausto e tratamento que ela traz consigo». Ora, o rei Magnânimo, ao declarar aqueles três filhos, que quisera acomodar em «benefícios e dignidades eclesiásticas», não pretendia agravar as despesas da coroa. Muito pelo contrário<sup>253</sup>.

D. José conformou-se com o parecer da junta – e concedeu aos Meninos de Palhavã as honras e preeminências que eles reivindicavam. Sua mãe

morreu no ano em que a concessão foi publicada. Pode ter sido da idade. Mas também pode ter sido do desgosto...

Um ano depois da recepção em São Vicente de Fora, D. José nomeou arcebispo e senhor de Braga, primaz das Espanhas, seu irmão Gaspar, que tinha então 45 anos de idade, já que nascera a 8 de Outubro de 1716, em Odivelas, fruto dos amores do rei por uma freira bernarda, Madalena Máxima Henriques de Miranda. Esta quis um dia visitá-lo. Mas, quando se deu a conhecer, D. Gaspar terá respondido: «Os bastardos dos reis não têm mãe»...

Baptizado pelo prior de São Nicolau, teve por padrinho o marquês de Gouveia, suspeito durante algum tempo de ser o pai da criança. Foi mandado para Évora e entregue aos cuidados do padre António Duarte Rombo, secretário do arcebispo. Com nove anos, regressou a Lisboa, passou algum tempo no Mosteiro de São Vicente e seguiu para Coimbra, onde estudou como seus irmãos, recebendo ordens menores do bispo de Nanquim<sup>254</sup>.

A 23 de Agosto de 1756 foi nomeado arcebispo de Braga, sucedendo a seu tio, D. José de Bragança, filho bastardo de D. Pedro II. Confirmado pelo papa em Março de 1758, foi sagrado em Lisboa, na capela do Palácio de Palhavã, a 23 de Julho seguinte, e nesse mesmo dia tomou posse da sua arquidiocese por intermédio do bispo de Miranda, seu procurador.

Mas só a 28 de Outubro de 1759, mais de três anos passados sobre a morte do seu antecessor, é que D. Gaspar, montado numa mula banca, entrou com grande espanto na sua diocese. Tinha saído de Lisboa a 20 de setembro, «com uma numerosa e magnífica comitiva, que consistia num grande coche de estado, dezassete reses, vinte carros com bagagens e muitas azémolas de carga, acompanhado de uma companhia de cavalo»<sup>255</sup>.

«Durante os 31 anos em que permaneceu à frente da arquidiocese, D. Gaspar, fazendo jus à sua linhagem real, rodeou-se do maior aparato e magnificência, que continuamente manifestou nas cerimónias dos pontificais, que em nada ficaram a dever aos da Patriarcal, nas exéquias e festividades com que exaltou a imagem da corte e nas numerosas visitas pastorais que realizou», como escreveu Isabel Mayer Godinho.

«Príncipe ilustrado, a sua vasta biblioteca [...] abarcava um amplo leque de áreas de interesse, da teologia e oratória sacra à jurisprudência, literatura, história, ciências e artes. A protecção que dedicou à Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público, em Ponte de Lima, de que foi presidente, revela-o como um espírito iluminado, interessado no desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria no norte do país. Mecenas das artes, fundou novas igrejas, que fez construir de raiz (Nossa Senhora da Lapa e Santa Teresa), ampliando e reconstruindo outras (a Igreja do Bom Jesus e a Igreja e Hospital de S. Marcos).»<sup>256</sup>

A 10 de Janeiro de 1789, D. Gaspar caiu gravemente doente. Os sinos de Braga tocaram a preces, que ocuparam a cidade nos dias subsequentes. Mas o sereníssimo arcebispo já não recuperou. E a 18 de Janeiro morreu, «com edificantes mostras de religião». Tinha «72 anos, 3 meses e 14 dias», segundo precisou a *Gazeta de Lisboa*, de 27 de Janeiro seguinte.

\* \* \*

Depois de nomear D. Gaspar arcebispo de Braga, o rei designou D. José, seu irmão homónimo, inquisidor-mor dos seus Reinos e Senhorios. O mais novo dos Meninos de Palhavã nascera em 1720 e era filho de Paula Teresa da Silva, freira no Convento de Odivelas – a famosa Madre Paula, amante que D. João V por mais tempo cultivou, sendo trocada em 1729 pela Flor da Murta.

D. José, que tomou posse do seu emprego a 24 de Setembro de 1758, doutorara-se em teologia, em Coimbra – como seu irmão António, o mais velho dos Meninos. Este terá nascido «numas casas da rua do Tronco», a 1 de Outubro de 1714, posto outros afirmem, porventura com melhores razões, que viu a luz numa quinta «adiante de Marvila, imediata à quinta de Braço de Prata, à borda do Tejo»<sup>257</sup>.

Seria filho de «uma das muitas francesas que então enxameavam por Lisboa no ofício de mulheres-damas»<sup>258</sup> e que, depois, se meteu em freira. Mas há quem sustente que a mãe do Menino tinha o nome muito português de Luísa Inês Antónia Machado Monteiro.

Baptizado pelo cardeal da Cunha, teve por padrinho o infante D. António, seu tio, e ficou a viver no Paço Real de Alcântara até aos 11 anos

de idade, passando então para o Mosteiro de São Vicente. Dali seguiu para Coimbra, onde, como seus irmãos, foi educado no real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, estudando teologia. Pediu depois à Universidade de Coimbra os respectivos graus académicos, «sujeitando-se aos respectivos exames, em conformidade com a legislação então vigente». Doutorou-se em 1737 – e os seus actos e graus foram registados sob o nome de Frei António da Encarnação, que era o que o Menino usava enquanto pupilo do mosteiro conimbricense<sup>259</sup>.

Nunca ocupou qualquer cargo de relevo na corte ou no reino. Alguns, como o embaixador de França ao tempo (1760) acreditado em Portugal, sustentam que o Marquês de Pombal pensou nele quando se procurou um marido para a princesa Maria Francisca, que havia de reinar como D. Maria I. Mas «não é de crer, como se propalou, que Sebastião José destinasse à tristonha D. Maria um dos Meninos da Palhavã». Como Agustina Bessa-Luís também escreveu, «um bastardo, só por usurpação se faz rei; e não é de supor que o amor fraterno fosse tão exibicionista que dispusesse assim do trono para um dos Meninos»<sup>260</sup>.

O que se sabe de ciência certa é que D. António se viu envolvido no conflito que opôs o Marquês de Pombal a seu irmão D. José, o inquisidor-mor – e como ele sofreu, durante 16 anos, o desterro no Buçaco.

A causa desse castigo não está completamente esclarecida. Dizem uns que tudo se deveu à oposição que os dois Meninos fizeram ao casamento de D. Maria com o infante D. Pedro. Outros afirmam que o desterro foi resultado de D. José se ter recusado a aceitar que o Padre Malagrida fosse preso nas «masmorras da Inquisição». Para o inquisidor-mor, o jesuíta (que se teria envolvido na «conspiração dos Távoras» contra o monarca reinante) estava acusado de um crime de lesa-majestade – não de erros contra a fé ou a doutrina da Igreja. Por isso, não era nas prisões da Inquisição que devia ser encerrado.

Mas, com esta recusa, D. José ofendeu o Marquês e este, queixando-se ao rei, dele obteve o desterro do inquisidor-mor – que partiu da corte acompanhado pelo irmão D. António, sem que esta versão dos acontecimentos explique a razão por que o mais velho dos Meninos de Palhavã foi também castigado.



Há, para este caso, uma explicação diferente – e melhor. Na sua guerra contra a Companhia de Jesus, o Marquês de Pombal patrocinou ou favoreceu a publicação de escritos que maldiziam dos jesuítas ou exaltavam o governo e a doutrina do onnipotente ministro.

Um desses escritos foi *De Potestate Regia*, um livro composto pelo intendente geral de Polícia, João Inácio Ferreira Souto. Ora, D. José de Bragança considerou que o livro ofendia os direitos da Santa Sé e mandou dois familiares do Santo Ofício – o conde de São Lourenço e o visconde de Vila Nova de Cerveira – a casa do intendente, para o prenderem e trazerem o autógrafo e todos os exemplares da obra que lá encontrassem.

Sabedor do acontecido, Pombal foi fazer queixa ao rei. E este ordenou que se prendessem os dois familiares da Inquisição, mandando, além disso, o conde de Oeiras estranhar ao inquisidor-mor a afronta feita à autoridade real.

Pombal apresentou-se em casa de D. José de Bragança a cumprir as ordens do monarca. Mas as coisas transtornaram-se e, entre o inquisidor-mor e o primeiro-ministro, houve troca de gritos e insultos. D. António, que estava na sala ao lado, correu a ver o que se passava. Em defesa do irmão, envolveu-se na discussão. E, perdendo a cabeça, levou as mãos à cabeleira de Pombal, arrancou-a e bateu-lhe com ela na cara. Contra o ministro, um dos dois – D. António ou D. José – brandiu ainda um punhal<sup>261</sup>.

Indignado, Pombal correu de novo ao paço e deu parte ao rei do que se tinha passado. Este convocou o Conselho de Estado para apreciar o caso e dispôs-se a condenar à morte os dois Meninos de Palhavã. Mas o patriarca de Lisboa conseguiu transformar a pena capital no desterro para o Buçaco<sup>262</sup>.

Finalmente, há a tese de uma nova conspiração contra o rei, em que os dois bastardos de D. João V estariam envolvidos. Foi esta a tese sustentada pelo próprio Sebastião José. Este acusava o cardeal Torregiani, em Roma, e o núncio apostólico em Lisboa, monsenhor Acciaiuoli, de terem organizado uma nova sedição contra a fidelíssima majestade de D. José I. E acrescentava: «O atrevimento daqueles dois indignos purpurados» conseguira «corromper, debaixo de promessas e de esperanças temerárias e vãs, até mesmo o sangue real, nas pessoas dos

senhores D. António e D. José», aos quais se tinham juntado «as poucas e inconsideradas pessoas da nobreza e alguns regulares das Ordens dos Cónegos Regrantes e do Oratório [...]»<sup>263</sup>

Nenhuma destas versões, assinala Nuno Gonçalo Monteiro, «parece suficientemente alicerçada». Mas, como o mais recente biógrafo do monarca também refere, não há dúvida de que os dois Meninos se opuseram de algum modo ao marquês e, por isso, foram desterrados para o Buçaco<sup>264</sup>.

Partiram a 20 de Julho de 1760 – e só a 2 de Março de 1777, depois de morto o rei seu irmão, é que os dois Meninos de Palhavã foram libertados do seu desterro, por ordem da rainha D. Maria I, sua sobrinha, posto bastas vezes tivessem requerido a D. José a «singular graça» da sua liberdade. Seguiram para Coimbra, aposentando-se no Mosteiro de Santa Cruz, onde tinham sido criados. E aí aguardaram que em Lisboa lhes preparassem residência condigna – que podia ter sido o Palácio das Necessidades mas acabou por ser o Palácio de Palhavã, onde antes tinham residido<sup>265</sup>.

Acolhidos em Lisboa com grande júbilo, foram (segundo reza a crónica) «reintegrados em todas as suas honras, dignidades e prerrogativas». Mas, em 1786, o marquês de Bombelles, embaixador de França na corte de D. Maria, notava que D. António e D. José, embora fossem tratados com deferência pela rainha sua sobrinha, levavam «uma vida muito retirada e muito triste, não tendo recuperado os bens que lhes tinham sido concedidos por seu pai e de que o Marquês de Pombal os tinha esbulhado»<sup>266</sup>. Sobre isso, queriam tratamento de altezas – e, como ele não lhes fosse dado, não viam o corpo diplomático acreditado na capital portuguesa.

Em 1789, D. José foi feito claveiro da Ordem de Avis, enquanto D. António assumia idêntico cargo na Ordem de Cristo. E, em 1801, a 4 de Fevereiro, os «Tios de Sua Majestade», como mereciam ser tratados, foram declarados pelo Príncipe Regente inocentes e «limpos de toda a mancha» dos crimes de que tinham sido acusados, exaltando a «regularidade de suas vidas, e a pureza de seus costumes, em todo o tempo exemplares»<sup>267</sup>. Quarenta anos depois da sua condenação, quase vinte e cinco depois da sua libertação, os dois Meninos de Palhavã

estavam finalmente vingados. Mas D. António já tinha morrido (em 1800) e D. José morreu logo a seguir.

\* \* \*

Além dos Meninos de Palhavã, D. João V teve ainda duas filhas ilegítimas. Uma, havida de D. Filipa de Noronha (irmã do 3.º marquês de Cascais), morreu ao nascer. A outra, D. Maria Rita de Portugal, foi filha de D. Luísa Clara de Portugal, a famosa e formosa Flor da Murta, que descendia, por via bastarda, do primeiro duque de Bragança e estava casada com D. Jorge de Meneses, descendente de D. João Manoel, bispo de Ceuta, que alguns dizem filho ilegítimo do rei D. Duarte.

Dama da rainha D. Maria Ana de Áustria, a triste mulher de D. João V, D. Luísa deve o seu cognome ao próprio rei, que, um dia, vendo-a vestida de verde e branco, lhe dirigiu o seguinte piropo:

«Flor da Murta  
Raminho de freixo;  
Deixar de amar-te  
É que eu não deixo»...

Desse amor nasceu, em 1731, uma menina que foi criada por uma comendadeira de Santos, convento onde veio a professor. Consta (diz Alberto Pimentel) que D. Maria Rita se desvanecia da sua origem real, «pois que costumava trazer pendente do pescoço uma peça de 6\$400 réis e, dando a mostrar a efígie de D. João V, vangloriava-se de ser parecida com o Monarca»<sup>268</sup>.

Mas a Flor da Murta não deu a D. João V apenas uma filha. Deu-lhe também uma sobrinha-neta. Com efeito, terminada a relação com o rei Magnânimo, D. Luísa apaixonou-se pelo primeiro duque de Lafões, que era filho daquele D. Miguel, bastardo de D. Pedro II, que morreu afogado no Tejo – sendo, portanto, sobrinho (e afilhado) de D. João V. Este, quando soube do caso, quis castigar exemplarmente o duque. E nada de melhor lhe ocorreu do que castrá-lo. Mas, inteirado destes propósitos, Frei Gaspar da Encarnação, íntimo amigo e conselheiro do monarca, ameaçou-

o com o Inferno. E isso chegou, ao que parece, para que D. João V desistisse do seu intento.

Foi assim possível a D. Pedro Henriques de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva continuar de amores com a Flor da Murta e fazer-lhe uma filha, que se chamou Ana de Bragança. Recolhida também ela num convento, o da Encarnação, teve uma existência mais do que discreta. Seu pai deixou-lhe em testamento 300 mil réis de tença anual e um dote de cinco mil cruzados. Mas a bastarda nunca casou.

\* \* \*

Há porventura mais um bastardo joanino a referir. Frei João do Espírito Santo, o capelão dos Marialvas, no seu *Quaderno*, dá conta dos amores do rei Magnânimo com uma «formosa judia, chamada Judite», cujo pai era «um tal Jacob de Oliveira, oficial de ourives», que vivia «lá para Chabregas». Diz o frade que D. João V pôs casa à judia perto da Palhavã, onde ela «vivia com criadas e em alto estado» e onde morreu, após «cinco anos de grande pecado», ao dar à luz um menino – que, acrescenta o frade, «foi entregue ao seu avô judeu». Frei João não afirma, mas insinua, que a criança nascera da relação adúltera do monarca com a formosa judia<sup>269</sup>.

<sup>246</sup> Júlio de Sousa e Costa, *Memórias do Capelão dos Marialvas* (Lisboa: Romano Torres, 1940), p. 13.

<sup>247</sup> Pietro Francisco Viganego, *Ao Serviço Secreto da França na Corte de D. João V* (Lisboa: Lisoptima/Biblioteca Nacional, 1994), p. 166.

<sup>248</sup> Cf. William Beckford, *A Corte da Rainha D. Maria I* (Lisboa: Tavares, Cardoso & Irmão, 1901), p. 6.

<sup>249</sup> António Delgado da Silva, *Collecção de Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1750 a 1762* (Lisboa: Typ. De Luis Correa da Cunha, 1842), p. 90; Abílio Mendes do Amaral, *O “Padre Govea” e os Meninos de Palhavã* (Lisboa: Ramos, Afonso e Moita, 1970), p. 10.

<sup>250</sup> Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973), vol. II, p. 107.

<sup>251</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 63.

<sup>252</sup> Idem, *ibidem*, p. 157.

- [253](#) Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), pp. 151-152.
- [254](#) José de Monterroso Teixeira, *El Palacio de Palhavã – Arquitectura y Representación* (Lisboa: Embajada de España en Portugal, 2008), p. 51.
- [255](#) Frei Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1918), T. XIV, pp. 89ss.
- [256](#) Isabel Mayer Godinho Mendonça, «As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga», in *Ciências e Técnicas do Património*, Revista da Faculdade de Letras, I série, vol. III (Porto: 2004), pp. 255-270.
- [257](#) José de Monterroso Teixeira, *El Palacio de Palhavã – Arquitectura y Representación* (Lisboa: Embajada de España en Portugal, 2008), p. 169.
- [258](#) Júlio Dantas, *O Amor em Portugal no Século XVIII* (Porto: Chardron, 1917), p. 105.
- [259](#) António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Alguns documentos do arquivo* (Coimbra: Universidade, 1901), pp. 12 e 13.
- [260](#) Agustina Bessa-Luís, *Sebastião José* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981), p. 142.
- [261](#) Cf. Simão José da Luz Soriano, *História do Reinado de El-Rei D. José I* (Lisboa: Typographia Universal, 1867), T. I, p. 455; e J. Ribeiro Guimarães, *Summario de Varia Historia* (Lisboa: Rolland & Semiond, 1873), pp. 218-221.
- [262](#) Cf. Simão José da Luz Soriano, *História do Reinado de El-Rei D. José I* (Lisboa: Typographia Universal, 1867), T. I, p. 456; e Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Porto: Livraria Civilização, 1970), vol. III, p. 341.
- [263](#) Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 149.
- [264](#) Idem, *ibidem*.
- [265](#) José de Monterroso Teixeira, *El Palacio de Palhavã – Arquitectura y Representación* (Lisboa: Embajada de España en Portugal, 2008), p. 169.
- [266](#) Cf. Marquês de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal – 1786-1788* (Paris : Centre Culturel Portugais/Presses Universitaires de France, 1979), pp. 60-61.
- [267](#) António Delgado da Silva, *Colecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações – Legislação de 1791 a 1801* (Lisboa: Tipografia Maignense, 1828), p. 667.
- [268](#) Alberto Pimentel, *As Amantes de D. João V* (Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2009), p. 161.
- [269](#) Júlio de Sousa e Costa, *Memórias do Capelão dos Marialvas* (Lisboa: Romano Torres, 1940), p. 72.

## A BASTARDA DO REI CLEMENTE

O rei D. José terá muitas vezes enganado sua mulher, a rainha D. Mariana Vitória, infanta de Espanha, embora só se conheça o nome de uma das suas amantes – D. Teresa de Távora e Lorena, cujos amores com o monarca podem ter sido a causa da desgraça da sua família. Mas, que se saiba, nenhum bastardo nasceu dessa ou de qualquer outra ligação que D. José tenha havido.

D. Maria I, sua filha e herdeira, foi muito feliz com o marido que lhe deram – o infante D. Pedro de Bragança, seu tio, que tinha mais 17 anos do que a sobrinha quando casou com ela, em 1760, sendo galardoado com o título de rei depois de ter sido pai do herdeiro da coroa. Deste casamento teve a Rainha Louca seis filhos. O primeiro – D. José, príncipe do Brasil – morreu antes da mãe, pelo que foi o segundo, o príncipe D. João, quem lhe sucedeu.

D. João VI, *o Clemente*, casou com D. Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Espanha, que pouco ou nada devia à beleza. Muito pelo contrário: era, na descrição de Oliveira Martins, uma «megera horrenda e desdentada». E tanto que o marquês de Bombelles, embaixador da França em Lisboa, assegurava ser preciso «fé, esperança e caridade para consumir este ridículo casamento: a fé para acreditar que a infanta é uma mulher; a esperança para crer que dela nascerão filhos; e a caridade para se resolver a fazer-lhos [...]»<sup>270</sup>

A verdade, porém, é que do casamento de D. João VI com D. Carlota Joaquina nasceram nove príncipes: (1) D. Maria Teresa, que casou em Espanha, primeiro com o infante D. Pedro Carlos e, depois, com o conde de Molina; (2) D. Francisco, que morreu menino; (3) D. Maria Isabel, que foi rainha de Espanha; (4) D. Pedro, que foi imperador do Brasil e rei de Portugal; (5) D. Maria Francisca, que se casou com seu cunhado, o conde de Molina, após a morte de D. Maria Teresa; (6) D. Isabel Maria, que foi princesa regente após a morte de seu pai; (7) D. Miguel, que também foi

rei de Portugal; (8) D. Maria da Assunção; e (9) D. Ana de Jesus Maria, que casou com o indolente duque de Loulé.

Mas nem todos eles seriam filhos do rei Clemente. É que, como escreve Alberto Pimentel, «passa como certo que dos nove filhos que D. Carlota Joaquina dera à luz, apenas os primeiros quatro tiveram por pai D. João VI»<sup>271</sup>. Os restantes seriam fruto das muitas aventuras galantes que se atribuem à rainha espanhola – «não sem razão», segundo o Padre José Agostinho de Macedo, fervoroso miguelista cuja opinião neste caso tem de se considerar insuspeita.

Laura Junot, que foi duquesa de Abrantes por obra e graça de Napoleão Bonaparte, «Imperador dos tratantes»<sup>272</sup>, não deixou de sublinhar, nas suas *Memórias*, a «diversidade cómica» da descendência de D. João VI: «O que é notável nesta família de Portugal é não haver um único filho parecido com a irmã ou o irmão [...]»<sup>273</sup>

D. Carlota Joaquina, cujos inimigos diziam «ser uma Messalina mais infame ainda, e mais impudica do que a romana», teria tido numerosos amantes, desde o marquês de Marialva (que, sendo jovem, encantou William Beckford) ao general Junot, embaixador de Napoleão em Lisboa, passando pelo almirante Sidney Smith, Luís Mota Feio ou João dos Santos, almoxarife (a que alguns chamam jardineiro) da Quinta do Ramalhão, em Sintra, onde a rainha passou muitos dias da sua vida atribulada.

João dos Santos era «um mariola efectivo, todo fibra e osso, duro como uma trave», que acabou de velho, «aos setenta anos, em Paço d'Arcos»<sup>274</sup>. Ora, para alguns dos que compuseram e ainda hoje cultivam a lenda negra de D. Carlota Joaquina, este «mariola» é que seria o verdadeiro pai do rei D. Miguel: «D. Miguel não é filho / D'El-Rei D. João / É filho de João dos Santos / Da Quinta do Ramalhão», dizia uma quadra do tempo. Mas não é nada certo, muito pelo contrário, que deva ser levada à letra.

Até porque, nesta matéria, a «doutrina» divide-se: os historiadores e as más-línguas não dizem sempre a mesma coisa. Para Raul Brandão, por exemplo, João dos Santos seria o pai de D. Maria da Assunção e de D. Ana de Jesus Maria – enquanto D. Miguel seria filho do marquês de Marialva<sup>275</sup>. Laura Junot, por seu turno, escreveu que o rei Absoluto tinha



por pai «um moço de estrebaria» da rainha ou «um médico de Lisboa [...]»<sup>276</sup>

Por outro lado, D. João VI nunca deixou de reconhecer como seus todos os filhos de D. Carlota Joaquina. Tanto basta para que D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, D. Miguel, D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus Maria não possam nem devam ser considerados filhos bastardos da rainha<sup>277</sup> – ainda quando esta não haja de ser considerada um modelo de virtudes conjugais.

\* \* \*

O rei também não teria a «folha limpa» neste capítulo. Além das insinuações de que manteve, na constância do seu atribulado matrimónio, uma ligação homossexual com Francisco Rufino de Sousa Lobato, a quem fez visconde de Vila Nova da Rainha, D. João VI é acusado por alguns historiadores de ter tido, também ele, uma filha bastarda – fruto de uma relação com D. Eugénia José de Menezes, nascida em 1774, na Baía (Brasil), e falecida em 1818, em Portalegre, filha do 1.º conde de Cavaleiros e neta do 4.º marquês de Marialva.

D. Eugénia ficara grávida e D. João, apavorado com as consequências da sua infidelidade conjugal, encomendara o rapto da putativa amante a João Francisco de Oliveira, médico da Real Câmara e físico-mor do Exército. Satisfazendo as ordens do então Príncipe Regente, o Dr. Oliveira, casado e pai de quatro filhos, fora, a 27 de Maio de 1803, «pela calada da noite», buscar D. Eugénia de casa de seus pais, metera-se com ela num barco, em Caxias, e fora deixá-la a Cádiz, seguindo depois, sozinho, para os Estados Unidos.

Acolhida em Cádiz pelo cônsul-geral de Portugal, D. Eugénia dera então à luz em casa dele, no dia 2 de Outubro de 1803, uma menina que, no baptismo, receberia o nome de Eugénia Maria do Rosário e, no registo, surgiria como filha de pai incógnito.

Entretanto, a notícia do rapto de D. Eugénia provocou um imenso escândalo na corte e na cidade de Lisboa. E pelo «torpíssimo e abominável atentado com que prevaricou no exercício do seu emprego», o Dr. Oliveira foi condenado a que «com baração e pregão [fosse] levado ao

lugar da forca, na qual [morreria] de morte natural para sempre». Como, porém, estivesse ausente ao tempo da sua condenação (Junho de 1804), o médico foi dado como banido, pedindo os juízes a «toda a terra» para ser preso «ou para que cada um do povo o possa matar, não sendo seu inimigo», e confiscados os seus bens<sup>278</sup>.

D. Eugénia, por seu turno, foi riscada do título de Dama, privada de todas as mercês e honras e excluída da sucessão dos bens da coroa e ordens a que tivesse, ou pudesse ter, algum direito. Além disso, foi degradada da família e casa em que nasceu, sem poder suceder em heranças, vínculos e prazos, «como se houvesse nascido da ínfima plebe, extintos todos os direitos de sangue»<sup>279</sup>. Era o que mandava um alvará, dado no Palácio de Queluz a 2 de Junho de 1803 e assinado por D. João, o Príncipe Regente.

Seria a suprema hipocrisia que D. João, sendo o amante de D. Eugénia e o patrocinador do rapto, assinasse esse decreto. E o facto de o ter feito parece obrigar a concluir que nem a fidalga era sua amásia nem o rapto fora encomendado por ele.

Não é esta, porém, a opinião do autor anónimo de uma *História de Portugal*, citada por Ângelo Pereira, onde esta questão aparece tratada. Esse autor, depois de aludir à «fraqueza de publicar por um Decreto (que os cegos apregoaram pelas ruas) a leviandade desta Senhora, desautorando-a por isso da qualidade de Nobre», sublinha que «ao terceiro dia sumiu-se o Decreto e um fúnebre silêncio se pôs sobre o facto».

Soube-se depois – prossegue o historiador, «dedicado partidário de D. Miguel» – que D. Eugénia, «indo pejada de D. João VI (que só do médico a fiara, para a subtrair ao ressentimento de sua Esposa e dos parentes dela mesma), parira uma menina, que tem o nome de D. Eugénia Maria de Menezes, e passara a residir no Mosteiro das Bernardas de Tavira». Dali fora depois transferida para o mosteiro da mesma Ordem em Portalegre, onde haveria de morrer. Mas, enquanto vivera, o esmoler-mor pagara-lhe, do real bolsinho, um conto de réis anual, enquanto sua filha recebia quinhentos mil réis. E o autor anónimo desta *História de Portugal*, depois de declarar que tinha «a maior parte destas circunstâncias do próprio Esmoler Mor e Procurador Geral dos Bernardos, que por sua mão fazia a

remessa das pensões», concluía: «Com o que deixo referido pode duvidar-se que esta senhora fosse filha do mesmo Rei [D. João VI]?»

Não contente com esta conclusão, acrescentava-lhe um «segundo facto» – «e este ainda muito mais escandaloso». Era o seguinte: «Em vida daquele inconsequente monarca, todos viam e conheciam um pobre homem, meio pateta, que morava em Queluz, a quem ele [D. João VI] socorria largamente e conheciam por seu filho e de uma saloia, mulher ordinária. Invektivavam-no chamando-lhe Comendador, porque teve certa pensão numa das Comendas; porém, desde que D. João VI faleceu, este desgraçado ficou no maior esquecimento, e hoje existe na qualidade de moço muito inferior, em casa do conde de Pombeiro.»

E rematava: «Quando não houvesse outras provas de considerar os dois indivíduos de que falo [D. Eugénia Maria e o *Comendador*] como filhos de D. João VI, bastava olhar para as suas fisionomias e confrontá-las com as do seu pai! [...]»

Outros autores abundaram no sentido de que D. Eugénia de Menezes era de facto filha bastarda de D. João VI. E recordavam que, regressado a Portugal, João Francisco de Oliveira acabara por ser desculpado dos seus crimes, servindo-se D. João VI dele para representar Portugal em Londres e em Paris, além de o ter nomeado para ministro de um dos seus governos.

Mas os historiadores mais probos não se deixaram convencer por estes argumentos. E os mais recentes biógrafos de D. João VI, Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, também não, sustentando «não ter fundamento a atribuição da paternidade da filha de D. Eugénia de Menezes ao príncipe D. João»<sup>280</sup>.

A tese mais respeitada é com efeito a de que D. Eugénia Maria não era filha de D. João VI mas do Dr. João Francisco de Oliveira, o médico que tratava sua mãe. Este reconheceu-a como sua filha e obteve a sua legitimação por Provisão Régia de 15 de Novembro de 1822. Falecido em 1829, deixou-lhe um terço do remanescente da sua terça.

D. Eugénia Maria foi viver com seu meio-irmão, João Gualberto de Oliveira, que haveria de ser barão e, depois, conde de Tojal. E este arranjou-lhe um casamento com Guilherme Smith, côsul-geral da Grã-Bretanha em Lisboa, que diziam ser filho (também bastardo, já se sabe) do rei Guilherme IV de Inglaterra. Desse casamento, celebrado a 30 de

Novembro de 1839, nasceram três filhos, duas raparigas e um rapaz. Este e sua irmã mais velha morreram na infância. A outra filha de D. Eugénia Maria morreu com 19 anos de idade, solteira.

Quanto à mãe da bastarda, foi reabilitada em 1849. E, diz Ângelo Pereira, só a partir daí é que se começou a dizer que D. Eugénia Maria era filha de D. João VI. O boato foi «entretido e romanceado pela família da bastarda, a quem sorria mais a paternidade régia do que a do físico-mor [...]»<sup>281</sup>

<sup>270</sup> Marquês de Bombelles, *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal – 1786-1788* (Paris : Centre Culturel Portugais /Presses Universitaires de France, 1979), p. 94.

<sup>271</sup> Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Férrin, 1893), p. 143.

<sup>272</sup> Raul Brandão, *El-Rei Junot* (Lisboa: Livraria Brasileira, 1912), p. 178.

<sup>273</sup> Duquesa de Abrantes, *Recordações de Uma Estada em Portugal* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008), p. 78.

<sup>274</sup> Raul Brandão, *El-Rei Junot* (Lisboa: Livraria Brasileira, 1912), p. 66.

<sup>275</sup> Idem, *ibidem*, pp. 76-77.

<sup>276</sup> Duquesa de Abrantes, *Recordações de Uma Estada em Portugal* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008), p. 78.

<sup>277</sup> Num livro verrinoso, *Dom Miguel, ses Aventures Scandaleuses, ses Crimes et son Usurpation* (Paris: 1838), José Vitorino Barreto Feio acusa a rainha de não esconder nem as suas «desordens» nem os seus «amantes», «ocupando-se apenas de os ocultar debaixo do maior mistério possível, enviando os frutos desse adultério para asilos e exilando os seus pais para as províncias mais longínquas do Brasil».

<sup>278</sup> Cf. Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei – A Bastarda* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955), pp. 41-42.

<sup>279</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

<sup>280</sup> Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006). p. 86.

<sup>281</sup> Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei – A Bastarda* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955), p. 86.

## OS BASTARDOS DO IMPERADOR

**N**a dinastia dos Bragança, D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil – que também reinou em Portugal como D. Pedro IV –, é, sem dúvida, o campeão dos bastardos. Carl Schlichthorst, um oficial austríaco que andou pelos Brasis, sustentava que eram mais de quarenta (exactamente: 43!) os bastardos imperiais. Podem não ter sido tantos.

Milton de Mendonça Teixeira, que elaborou uma lista dos «que podem ser citados, com relativa segurança, como filhos naturais» do herdeiro de D. João VI, contou apenas 17. E, juntando-lhes os filhos havidos dos dois casamentos do rei *Soldado*, concluiu que, «de 1817 a 1832, num espaço de quinze anos, nosso primeiro imperador foi pai de, pelo menos, umas 28 crianças, fora as de história duvidosa, que são muitas [...]»<sup>282</sup>

D. Pedro casou duas vezes: a primeira, em 1818, quando tinha 19 anos, com a arquiduquesa D. Leopoldina de Áustria, filha do primeiro imperador da Áustria; e a segunda, em 1826, após enfiar, com a princesa Amélia de Leuchtenberg, neta da imperatriz Josefina, primeira mulher de Napoleão Bonaparte, que lhe deu apenas uma filha – D. Maria Amélia, que morreu jovem, vítima de tuberculose, no Funchal.

Mas do seu primeiro casamento teve sete filhos: (1) D. Maria da Glória, nascida em 1819, que reinou em Portugal com o nome de D. Maria II; (2) D. Miguel, nascido em 1820; (3) D. João, nascido em Março de 1821, que «depois de uma doença de dezasseis dias expirou em um acidente de trinta horas»<sup>283</sup>, em Fevereiro de 1822; (4) D. Januária, nascida em 1822, que casou com o conde de Aquila; (5) D. Paula, nascida em 1823; (6) D. Francisca, nascida em 1824, que casou com o príncipe de Joinville; e (7) D. Pedro, nascido em 1825, que foi o segundo e último imperador do Brasil.

É a estes príncipes que se junta um copioso rol de bastardos, o primeiro dos quais nascido dos amores de D. Pedro com Noémi Thierry, ou Valency, uma bailarina francesa do Teatro São João, do Rio de Janeiro.

Avisados da aventura galante do filho, D. João VI e D. Carlota Joaquina trataram de afastar a dançarina do príncipe herdeiro. Casaram-na a correr com um oficial francês e mandaram-na para o Recife – onde, pouco depois, nasceu, morta, uma menina.

Por esse tempo, ainda D. Pedro não estava casado com D. Maria Leopoldina, a «mais desprezada das esposas». Depois deste casamento, em Novembro de 1817, nasceu um rapaz que foi chamado Augusto e se dizia ser fruto dos amores do príncipe com a austríaca Ana Steinhausen Schuch, mulher do bibliotecário da imperatriz.

D. Pedro teve ainda, de Joana Mosquera, filha ilegítima de um desembargador, um filho, José de Bragança e Bourbon, de quem nunca se soube mais do que o nome.

Em 1821, D. João VI regressou a Lisboa, deixando no Rio, como regente, o seu filho mais velho. E este deu, a 7 de Setembro de 1822, o famoso grito do Ipiranga – «Independência ou Morte!» – que tornou o Brasil independente.

Foi exactamente por essa altura que D. Pedro conheceu Domitila (ou Domitília) de Castro Canto e Melo, filha de um coronel açoriano, que estava separada de seu marido, Felício Pinto Coelho de Mendonça, e era já mãe de três filhos. Com ela dormiu pela primeira vez no «dia 29 deste mês [de Agosto], em que começaram as nossas desgraças e desgostos, em consequência de nos ajuntarmos pela primeira vez» – como D. Pedro haveria de escrever<sup>284</sup>.

Domitila «não era formosa». Era, sim, «uma bela mulher, que engordara mais do que à sua idade convinha, muito branca e muito inquieta»; «tinha vinte e cinco anos e parecia quarenta»<sup>285</sup>. Mas D. Pedro apaixonou-se perdidamente por ela e cobriu-a de atenções, favores e mercês.

Fê-la primeiro dama da imperatriz. Depois, concedeu-lhe sucessivamente os títulos de baronesa, viscondessa, e, finalmente, marquesa de Santos (1826), instalando-a num palácio perto do Paço Real de São Cristóvão.

Desses amores, que se prolongaram por oito anos e causaram a D. Maria Leopoldina um desgosto de morte, nasceram quatro filhos: Isabel Maria, Pedro, e mais duas meninas que receberam, ambas, o nome de Maria Isabel.

Mas, antes que estas crianças vissem a luz, D. Pedro, amante insaciável e um tanto promíscuo, teve várias outras – uma das quais nasceu dos seus amores com uma irmã de Domitila, D. Maria Benedita de Castro Canto e Melo, que era casada com Boaventura Delfim Pereira, 1.º barão de Socaba, a quem já dera nove filhos e que, súbdito fiel, aceitou reconhecer a paternidade do menino. O bastardo – que D. Pedro contempla no seu testamento – chamou-se, por isso, Rodrigo Delfim Pereira.

Nasceu em 1823 e levava muito em gosto a sua filiação ilegítima. Tanto que um poeta de língua afiada e gosto duvidoso compôs uma quadra que ficou famosa:

«Do Imperador que se diz filho,  
Tem o retrato na sala.  
Mas da p... que o pariu,  
Não tem retrato nem fala.»

A verdade é que Rodrigo Delfim Pereira teve numerosa e ilustre progeneritura.

Ainda em 1823, o ano em que começa efectivamente o «reinado» de Domitila, nasceram Teotónio Meireles da Silva, que terá sido fruto da relação de D. Pedro com Gertrudes Meireles, uma beleza de Minas Gerais; e Mariana Amélia de Albuquerque, havida de Luísa de Meneses, poetisa, também de Minas Gerais.

D. Pedro também não terá resistido aos encantos de Letícia Lacy, mulher de um violinista da câmara de Fernando VII, rei de Espanha. Dessa aventura poderá ter sido fruto D. Luis Pablo Rosquellas, nascido no Rio a 25 de Abril de 1823, que chegou a ministro do Supremo Tribunal da Bolívia. «Na família de Dom Luis Pablo se conserva a tradição de que era filho de D. Pedro I [...]»<sup>286</sup>

\* \* \*

Quanto aos filhos havidos da marquesa de Santos, a que alguns chamaram a «nova Castro», o primeiro foi uma menina e recebeu o nome de Isabel de Alcântara Brasileira. Nascida a 23 de Maio de 1824, foi reconhecida por seu pai dois anos mais tarde, num documento referendado



por vários ministros e registado nos livros da Secretaria de Estados dos Negócios do Império: «Declaro que houve uma filha de mulher nobre e limpa de sangue, a qual ordenei que se chamasse D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, e a mandei criar na casa do Gentil Homem da Minha Imperial Câmara, João de Castro Campo e Melo.»<sup>287</sup>

Depois de legitimada, a menina recebeu o título de duquesa de Goiás, com tratamento de Alteza. Educada no paço, com sua irmã, D. Maria da Glória, *Bela*, como seu pai lhe chamava, veio com a futura rainha D. Maria II para a Europa, depois da abdicação de D. Pedro (1831). Viveu em França com a imperatriz D. Amélia e casou na Alemanha, em 1843, com Ernesto Fischler, conde de Treuberg.

Em finais de 1825, Domitila deu à luz um rapaz – que recebeu o mesmo nome do filho legítimo do imperador, nascido pela mesma altura (2 de Dezembro). Registado como Pedro de Alcântara Brasileiro, ficou entregue aos cuidados da avó materna e morreu um ano depois, sem que o pai alguma vez o tivesse reconhecido.

Nesse ano de 1826, que foi o da morte de D. João VI, a 10 de Março, morreu também D. Leopoldina de Áustria, que, tendo abortado a 1 de Dezembro um feto masculino, faleceu dez dias depois, pelas dez da manhã, não sem acusar Domitila de ser a causa de todas as suas desgraças<sup>288</sup>.

D. Pedro chorou «a morte da esposa no peito da amante»<sup>289</sup>. E esta deu-lhe, a 13 de Agosto de 1827, mais uma filha. D. Pedro escreveu no seu diário:

«A 13 levantei-me às 6 ½, logo chegou José a dar me parte de haver nascido huma menina à 1 ¾ que é, minha filha, e se há de chamar Maria Izabel de Alcantara Brasileira. Mandeí vir a carruagem do Sarmento para a hir ver a caza de sua mai. Tenho tenção de a seu tempo fazer Público seu reconhecimento com o título de Duqueza do Ceará, e dando-lhe o tratamento de Alteza, bem como o tem sua irman a Duqueza de Goiãz, e fazo esta declaração aqui para que ella nada perca em caso de Eu falecer antes de haver publicado seu reconhecimento, e poder elle ser feito pelo que aqui consta que valerá como Decreto passado então. Paço da Boa Vista, treze de Agosto de mil oito centos, e vinte e sette»<sup>290</sup>.

Poucos dias depois, a bastarda foi subtraída a sua mãe e recolhida no Palácio de São Cristóvão, onde também vivia instalada, «com um serviço de casquinha e marfim», a duquesa de Goiás. Mas a menina faleceu a 26 de Outubro de 1828.

Já então D. Pedro procurava na Europa uma princesa com quem voltar a casar – e preparava o rompimento com a marquesa de Santos, que lhe prejudicava os planos. Mas esta ainda lhe daria mais uma filha, nascida já depois da separação dos amantes, que ocorreu a 27 de Agosto de 1829.

A segunda Maria Isabel nasceu em 1830. No ano seguinte, a 7 de Abril, D. Pedro abdicou do trono imperial e partiu para a Europa cinco dias depois, sem ter conhecido nem reconhecido a filha – que não beneficiou, por isso, dos títulos e tratamentos que tinham sido concedidos a suas irmãs.

Já no seu exílio inglês, porém, preocupou-se com ela e mandou escrever à marquesa de Santos, para que mandasse a filha ser educada na Europa. Domitila demorou cinco meses a responder: quando D. Pedro se dignasse mandar buscar a filha, ela estava pronta para a acompanhar...

D. Pedro só no seu testamento, feito a 21 de Janeiro de 1832, voltou a falar no caso, pedindo a D. Amélia a sua «imperial protecção e amparo» para «aquela menina que lhe falei e que nasceu na cidade de São Paulo, no Império do Brasil, no dia vinte e oito de Fevereiro de mil oito centos e trinta». E acrescentava: «Desejo que essa menina seja educada na Europa para receber igual educação a que se está dando a minha sobredita filha a Duquesa de Goiás e que depois de educada a mesma Senhora Dona Amélia Augusta Eugénia de Leuchtenberg, Duquesa de Bragança, Minha Adorada Esposa, a chame semelhantemente para o pé de si [...]»<sup>291</sup>

Se chamou, o que não é provável, Maria Isabel não veio. Ficou no Brasil, onde casou com Pedro Caldeira Brant, 1.º conde de Iguaçu, a quem deu quatro filhos. Morreu em 1896.

\* \* \*

Antes de Maria Isabel de Alcântara Brasileira, D. Pedro teve outra filha, nascida dos seus amores com uma francesa. Desde moço que o imperador gostava de «namorar em liberdade, como um estudante, as modistas da

Rua do Ouvidor», no Rio de Janeiro. E tinha a «fantasia de pagar a quase todas»<sup>292</sup>. Uma houve porém, no ano de 1828, que lhe mereceu especial atenção.

Clémence Saisset, *a Sé-Sé*, tinha 24 anos e era «talvez a mais inteligente e bonita das lojistas francesas», «ambiciosa, hábil e lida». Mulher de um antigo oficial de cavalaria do Grande Exército napoleónico, soube ser recompensada desde o primeiro momento que o imperador lhe prestou atenção. E, quando o seu «romance» causou tal escândalo na corte que foi preciso fazê-la deixar o Rio e regressar à Europa, fez-se pagar regiamente. Recebeu nada menos do que 21 contos – uma fortuna para a época.

Clémence, o marido e os filhos partiram a 30 de Dezembro de 1828. E, no ano seguinte, mais exactamente, a 28 de Agosto de 1829, pelas seis da tarde, Sé-Sé deu à luz, no n.º 17 da rue Bergère, em Paris, um rapaz que foi registado como filho legítimo do casal – mas recebeu o nome de Pedro de Alcântara Brasileiro<sup>293</sup>.

Do Brasil, D. Pedro enviou algum dinheiro para ajudar a criar o menino. E, no seu testamento, contemplou-o com um bom legado, pedindo à imperatriz viúva que não o desamparasse. O que, na medida do possível, «Sua Majestade Imperial a Senhora Dona Amélia Augusta Eugénia de Leuchtenberg [sua], Querida e Amada Esposa, Duquesa de Bragança» não deixou de fazer, contribuindo com algum dinheiro para a sua educação.

Concluídos os seus estudos, o bastardo casou e foi pai de duas meninas – que hão-de ter nascido na Califórnia, uma vez que, em 1849, era lá que Pedro de Alcântara Brasileiro de Saisset vivia.

Chegara a São Francisco no dia 2 de Julho de 1849. Ali se estabeleceu e fez negócios vários (imobiliário, seguros e transporte de mercadorias). Esteve também ligado a uma companhia de electricidade, a Brush Electric Light Company, e foi agente consular de França. O governo francês atribuiu-lhe o título de vice-cônsul honorário.

\* \* \*

As aventuras galantes de D. Pedro prosseguiram mesmo depois do seu casamento com D. Amélia de Leuchtenberg e do seu regresso à Europa. E, embora queixando-se – como se queixava em 1831 – de que «não podia

mais enrijecer certos músculos, o que fazia com facilidade no passado», a verdade é que, estando nos Açores, tomou-se de amores por D. Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, freira-sineira do Convento de São Gonçalo, na ilha Terceira.

Há que dizer que, segundo o marquês de Fronteira, «o Convento de S. Gonçalo era um grande recurso para a oficialidade dos Corpos, principiando pelo General em Chefe [D. Pedro, ele mesmo]. Todos ali tinham um *derriço*, como lhe chamavam [...]»<sup>294</sup> Do *derriço* do general-em-chefe nasceu, então, no ano de 1832, um filho que recebeu o nome do pai e morreu com quatro anos de idade.

Finalmente, D. Pedro teve de Maria Libânia Lobo, açafata da rainha D. Maria II, sua filha, mais um bastardo: Pedro de Alcântara, também conhecido por Pedro Real. Nascido em 1833 e falecido em 1908, em Lisboa, foi particular de D. Maria II. Em 1855, casou com Maria Luísa de Andrade Laqui e teve geração.

Seria este o último filho ilegítimo de D. Pedro, que entregou a alma ao Criador pelas duas e meia da tarde de 24 de Setembro de 1834, no Palácio de Queluz. Tinha 35 anos de idade.

Dos bastardos com que povoou seus reinos e senhorios, há, no entanto, que referir ainda a menina que nasceu em 1831, filha de Andreza Santos, «preta quiteteira do Palácio de S. Cristóvão»; a criança que terá nascido dos seus amores com D. Adozinda Carneiro Leão, *a Zindinha*; uma D. Urbana, havida da mulher de um dos seus ministros; uma Isabel de Bourbon e Bragança, nascida no Rio de Janeiro, de mãe desconhecida; e uma outra, do mesmo nome, filha da viúva de um tal Lafarge, que vivia em França.



São muitos e ilustres os descendentes dos bastardos de D. Pedro. Rodrigo Delfim Pereira é a razão de correr sangue imperial e real nas veias de Francisco Pinto Balsemão ou de Miguel Pais do Amaral, entre outros nomes ilustres da sociedade portuguesa. O empresário Carlos Horta e Costa e o

jornalista Gonçalo Bordalo Pinheiro, por seu turno, descendem de Pedro de Alcântara.

[282](http://www.sindegtur.org.br/2010/arquivos/b6.pdf) <http://www.sindegtur.org.br/2010/arquivos/b6.pdf>

[283](#) Cf. Iza Salles, *O Coração do Rei* (S. Paulo: Planeta, 2008) p. 96.

[284](#) Cf. Pedro Calmon, *Vida de D. Pedro I – O Rei Cavaleiro* (Porto: Lello & Irmão, 1952), p. 110.

[285](#) Idem, *ibidem*, p. 110.

[286](#) Idem, *ibidem*, p. 149.

[287](#) Cf. Iza Salles, *O Coração do Rei* (S. Paulo: Planeta, 2008) p. 177.

[288](#) Idem, *ibidem*, p. 185.

[289](#) Idem, *ibidem*, p. 189.

[290](#) Cf. Hugo Catunda, «A Duquesa do Ceará», in *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXXII (1968), pp. 30-31.

[291](#) Testamento de D. Pedro IV: *Revista do Instituto do Ceará*, TE 5 (1972), pp. 211-212.  
<http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972TE/1972TE-TestamentoDuqueBraganca.pdf>

[292](#) Pedro Calmon, *Vida de D. Pedro I – O Rei Cavaleiro* (Porto: Lello & Irmão, 1952), p. 148.

[293](#) Cf. Carlos Studart Filho, «Bastardos de D. Pedro I», in *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXXVIII (1964), pp. 98-104.

[294](#) *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna, D. José Trasimundo Mascarenhas e Barreto, Ditadas por Ele Próprio em 1861* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986), vols. III-IV, p. 221.

## OS BASTARDOS DO REI ABSOLUTO

Nascido em 1802, D. Miguel, o rei *Absoluto*, só casou em 1851, com a princesa Adelaide de Löwenstein, que lhe deu oito filhos. Antes disso, teve amantes e bastardos, posto Júlio Dantas afirmar, com base numa suspeitosa carta do conde de Rio Maior, que o príncipe teve por algum tempo um «horror doentio» pelas mulheres, de que, atentas as suas muitas aventuras amorosas, evidentemente se regenerou<sup>295</sup>.

Protagonistas dessas aventuras foram, entre outras, a bailarina Margarida Bruni, empresária do Teatro de São Carlos, em 1823; uma polaca conhecida em Paris por Princesse de Portugal; a «tamanqueira de Braga», a que Camilo Castelo Branco alude; D. Emília<sup>296</sup>, fidalga de Guimarães, «com muitos cunhais de armas no solar e muitos grilhões de ouro ao pescoço»<sup>297</sup>; uma «mulher casada que o endoideceu em Viena e se meteu a freira»; uma atriz que se quis bater com D. Miguel à espada, «debaixo dos arvoredos do Campo Grande»; ou uma inglesa, Miss Askion, que, em 1828, foi em Plymouth «uma das aventuras do filho de Carlota Joaquina» e que Júlio Dantas descobriu nos papéis inéditos do agente de confiança do governo português junto de S. M. Britânica, António Ribeiro Saraiva, por quem ela também se apaixonou<sup>298</sup>.

Mas há, ainda, Maria Evarista, a «saloia de Queluz», que morava numas «casas baixas» frente ao Palácio Real, e terá dado duas filhas ao monarca. Uma delas morreu tísica. A outra «casou, para Torres Vedras, com um pedreiro»<sup>299</sup>. Esta segunda filha natural de D. Miguel, chamada Maria Henrique, foi afillhada do conde de Soure<sup>300</sup>, o amigo mais íntimo e o colaborador mais devotado do rei. Criada por D. Helena de Vasconcelos e Sousa, filha do marquês de Castelo Melhor e mulher do marquês de Abrantes, «passou depois para o Convento das Salésias e dali para o Crucifixo». Precisando de banhos de mar, levaram-na a Torres Vedras, onde foi albergada por José Agostinho, dono da Quinta da Piedade,

próximo do Vimeiro, que a engravidou. Foi então casada com um criado da casa. E o filho dela estava vivo em 1893<sup>301</sup>.

A estas duas bastardas de D. Miguel, acrescenta Camilo Castelo Branco uma terceira: D. Maria José, *a Infanta Capelista*, principal personagem do romance que o escritor compôs para denegrir a Casa de Bragança e se vingar do rei D. Luís, que lhe recusou, e ao filho havido de Ana Plácido, um título de visconde. Esse romance, que Camilo acabou por não publicar, talvez para agradecer e retribuir a visita que lhe fez o último imperador do Brasil, foi depois transformado noutra – *O Carrasco de Vítor Hugo José Alves* – onde D. Maria José, de capelista passou a luveira, acabando por casar com um conde de Baldaque, segundo do título, filho de um negreiro que lhe deixara «a herança ignominiosa de três milhões [...]»

Essa bastarda de D. Miguel, que não passa decerto de uma personagem de ficção, teria nascido em 1832 e seria filha de uma senhora chamada Mariana Joaquina Franchiosi Rolim Portugal, depois de se ter chamado simplesmente Mariana Joaquina e, mais tarde, Mariana Joaquina da Conceição Elísia.

D. Mariana, «famosa aventureira» que Camilo faz fantasiosamente descender de D. Afonso VI, não é, porém, uma criação do romancista. Existiu realmente e parece não haver dúvidas de que «teve intimidades com D. Miguel de Bragança»<sup>302</sup>. Baptizada a 2 de Novembro de 1797 na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, era filha de Eusébio Joaquim, um moleiro de Azeitão. Muito nova, fugiu de casa de seus pais com um oficial de Marinha, que a abandonou. Depois, casou, provavelmente em Outubro de 1814, em Azeitão, com um «sombreireiro», talvez chamado João Lopes Giraldo, que a deixou. Por 1817, foi criada de servir em casa de uma madame Chapsal, passando, quatro anos depois, a governanta de um padeiro rico, Manuel Rodrigues, «estabelecido na travessa do Secretário da Guerra e domiciliado num 1.º andar do pátio do Picadeiro, a S. Carlos»<sup>303</sup>.

Mas, um dia, Mariana Joaquina decidiu apropriar-se de anéis de diamantes, colheres de prata, dinheiro e roupas do padeiro, de quem evidentemente se despediu. «Tomou então uma casa na rua dos Douradores, aonde iam os figurões com as suas amásias e, por isso, adquiriu grandes conhecimentos, dos quais soube tirar partido, sendo seus



apaixonados Luís da Motta Feo; o Barrão, coronel de milícias; António Sicard, que morreu na Torre [de S. Julião da Barra]; um Rego; e, enfim, o desembargador Ferraz, de quem teve um filho.»<sup>304</sup> Ou melhor: disse que tinha tido.

Foi este desembargador, a casa de quem Mariana ia todos os dias, que a ajudou a subir ainda mais na vida. Trocou-lhe a hospedaria da Rua dos Douradores por uma casa no Largo do Carmo, pôs-lhe carruagem e apadrinhou-lhe o filho, baptizado em São Nicolau como filho de pais incógnitos, cuja paternidade esteve quase a assumir. Por esse tempo, já a «famosa aventureira se intitulava D. Mariana Joaquina de Portugal [...]»<sup>305</sup>

O desembargador morreu. D. Mariana apoderou-se de um baú que ele possuía e voltou a mudar de casa, transferindo-se para o paço do Boi Formoso. Do pároco de São Nicolau tentou obter uma alteração do registo de baptismo do filho, de modo a que o desembargador nele figurasse como pai de criança. Mas um criado preto, José de Faria, que servira o desembargador e a madama, «declarou que ela havia comprado o menino para o impingir ao desembargador, primeiro como afilhado, depois como filho»<sup>306</sup>.

Mariana continuou a subir na vida, habitando «prédios caros, nas ruas da Emenda e da Madalena». Ganhou, além disso, novos conhecimentos, não lhe sendo difícil captar as boas graças do conde da Lousã, ministro e secretário dos Negócios da Fazenda no governo de D. Miguel. A seguir conheceu o próprio príncipe, com quem manteve «relações íntimas», frequentando os seus aposentos «dia sim, dia não», e servindo a sua causa «fazendo espionagem».

«Crescendo em audácia», procurou depois impingir-lhe uma filha pelo mesmo processo que tinha seguido com o desembargador Ferraz. Mas por aqui se vê que a filha de D. Mariana – a D. Maria José, «infanta capelista» ou luveira, conforme o romance de Camilo que se escolha – não teve D. Miguel por pai.

Um outro escritor, Carlos Malheiro Dias, na mais célebre das suas obras, *Os Telles de Albergaria*, atribui também à paternidade do monarca uma senhora chamada D. Maria Joaquina de Vasconcelos – que pode não

passar, e provavelmente não passa, também ela, de uma personagem de ficção.

Mas de ficção é que não é D. Maria da Assunção de Bragança, filha que D. Miguel reconheceu em Albano (Itália), a 2 de Agosto de 1839<sup>307</sup>. A bastarda nasceu em Lisboa, a 12 de Março de 1831, sendo filha de uma Carlota – *a Carlota dos Pés Grandes* – que, merecendo as boas graças do Rei Absoluto, era ao mesmo tempo amante de um monsenhor e de um marquês. Morava na Rua Larga de São Roque, no 1.º andar de uma casa fronteira à Travessa do Poço da Cidade, em Lisboa, que D. Miguel frequentava «quase sempre de noite, acompanhado por alguns dos seus íntimos»<sup>308</sup>. Mas terá tido também uma casa de hóspedes ao Corpo Santo, segundo informação que Alberto Pimentel depois colheu do marquês de Valada<sup>309</sup>. Foi lá que o príncipe Lichnowsky a conheceu, em 1842, considerando-a uma «bella mulher com ainda classicos vestigios de depostos encantos»<sup>310</sup>.

Quando D. Miguel partiu para o exílio, a 26 de Maio de 1834, D. Maria da Assunção seguiu-o. Entregue aos cuidados de Mariana da Gama, viúva de José Luís da Rocha, o «particular» do monarca que substituíra o visconde de Queluz como seu secretário, D. Maria da Assunção passou a viver nos arredores de Roma. E, com o sustento dela, gastaria D. Miguel um terço da mesada que recebia então do papa<sup>311</sup>.

Depois de D. Miguel deixar o seu exílio italiano, D. Maria da Assunção permaneceu em Roma. Por 1893, garante Alberto Pimentel, residia na via del Plesbicino (perto da Piazza Venezia), n.º 112, 3.º andar, sustentada, ao que parece, por uma pequena pensão do Instituto Português de Santo António. Ali morreu, a 9 de Julho de 1897, uma sexta-feira.

Dessa morte deu notícia o *Figaro* do dia seguinte, em Paris, dizendo que «a filha natural do falecido rei D. Miguel» tinha vivido «modestamente» na Cidade Eterna, «ocupando-se com obras de caridade». E acrescentava que D. Maria Assunta (era este o nome italiano que lhe dava) aspirara por momentos a ser declarada princesa de sangue real, «mas a morte de D. Luís impedira que as suas diligências alcançassem um resultado favorável». A rematar, afirmava que «a defunta era muito estimada no Vaticano».

Essa estima é confirmada por várias fontes, a mais insuspeita das quais é S. Daniel Comboni, que o papa João Paulo II canonizou em 2003. No Verão de 1865, o fundador dos Missionários Combonianos preparava-se para pôr em prática o seu projecto evangelizador do continente africano. Para tanto, entendeu que lhe era indispensável aprender português. E tomou por mestra uma senhora que era, nas suas palavras, «Sua Alteza Real Dona Maria Assunta de Bragança».

Esta «virtuosa princesa», dizia ele ao padre Francisco Bricolo, seu amigo, tinha 32 anos de idade, era de «rara piedade» e possuía «um coração imenso». Sobre isso, era a menina querida, o *enfant gaté*, do papa Pio IX, de Antonelli [o cardeal secretário de Estado] e do cardeal Patrizi. Comboni considerava-a «um grande exemplo de desapego do mundo» e confiava que fosse «como um apóstolo para beneficiar o [seu] plano». Foi exactamente isso que sucedeu: D. Maria da Assunção tornou-se a mais dedicada colaboradora do santo em Roma, desempenhando um papel considerado decisivo na difusão da Obra do Bom Pastor, lançada por Comboni e abençoada pelo papa.

O mesmo papa Pio IX terá querido legitimar D. Maria da Assunção como filha de D. Miguel. Mas o cardeal Antonelli desviou-o desse propósito, lembrando que poderia haver, quanto à mãe, cuja biografia não era suficientemente conhecida, algum impedimento canónico... [312](#)

Além desta virtuosa bastarda, cuja existência não oferece qualquer dúvida, D. Miguel terá tido uma outra filha ilegítima: Maria de Jesus, nascida entre 1833 e 1834, fruto dos amores do monarca com uma senhora desconhecida. Gerada quando D. Miguel estava com o seu exército em Santarém, preparando-se para retomar a Lisboa conquistada a 24 de Julho pelo duque da Terceira (o que, como se sabe, nunca conseguiu), a menina suscitou recentemente a curiosidade de três genealogistas, que lhe adivinharam uma «vida aventureosa»[313](#).

Segundo parece, Maria de Jesus casou primeiro com um D. Silverio Rodriguez, que morreu em Havana (Cuba). Chamava-se então D. Maria Rosa Tell de Mondedeu da Silva, um «nome de sabor castelhano» que abandonou em Lisboa, ao casar, em 1873, com D. Tomás José de Melo, escritor, empresário teatral e conhecido boémio.

No acto do seu casamento, «assina com o nome de D. Maria de Jesus de Bragança e Bourbon, viúva de D. Silverio Rodriguez». E, por ser viúva, não se declara o nome dos seus pais nem a sua naturalidade.

Em Julho de 1874, nasce o primeiro fruto desse matrimónio: uma filha, que foi baptizada um ano depois com o nome de Maria Justina Micaela Tomásia José de Jesus, declarando-se no registo ser neta materna de «D. Miguel de Bragança e avó incógnita». Pode ser que fosse.

Pode ser também que novos bastardos se descubram. Nos livros *A Infanta Capelista*, como, também, no *Carrasco de Víctor Hugo José Alves*, Camilo Castelo Branco garantia ainda existirem em Lisboa, além de D. Maria José, «cinco ou seis pessoas, de ambos os sexos», que eram «conhecidos filhos de D. Miguel»... [314](#)

[295](#) Cf. Júlio Dantas, *Arte de Amar* (Lisboa: Portugal-Brasil, 1922), p. 120.

[296](#) Trata-se de D. Emília Correia de Moraes Leite de Almada e Castro (1807-1897), filha do visconde da Azenha, que descendia por seu pai de D. Afonso Dinis, o bastardo de D. Afonso III, mas também de D. Teresa Sanches, filha de D. Sancho I e da *Ribeirinha*, descendendo por sua mãe de D. Urraca Afonso, outra das filhas ilegítimas do rei *Bolonhês*.

[297](#) Júlio Dantas, *Mulheres* (Porto: Livraria Chardron, 1916), p. 123.

[298](#) Idem, *ibidem*, p. 124.

[299](#) Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Férrin, 1893) p. 290.

[300](#) D. Henrique José da Costa Carvalho Patalim Sousa e Lafeté, 7.º e último conde de Soure, nasceu em 1798 e morreu em 1838. Não casou mas deixou três filhos, que legitimou.

[301](#) Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Férrin, 1893), p. 285.

[302](#) Idem, *Ninho de Guincho* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903), p. 146.

[303](#) Idem, *ibidem*, p. 147.

[304](#) Idem, *ibidem*, p. 148.

[305](#) Idem, *ibidem*, pp. 148-9.

[306](#) Idem, *ibidem*, p. 149.

[307](#) Cf. Frederico Gravazzo Perry Vidal, *Descendência de S. M. El-Rei o Senhor D. João VI* (Lisboa: Guimarães Editores, 1923), p. 177; Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960) T. II, p. 47.

- [308](#) Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Férrin, 1893), p. 289.
- [309](#) Idem, *Ninho de Guincho* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903), p. 45.
- [310](#) Príncipe Lichnowsky, *Portugal: recordações do ano de 1842* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1844), p. 18.
- [311](#) Cf. Maria Alexandra Lousada & Maria de Fátima de Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 294.
- [312](#) Alberto Pimentel, *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Férrin, 1893), p. 290.
- [313](#) António de Mattos e Silva, António de Sousa Lara & Lourenço Correia de Matos, *Uma Filha Natural do Rei D. Miguel, Ascendente do Pintor Thomaz de Mello* (Lisboa: 2008), p. 23.
- [314](#) Camilo Castelo Branco, *A Infanta Capelista* (Porto: s/d), p. 37.

## A BASTARDA DA EXCELENTÍSSIMA MADRASTA

**D**ona Maria II, a rainha Gorda, que esteve para casar com o rei D. Miguel, irmão de seu pai, acabou por casar com o cunhado deste – o príncipe Augusto de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, na Baviera, e duque de Santa Cruz, no Brasil, irmão da imperatriz Maria Amélia, segunda mulher de D. Pedro, e neto da imperatriz Josefina, primeira mulher de Napoleão Bonaparte.

O casamento celebrou-se em Lisboa, a 26 de Janeiro de 1835. Mas, dois meses depois, o príncipe Augusto morreu «em consequência de uma angina», deixando D. Maria «viúva sem ter sido esposa», uma vez que o casamento não foi consumado. E, em Maio desse ano, começou a procurar-se um novo marido para a rainha, cuja sucessãourgia assegurar. O conde de Lavradio encontrou-o na pessoa de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, príncipe alemão, que era sobrinho do rei Leopoldo da Bélgica e primo direito da rainha Victoria de Inglaterra. O achado valeu-lhe a grã-cruz da Torre e Espada.

O novo casamento da rainha foi aprovado pelo governo em Dezembro de 1835 e celebrou-se em Lisboa a 9 de Abril seguinte. Dele nasceram onze príncipes, dois dos quais foram reis de Portugal: D. Pedro V e D. Luís I. O último dos infantes, D. Eugénio, morreu no dia 15 de Novembro de 1853, em que nasceu – e levou sua mãe consigo. D. Maria tinha 34 anos de idade. D. Fernando descreveu-a, e chorou-a copiosamente, como «a melhor das mães e o modelo das esposas»<sup>315</sup>.

O rei viúvo ficou inconsolável. Mas, sendo homem galante e bem-apeçoado, não tardou a recompor-se. E, nos anos seguintes à morte da mulher, protagonizou numerosas aventuras, «rápidas ou duradouras», que talvez tivessem começado antes de enfiuvar, coleccionando amantes cujos nomes, segundo Eduardo de Noronha, encheriam muitas páginas de um livro. Com elas, povoou o reino de bastardos: «Sua Majestade não se limitou a dar príncipes à dinastia; gerou vassallos para os servirem [...]»<sup>316</sup>

Entre as suas amásias contam-se uma costureirinha francesa, Charlotte Hanriot, a quem o rei trazia «bem vestida e admiravelmente calçada»; uma linda dançarina italiana do Teatro de São Carlos, que também «foi pertença do conde de Farrobo»; ou uma actriz que «de há muito havia apresentado a sua notável e bem marcada candidatura e que estava prestes a subir ao Capitólio [...]»<sup>317</sup>

Mas não é certo que D. Fernando II tenha tido tantas «barregãs» como se afirma. E dos bastardos que gerou não há (quase) nenhuma notícia. O que se sabe de ciência certa é que o rei Artista, já viúvo, se apaixonou perdidamente por uma cantora de ópera, Elise Hensler, com quem acabou por se casar. E dessa ligação terá nascido uma filha, que nunca foi reconhecida como tal – nem pelo pai nem pela mãe (com quem, no entanto, viveu).

O romance começou em 1860, sete anos depois de D. Fernando enfiar-se. Nesse ano cantou-se em Lisboa, a 15 de Abril, *O Baile de Máscaras*, de Verdi. O papel de Óscar, o pajem, era desempenhado por uma cantora cujas curvas provocavam, porventura mais do que a voz, admiração e aplauso. «Ela é tão bonita que faz gosto festejá-la!» – comentava, ao tempo, Júlio César Machado<sup>318</sup>.

Nascida a 22 de Maio de 1836, em La-Chaux-de-Fonds, junto ao lago de Neuchâtel, na Suíça, Elise Frederick Hensler tinha dois anos quando os pais decidiram cruzar o Atlântico e estabelecer-se na América. Viveu primeiro em Nova Iorque, depois em Springfield (onde aprendeu a cantar), e, finalmente, em Boston. Foi aqui que pela primeira vez pisou o palco para cantar uma ópera: *Robert le Diable*, de Giacomo Meyerbeer. Corria o mês de Fevereiro de 1852.

O êxito que Elise obteve convenceu o pai, alfaiate de profissão, a mandá-la aperfeiçoar em Paris as qualidades canoras. Estudou no Conservatório Imperial, onde o seu talento foi muito apreciado. E alguns vaticinaram-lhe um largo futuro, recomendando-lhe que prosseguisse os estudos em Itália. Elise passou então a Milão, onde acabou por ser contratada pelo La Scala. E foi aí que se estreou, em Dezembro de 1854, na ópera *Linda di Chamounix*, de Donizetti. Mas o aplauso não foi unânime.



Entretanto, o pai – que viera dos Estados Unidos para servir de empresário à filha – teve um ataque de coração que o deixou paralisado e sem fala. Talvez por isso, Elise decidiu regressar a casa em Junho de 1855 – e, com a mesma ópera que cantara em Milão, estreou-se em Nova Iorque. Depois, cantou em Boston, Filadélfia e Washington. A 22 de Maio de 1856, foi-lhe concedido passaporte para voltar à Europa. Andou por França, Itália, Áustria e Suíça. Em 1859, foi contratada (ou, como então se dizia, escriturada) para cantar no Teatro de São João, no Porto.

Deixou Paris, onde se disse que tinha casado, e estreou-se em Outubro na Cidade Invicta. O seu sucesso, e o da sua companhia, foram, porém, de curta duração. E, quando a chamaram para cantar em Lisboa, a Hensler não hesitou e partiu – levando «na alma os lutos da natural vaidade ferida pela indiferença gélida duns pisa-verdes que honraram grandemente a mulher, menosprezando a artista», como Camilo escreveu nas suas *Noites de Insónia*.

Depois de a ouvir no São Carlos, onde não foi muito apreciada pela generalidade da crítica, o rei Viúvo perdeu-se de amores por ela. E nunca mais a deixou.

Enquanto D. Pedro V foi vivo, D. Fernando não meteu a dama no Paço das Necessidades, onde tinha a sua residência. E passava o melhor do seu tempo em casa dela, na Rua dos Remédios, à Lapa, onde Elisa vivia com a mãe – vivendo também, ao que parece, com uma menina a quem chamava «sobrinha». Mas, morto o herdeiro de sua primeira mulher, o rei Artista deixou-se de cerimónias, assumindo inteiramente a «mancebia». E, entre Maio e Outubro de 1863, andou com a Hensler pela Europa, apresentando-a, porém, como mulher do conde da Foz, seu ajudante-de-campo.

Em 1869, quando o trono de Espanha foi oferecido a D. Fernando, este fez muita questão em deixar claro que não iria para Madrid sem levar a amante consigo. E, para que dúvidas não subsistissem a esse respeito, tratou de casar com ela – para grande escândalo de muito boa gente, a começar pela rainha D. Maria Pia, que não suportava a madrasta de seu marido. Esse casamento desigual pode ter sido a principal causa de D. Fernando nunca ter sido coroado monarca do país vizinho, apesar de a cantora ter recebido o título de condessa de Edla como presente de Ernesto II, duque de Saxe-Coburgo-Gota.

D. Fernando morreu em 1885 e deixou a sua mulher o melhor da sua fortuna: o Palácio e o Parque da Pena, o Castelo dos Mouros e a Quinta da Abelheira. As últimas vontades do rei Artista provocaram um escândalo nacional. E o Estado foi obrigado a comprar à condessa todos os bens imóveis que seu marido lhe deixara. Foram negociações complexas e morosas, que só se concluíram em finais de 1889, já no reinado de D. Carlos.

Elisa Hensler viveria até 1929. Quando morreu, disse-se que teria casado «a ocultas» com o general Sebastião de Sousa Teles, que chegou a ministro da Guerra do rei D. Carlos. E ficou definitivamente a saber-se que Alice Hensler, a «sobrinha» da condessa, era afinal sua filha, «a qual el-rei D. Fernando sempre mimou».

Alguns quiseram, aliás, que o viúvo de D. Maria II fosse o pai da senhora, que, à data da morte da mãe, estava já viúva de Manuel de Azevedo Gomes, oficial de Marinha. Nada era, porém, mais improvável. Quando Alice nasceu, no dia de Natal de 1855, ainda D. Fernando não sabia da existência da «garrida cantarina» – que o conde de Mafra recorda nas suas *Memórias* como mulher «esbelta, bonita, inteligente, boa artista, esperta e bondosa»<sup>319</sup>.

<sup>315</sup> Cf. Maria de Fátima Bonifácio, *D. Maria II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2007), p. 155.

<sup>316</sup> Eduardo de Noronha, *O Rei Marinheiro* (Lisboa: João Romano Torres, s/d), p. 47.

<sup>317</sup> Cf. Júlio de Sousa e Costa, *O Segredo de Dom Pedro V* (Lisboa: Romano Torres, 1941), pp. 51-54.

<sup>318</sup> Cf. Teresa Rebelo, *Condessa d'Edla* (Lisboa: Aletheia, 2006), p. 155.

<sup>319</sup> *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º Conde de Mafra – 1869/1863* (Lisboa: Serviço de Dermatologia do Hospital do Desterro, 1997), p. 13.

## OS FILHOS DO DR. TAVARES

**J**ovem bem-parecido, muito sisudo e maldisposto («um ancião de vinte e dois anos», disse dele uma vez Alexandre Herculano), D. Pedro V casou, em 1858, com D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen, que, amando muito o seu marido (como dizia), não o achava amável, «sobretudo com as senhoras»<sup>320</sup>. O casamento foi breve: a rainha, alemã como seu sogro, que aliás não apreciava particularmente, morreu um ano depois de se ter casado – dizendo as más-línguas que partiu para o outro mundo tão virgem como a este tinha chegado.

D. Pedro V pouco tempo lhe sobreviveu, falecendo em 1861, sem deixar descendência, legítima ou ilegítima. Sucedeu-lhe no trono seu irmão, o rei D. Luís, que, depois de ser aclamado em cortes, casou com D. Maria Pia de Sabóia. Foi um matrimónio muito aplaudido – e, nos primeiros tempos, parece que muito feliz –, de que nasceram dois príncipes: D. Carlos, que depois reinou, e D. Afonso, duque do Porto e condestável do Reino.

Mas, depois do nascimento deste segundo filho, a 31 de Julho de 1865, as relações entre o monarca e «a italiana», como a rainha era algumas vezes chamada, começaram a arrefecer. E D. Luís, que desde moço se revelara grande conquistador, entrou numa vida absolutamente desregrada, em finais da década de 1860<sup>321</sup>. Tanto que um conselheiro do monarca achou necessário lembrar-lhe a triste sorte da rainha de Espanha, deposta pela Revolução de Cádiz: «A Rainha Isabel come hoje o pão do exílio devido aos seus maus costumes e às infidelidades conjugais que tem cometido.»<sup>322</sup>

D. Maria Pia poderá ter seguido pelo mesmo caminho do marido. E o casal ponderou a separação em termos melodramáticos: a rainha regressaria à sua pátria e, em Portugal, D. Luís abdicaria<sup>323</sup>. A verdade, porém, é que nem a rainha voltou para casa de seu pai nem o rei abandonou o seu trono.

D. Luís também não deixou de continuar a dar as suas «facadinhas» no matrimónio. «Amigo da boémia e muito mulherengo», D. Luís, usando o pseudónimo de Dr. Tavares, saía à noite do Palácio da Ajuda, acompanhado pelo Dr. Magalhães Coutinho, director da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, para se encontrar com as amantes.

A mais famosa de todas elas foi Rosa Damasceno, actriz muito célebre, de «figurinha delicada e graciosa, bonita e de cabelos loiros bem frisados». Dela dizem alguns que o rei teve dois filhos, podendo um deles ser Manuel Maria Damasceno Rosado (1867-1925), funcionário da Alfândega de Lisboa, que veio a casar-se com uma sobrinha de Eduardo Brasão, actor também famoso e legítimo marido de Rosa Damasceno.

Esta pode não ter sido a mãe do segundo bastardo de D. Luís, se é que ele existiu. Com efeito, historiadores há que sustentam dever ser filho do rei um Pedro Luís António Pretti, que foi dado à luz por uma ilustre desconhecida chamada Marina Mora. Não há outra justificação, sustentam, para que D. Luís deixasse ao jovem e a sua mãe, como deixou numa carta-testamento redigida em 1869, a terça parte da sua fortuna em inscrições de dívida pública ou papéis de crédito estrangeiros.

A Marina Mora deixava ainda «um anel que uso no quarto dedo da mão esquerda com 5 brilhantes pequenos e que ela me deu»; e a Pedro Luís «a medalha da Virgem que trago ao peito»<sup>324</sup>. Estas doações ou, mais exactamente, estes legados demonstravam a intimidade das relações do rei com Marina Mora e o seu filho.

Mas, antes de ter estes filhos, se é que os teve, D. Luís, estando solteiro, poderá ter sido pai de um outro bastardo. A mãe seria «uma deliciosa rapariguinha de nome Maria Oliveira, filha dum sapateiro de Belém». *Lipipi*, como o rei era chamado pelos pais e pelos irmãos, apaixonou-se por ela, pôs-lhe casa na Travessa do Judeu, a Santa Catarina, e enfrentou com galhardia as descomposturas que D. Pedro V lhe dava, tentando afastá-lo do que, na opinião do monarca, era uma má companhia para o irmão.

Um dia, porém, Maria Oliveira aceitou o pedido de casamento que um primo lhe fez e abandonou D. Luís. Mas, cinco meses depois de estar casada, deu à luz um «garotito loiro» que «era a cara daquele que depois foi rei de Portugal». Forçado pelo prior da sua freguesia, o marido de

Maria Oliveira aceitou declarar-se pai da criança – que, quando cresceu e se fez homem, foi muito protegido pelo conde do Restelo<sup>325</sup>.

[320](#) Júlio de Sousa e Costa, *O Segredo de Dom Pedro V* (Lisboa: Romano Torres, 1941), p. 48.

[321](#) Cf. Luís Nunes Espinha Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 71.

[322](#) Idem, *ibidem*, p. 109.

[323](#) Idem, *ibidem*, p. 113.

[324](#) Idem, *ibidem*, p. 71.

[325](#) Júlio de Sousa e Costa, *O Segredo de Dom Pedro V* (Lisboa: Romano Torres, 1941), pp. 132 ss.

## A ÚLTIMA BASTARDA

**D**om Carlos pode ter sido um grande rei e, até, um pai extremoso. Mas não foi certamente um bom marido. Tendo contraído, em 1886, o que se disse ser, e parece de facto ter sido, um casamento de amor com a princesa Maria Amélia de Orleães, cedo mandou a fidelidade conjugal às malvas, entregando-se a uma vida de conquistas e aventuras amorosas que acabaram por transformar o seu matrimónio numa «desgraça»<sup>326</sup>.

Ofendida e humilhada pelas infidelidades do marido, a rainha D. Amélia, para vingar a sua honra e defender a sua saúde, que considerava ameaçada pela promiscuidade do rei, começou por lhe fechar as portas do quarto e acabou por fazer vida separada<sup>327</sup>. D. Carlos, que nunca deixou de tratar sua mulher com o respeito e o afecto devidos à rainha de Portugal e à mãe dos seus filhos, prosseguiu os seus «devaneios eróticos»<sup>328</sup> e continuou a coleccionar amantes.

Teve-as de todos os géneros e feitios, desde atrizes famosas, como a francesa Réjane, até fidalgas portuguesas dos quatro costados, como as condessas de Paraty e da Guarda, passando por camponesas da Estremadura e do Algarve ou, até, por criadas do paço. A sua primeira aventura galante terá sido, aliás, com a filha de um jardineiro do Palácio Real, que Ramalho Ortigão denunciou n'*As Farpas* e foi objecto de uma quadra que *A Marselheza*, um jornal do tempo, não teve dúvidas em publicar. Rezava assim: «Ó D. Carlos de Bragança, / Filho de D. Luiz Primeiro, / Larga a honra que roubaste / À filha do jardineiro.» Nessa aventura se inspirou Aquilino Ribeiro para compor um romance de propaganda reles contra o monarca e a monarquia, que não fez, aliás, grande sucesso.

D. Carlos terá tido também uma amante americana, a quem pôs casa em Lisboa. E manteve durante anos uma ligação com a mulher de um diplomata brasileiro, César Augusto Viana de Lima, que chefiou, entre

1892 e 1893, a legação do seu país em Lisboa<sup>329</sup>. Chamada Grimaneza, foi, segundo Gustavo de Mello Breyner Andersen, a «última grande paixão» do penúltimo rei de Portugal<sup>330</sup>.

Era, na descrição de Rocha Martins, uma peruana «formosa de rosto, com o picante das americanas do sul, mas de carnação láctea e rósea; viúva e nova, rica e elegante, escultural»<sup>331</sup>. Quando chegou a Lisboa, levava dois anos de casada. Mas, a 15 de Setembro de 1894, enviuvou. E, segundo parece, deixou-se ficar por Portugal. Trocou a sua residência em Lisboa pela Quinta do Torneiro, entre Porto Salvo e Paço de Arcos, dali saindo para vir morar numa casa da Rua das Necessidades, perto do palácio real, que seria propriedade do monarca. D. Carlos tê-la-ia adquirido por intermédio de Francisco Maria da Veiga, o primeiro juiz de instrução criminal. E, ao saber dessa compra, João Franco, o último chefe de governo do rei, teria afirmado: «Uma porcaria! Atrás disto está-se a ver a p...»<sup>332</sup>

Foi nessa casa que, a 8 de Maio de 1903, Tomás de Mello Breyner, conde de Mafra, a visitou, por ordem do rei<sup>333</sup>. Mas Grimaneza já tinha estado em Lisboa, sob o nome de Virgínia de Castro, em Janeiro de 1902. E voltou a estar de Novembro a Dezembro de 1903 e em Janeiro de 1905. Uma presença tão assídua na capital portuguesa levou o conde de Mafra a comentar: «Esta dama anda arranjando drama real, mais dia, menos dia [...]»<sup>334</sup>

Das aventuras extraconjugais de D. Carlos é fama que nasceram alguns bastardos, de que hoje se julgam descendentes alguns nomes sonantes da sociedade portuguesa. O próprio monarca se encarregou de alimentar as suspeitas sobre a sua prole ilegítima, como Eduardo Schwalbach contou um dia a Raul Brandão: «Ultimamente [D. Carlos] dera nesta: quando se falava de uma rapariga bonita, aí dos seus quinze anos, dizia com um sorriso – é minha filha [...]»<sup>335</sup>

Uma filha terá tido da sua amante americana. E outra, chamada Maria Pia, terá nascido dos seus amores com Grimaneza. Gustavo de Mello Breyner Andersen, que anotou os *diários* do conde de Mafra, seu avô, diz tê-la conhecido e cumprimentado à entrada de São Vicente de Fora. E assegura ter D. Carlos reconhecido a paternidade da senhora, que viria a morrer em Itália. José Tomás de Mello Breyner, um outro descendente do



conde, garante por seu turno que a data do nascimento desta filha de D. Carlos consta de um dos diários do seu antepassado, onde também se faz menção ao nome da pessoa que, no registo, assumiu a paternidade da bastarda real. Esta terá tido descendência, sendo o apelido da sua progenitura «bem conhecido actualmente em Portugal». Se isto é assim, a filha de Grimaneza terá nascido antes de 1902 – já que nos *diários* do conde de Maфра até hoje publicados (e que cobrem os anos de 1902 a 1913) não há referência a nenhuma bastarda do rei.

Mas D. Carlos terá sido ainda pai de uma outra Maria Pia – nascida, esta, dos seus amores com Maria Amélia de Laredo e Murça, uma senhora brasileira, jovem e solteira, natural do Pará, que terá vivido em Lisboa, no Chiado, durante algum tempo mas de quem nunca ninguém ouvira falar até a filha dar notícia da sua existência. Amante de D. Carlos, Maria Amélia tê-lo-á acompanhado algumas vezes a Vila Viçosa, onde, entre Maio e Junho de 1906, uma filha terá sido concebida.

Depois disso, Maria Amélia teria deixado a Europa, apenas regressando ao Velho Continente para dar à luz a filha do rei, em Março de 1907. O nascimento, de que o conde de Maфра também não fala, teria ocorrido no dia 13, numa casa da Avenida da Liberdade, em Lisboa, enquanto D. Carlos recebia a visita do rei de Saxe. Mas, poucos dias depois do parto, Maria Amélia – uma mulher de armas, decerto, que não se importava de viajar em adiantado estado de gravidez ou tendo acabado de dar à luz – partiu com inexplicável pressa para Espanha, onde por acaso se encontravam a rainha D. Amélia e os príncipes seus filhos, de visita à condessa de Paris. E, a 7 de Abril, um domingo, a putativa filha de D. Carlos foi alegadamente baptizada na Igreja de San Fermin de los Navarros, em Madrid, recebendo o nome de Maria Pia.

Após o baptismo, que teria contado com a presença do infante D. Afonso, irmão de D. Carlos, de um conde de Monteverde que serviu de padrinho, de uma Alícia da Silva, que foi a madrinha, e de Antonio Goicoechea y Cosculluela, um devotado servidor do rei Afonso XIII, a bastarda teria sido apresentada ao monarca espanhol, embora o bom senso e o bom gosto recomendassem que ele não fosse cúmplice – nem sequer conhecedor – das aventuras amorosas e das infidelidades conjugais do rei de Portugal.

A bastarda viveria os primeiros anos da sua vida em Espanha, passando depois a residir em Paris, na casa que seu avô alugara nos Champs-Élysées. Tinham um mordomo brasileiro, Napoleão Wanzeller, uma ama inglesa, Miss Smallwood, e uma criada oriunda da Martinica.

Quando estalou a Grande Guerra, em 1914, Maria Pia, o avô e a mãe refugiaram-se em Vitória, no País Basco espanhol. Mas não tardaram a regressar a França, passando a viver em Pau. Aí, Maria Pia diz que foi apapricada por duas personagens ilustres – o rei Nicolau do Montenegro e o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira, um legitimista dos quatro costados, que era figadal inimigo, portanto, do ramo dos Bragança a que D. Maria Pia dizia pertencer. A menos que, por esse tempo, ela ainda não se vangloriasse da sua bastardia.

Terminada a guerra, Maria Pia terá voltado a morar em Paris, mas, desta feita, na rue du Colisée. Com 17 anos, a bastarda terá dado os primeiros e muito precoces passos no jornalismo, tendo, além disso, publicado um livro de versos: *Pálpebras de Marfim*. A 16 de Junho de 1925, uniu-se a um *playboy* cubano, 20 anos mais velho do que ela e divorciado duas vezes. Chamava-se Francisco Javier Bilbao y Batista e pertencia a uma «família muito distinta e abastada de criadores de gado na província de Camaguey». Era talvez o marido indicado para a neta de um «barão da borracha» de quem nunca ninguém ouvira falar, nomeadamente no Brasil de onde se dizia natural.

O casamento realizou-se na embaixada de Cuba em Paris, que Maria Pia trocou por Havana. Na capital cubana viveu algum tempo, regressando depois à Europa e vivendo entre Madrid e Paris. Estava talvez em Espanha quando a República foi proclamada, em Abril de 1931, para grande desgosto seu. Mas permaneceu em Espanha, onde, a 16 de Novembro de 1932, lhe nasceu uma filha deficiente – registada como Fátima Francisca Xaviera Íris Bilbao de Sajonia-Coburgo Braganza – que acabaria por se recolher a um convento, onde morreu em Outubro de 1982.

Por 1933, ou pouco antes, começou a colaborar no jornal *ABC* e na revista *Blanco y Negro*, onde publicou numerosas prosas, assinadas por Hilda de Toledano, que era, dizia ela, o seu pseudónimo literário. Dois anos depois morreu-lhe o marido. E, a 26 de Novembro de 1935, o *ABC*, ao dar a notícia daquele falecimento, apresentava condolências à viúva, a

sua «estimada colaboradora D. Hilda de Toledano de Bilbao e [a] sua filha, a senhorita Íris Bilbao de Toledano».

Era estranho: se Hilda de Toledano não passava de um pseudónimo literário, como Maria Pia depois afirmou, por que razão o jornal acrescentava, a esse pseudónimo, o apelido do marido? E depois, e sobretudo, por que razão a filha de Hilda usava, como apelido, o pseudónimo da mãe?

No ano seguinte à morte do marido estalou a Guerra Civil espanhola. Maria Pia saiu de Espanha, passou por Havana (onde publicou um livro intitulado *La Hora de Alfonso XIII*) e por Nova Iorque, acabando por se estabelecer com a mãe em Roma, onde o rei Afonso XIII se exilara. As estranhas e aparentemente estreitas relações entre ambos mantinham-se já que, a 1 de Fevereiro de 1936, o monarca espanhol escrevia-lhe: «Não te aconselho a falar a ninguém do matrimónio dos teus pais nem do ocorrido em Vila Viçosa, salvo por alguma razão imprescindível. Deus querendo, tudo se resolverá segundo os teus desejos, sem agravar a memória do Rei teu Pai, que é tua obrigação deixar para sempre sem mácula [...]» Era um conselho sensato, que Maria Pia optou mais tarde por não seguir. Com efeito, falar do «matrimónio» de D. Carlos com a amante era ferir de morte a história de Maria Pia. Casado pela Igreja com a rainha D. Amélia, que estava viva e de boa saúde, D. Carlos nunca se podia ter unido pelos laços do matrimónio, canónico ou civil (que, em Portugal, aliás não existia), à mãe de Maria Pia. Mas esta não percebeu – ou não resistiu. Afinal, era uma escritora de fértil imaginação...

Estabelecida na capital italiana, a bastarda de D. Carlos foi bater à porta do conde Ciano, genro de Mussolini e seu ministro dos Negócios Estrangeiros. O conde, segundo dirá depois a bastarda, ter-lhe-ia proposto casamento com o príncipe Aimon de Aosta, duque de Spoleto e efémero rei da Croácia (com o nome de Tomislav II). Mas, no seu diário, Ciano diz coisa muito diferente. E escreve, a 26 de Agosto de 1938: «Veio uma louca. Chama-se Hilda de Toledano. Com grande mistério, declarou ser o “Rei de Portugal” e ofereceu-me a inclusão do seu Estado no Império de Roma [...]»<sup>336</sup>

Depois desse encontro, ou talvez antes, Maria Pia, que, sublinhe-se, continuava a chamar-se Hilda de Toledano, apaixonou-se por Giuseppe

Manlio Blais (1891-1983), um coronel de carabineiros com quem diz ter casado secretamente numa capela do Vaticano, a 2 de Setembro de 1939. Mas, como Maria Pia explicará depois, estando então os militares italianos proibidos de casar com estrangeiras, o matrimónio só pôde ser registado a 5 de Agosto de 1946. A Segunda Guerra Mundial tinha terminado e o coronel tinha sido promovido a general. Dias antes deste casamento nascera-lhes uma filha, registada com o nome de Maria da Glória Cristina Amélia Valéria Antónia Blais de Saxe-Coburgo e Bragança.

Nas vésperas desse casamento, Afonso XIII, estando na Áustria, tinha voltado a escrever à sua «querida Maria Pia», desejando-lhe que fosse «muy feliz con tu Coronel» e recomendando-lhe, mais uma vez, que não olvidasse os seus direitos de «Infanta de Braganza». Fazê-lo seria, segundo o monarca, «una tontería».

Muitos anos depois, Maria Pia seguiria o conselho do rei de Espanha, que, por razões difíceis de entender (ou talvez não...), sempre se mostrou muito interessado na causa da bastarda. E, em meados da década de 1950, Maria Pia de Saxe-Coburgo, como também era conhecida por alguma imprensa, proclamou *urbi et orbi* a sua filiação. O caso deu então que falar nos jornais de todo o mundo. E a bastarda multiplicou-se em declarações e entrevistas, publicando, além disso, um livro, *Mémoires d'une infante vivante* (Paris, 1957), onde traçava o que dizia ser a sua biografia.

Numa dessas entrevistas, concedida a *La Vanguardia Española*, em Outubro de 1958, a «princesa Pia de Sajonia», como o jornal a tratava, perguntada sobre se ainda podia ser rainha de Portugal, respondeu: «A lei é esta: se me tivesse casado com um estrangeiro de sangue real, sim. Mas casei-me primeiro com um cidadão cubano e depois com um general italiano.» Rematava o jornalista: «Triunfou o amor [...]»

Com esta declaração, D. Maria Pia demonstrava conhecer as leis fundamentais da monarquia portuguesa e, nomeadamente, o artigo 90 da Carta Constitucional, segundo o qual «O Casamento da Princesa Herdeira presuntiva da Coroa será feito a aprazimento do Rei, e nunca com Estrangeiro». O preceito não a impedia apenas de casar com estrangeiro; obrigava-a também a obter o «aprazimento do Rei», coisa que ela não fizera ao unir-se a Francisco Bilbao, embora D. Manuel II estivesse vivo e de boa saúde.

Não tardaria, porém, a que Maria Pia, apesar da ilegitimidade do seu nascimento e da «ilegalidade» dos seus matrimónios, reclamasse a chefia da Casa de Bragança e o trono de Portugal.

Já então tinham morrido todos os membros da família de D. Carlos, incluindo a rainha D. Amélia, falecida em 1951, e também Nevada Hayes, a viúva do príncipe D. Afonso, que se intitulava Princesa Real de Portugal. Tinham também falecido os amigos mais íntimos do monarca assassinado no Terreiro do Paço. E tinha igualmente desaparecido o rei Afonso XIII. Restavam dois documentos, que D. Maria Pia agitava como provas insofismáveis dos seus títulos e pretensões: a reconstituição do seu assento de baptismo e a cópia de uma carta de D. Carlos que a reconhecia como sua filha.

O assento original do baptismo da bastarda tinha alegadamente desaparecido no incêndio que destruiu parcialmente a Igreja de San Fermin, em 1936. Fora por isso necessário reconstituí-lo, desempenhando-se dessa piedosa tarefa o vigário-geral da diocese de Madrid-Alcalá, com o concurso de Antonio Goicoechea – ou *Goico*, como Afonso XIII, seu senhor e amigo, gostava de o tratar.

A suposta carta de D. Carlos, que estaria anexa ao registo do baptismo, fora igualmente reconstituída com o inestimável contributo de Goicoechea. Nessa carta, o monarca fazia saber que, «atendendo às circunstâncias e qualidades da muito nobre Senhora Dona Maria Amélia de Laredo e Murça, e querendo dar-lhe testimonio [*sic*] autêntico» da sua «Real consideração», reconhecia por sua «muito amada Filha a creança a quem dera a luz a mencionada Senhora na freguesia do Sagrado Coração de Jesus de Lisboa a treze de Março de mil novecentos e sete». E, sendo «bem visto, considerado e examinado» pelo monarca «tudo o que encima ficou inserido», D. Carlos pedia às autoridades eclesiásticas para porem «as águas baptismas e os nomes de Maria e Pia, a fim de poder chamarse com o [seu, dele] nome e gozar d’ora em deante d’este nome, com as honras, prerogativas [*sic*], proeminências, obrigações e vantagens – das Infantas da Casa de Bragança de Portugal».

Tanto a certidão de baptismo como a carta de D. Carlos não podem deixar de levantar as maiores dúvidas e reservas, desde a referência a um «conde de Monteverde», que nunca existiu, à expressão «Infantas da Casa de Bragança de Portugal», que não se percebe. Não obstante, foi nestes

dois documentos, fabricados (para não dizer forjados) em Espanha e autenticados por espanhóis, que assentaram as pretensões da putativa bastarda do rei D. Carlos ao trono de Portugal.

Elas mereceram crédito e apoio sobretudo entre as figuras mais destacadas da oposição democrática e republicana ao regime de Salazar, o chamado Revirinho. Mário Soares, que só a conheceu em 1963, em Paris, tornou-se seu advogado e declarou, alto e bom som, não ter dúvidas sobre o bom fundamento das suas reivindicações: Maria Pia era de facto filha do rei D. Carlos e tinha por isso direito a ser considerada chefe da Casa de Bragança.

Já então Maria Pia participara na campanha do general Humberto Delgado para a presidência da República (o que, para uma pretendente ao trono, era uma peculiar contradição nos termos) e convivia intensamente com todos os anti-salazaristas que a procuravam. Em 1965, veio a Portugal e acabou presa pela PIDE em Caxias, o que contribuiu para reforçar o seu prestígio no país e no estrangeiro.

Mas, em 1974, com o triunfo da Revolução dos Cravos, esse prestígio e a suposta utilidade política da causa de D. Maria Pia quase desapareceram para os amigos laicos, republicanos e socialistas da bastarda. E Mário Soares, que ainda a recomendou a Bettino Craxi, o líder socialista italiano, acabou por abrilhantar, em 1995, o casamento de D. Duarte de Bragança, que era o «ódio de estimação» da bastarda. D. Maria Pia nunca lhe perdoou ter-se bandeado com o inimigo.

Não foram fáceis os últimos anos da sua vida. Tendo perdido o segundo marido em 1983, voltou a casar-se – desta feita com António João da Costa Amado Noivo, que tinha menos 45 anos do que ela. Presenteou-o com os títulos de duque de Guimarães e de Saxe-Coburgo e Bragança, marquês de Santo Amaro d'Aire, grão-mestre da Ordem de D. Carlos I e vice-grão mestre das Ordens Reais portuguesas... Descrito por alguns autores como o «marido homossexual» da bastarda, Noivo morreu em Dezembro de 1996.

Viúva pela terceira vez, abandonada pelos amigos, não tendo conseguido convencer a filha nem os netos a herdarem-lhe os «títulos» e as pretensões, Maria Pia, «solitária e perturbada», enfrentando dificuldades financeiras que seu genro, o famoso escultor espanhol Miguel Ortiz e Berrocal, não se dispunha a solucionar, decidiu trespassar parte da

sua herança a um italiano endinheirado, Romano Poidimani, que, após a morte da bastarda, a 6 de Maio de 1995, passou a intitular-se Chefe da Casa de Bragança. Em Portugal, os mais contumazes adversários de D. Duarte Pio não têm dúvidas em aceitá-lo como tal.

D. Maria Pia era de facto filha adúltera de D. Carlos? Não está provado, longe disso. A sua rocambolesca história está cheia de erros, imprecisões, lacunas, confusões, mentiras e contradições – de tal modo que um escritor e jornalista francês, tendo investigado o caso a fundo, concluiu que D. Maria Pia não podia ser filha de D. Carlos, podendo, no entanto, sê-lo do príncipe D. Luís Filipe...

Não é em todo o caso impossível D. Maria Pia ter nascido de alguma aventura amorosa de D. Carlos, que nunca foi, longe disso, um modelo de virtudes conjugais. Impossível é, evidentemente, atribuir-lhe os títulos e direitos que os seus apaniguados lhe reconheceram, como herdeira de D. Manuel II, chefe da Casa de Bragança e pretendente ao trono de Portugal. Mais que não seja porque, se os bastardos reais pudessem ter esses títulos e direitos, então eles não caberiam em primeiro lugar à filha de Maria Amélia de Laredo – mas à de Grimaneza Viana de Lima, que nasceu antes dela. Se é que alguma vez nasceu.

[326](#) Conde de Mafra, *Diário de um Monárquico – 1902/1904* (Lisboa: 2005), p. 48.

[327](#) Stéphane Bern, *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal* (Porto: Livraria Civilização Editora, 1999), p. 132.

[328](#) Rui Ramos, *D. Carlos* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), p. 220.

[329](#) César Augusto Viana de Lima apresentou credenciais a 21 de Julho de 1892 e exerceu funções até 13 de Maio de 1894, quando se romperam as relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil. Nesse mesmo ano foi colocado em Santiago do Chile, posto que não chegou a ocupar, falecendo na capital portuguesa. Sucedeu-lhe Assis Brasil, que, retomadas as relações, apresentou credenciais a D. Carlos no dia 13 de Maio de 1895. Cf. Assis Brasil, *Um Diplomata da República* (Brasília: CHDD/FUNAG, 2006), vol. I, pp. 107ss.

[330](#) Conde de Mafra, *Diário de um Monárquico – 1911/1913* (Lisboa: 1994), p. 189.

[331](#) Cf. Eduardo Nobre, *Paixões Reais* (Lisboa: Quimera, 2002), p. 173.

[332](#) Mendo Castro Henriques et al., *Dossier Regicídio – o Processo Desaparecido* (Lisboa: Tribuna da História, 2008), p. 85.



[333](#) Conde de Mafra, *Diário de um Monárquico – 1902/1904* (Lisboa: 2005), p. 154; e *Diário de um Monárquico – 1911/1913* (Lisboa: 1994), p. 155.

[334](#) Conde de Mafra, *Diário de um Monárquico – 1902/1904* (Lisboa: 2005), pp. 206 e 210.

[335](#) Raul Brandão, *Memórias* (Lisboa: Relógio d'Água, 1998), T. I, p. 168.

[336](#) Galeazzo Ciano, *Diários – 1937/1943* (Barcelona: Crítica, 2004), p. 167.

## Bibliografia

ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de Uma Estada em Portugal* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008).

ABRANTES, Marquês de – «Pretensões, pretendentes & C.<sup>a</sup>», in *Armas e Troféus*, VI Série, II 1989/1990.

AFONSECA, António Parada de – *Apostilas à história de Braga no século XVIII: Sua Alteza o Senhor D. José de Bragança, Arcebispo Primaz, e o «método breve e claro de jogar o taco, o pião e a conca»* (Braga: Gráfica de S. Vicente, 1990).

ALVAREZ, Manuel Fernandez – *Felipe II y su tiempo* (Madrid: Espasa-Calpe, 1998).

AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Bertrand, 2000).

ANDRADA, Ernesto de Campos de (org.) – *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários: 1515 a 1568* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1937).

AZCONA, Tarcisio de – «Capitulaciones matrimoniales entre Alfonso V de Portugal y Isabel de Castilla en 1465», in *Edad Media: revista de historia*, n.º 5 (2002).

BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Temudo – *As Regências na menoridade de Dom Sebastião* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992).

BECKFORD, William – *A Corte da Rainha D. Maria I* (Lisboa: Tavares, Cardoso & Irmão, 1901).

BERN, Stéphane – *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal* (Porto: Livraria Civilização Editora, 1999).

BESSA – LUÍS, Agustina – *Sebastião José* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981).

– *Adivinhas de Pedro e Inês* (Lisboa: Guimarães Editores, 1983).

– *Fama e Segredo na História de Portugal* (Lisboa: Guerra e Paz, 2010).

BETHENCOURT, Francisco Fernandez de – *Historia Genealógica y Heraldica de la Monarquia Española, Casa Real y Grandes de España* (Sevilha: Fabiola de Publicaciones Hispalenses, 2001).

BOMBELLES, Marquês de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal – 1786-1788* (Paris: Centre Culturel Portugais /Presses Universitaires de France, 1979).

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *D. Maria II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2007).

- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira – *Cartas de Brasão de Armas – Colectânea* (Lisboa: Guarda-Mor, 2003).
- BRAGA, Paulo Drummond – *D. João III* (Lisboa: Hugin, 2002).  
– *D. Pedro II* (Lisboa: Tribuna da História, 2006).
- BRANCO, Camilo Castelo – *A Infanta Capelista* (Porto: s/d).  
– *O Regicida* (Lisboa: Companhia Editora de Publicações Ilustradas, s/d).
- BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011).
- BRANDÃO, Raul – *El-Rei Junot* (Lisboa: Livraria Brasileira, 1912).  
– *Memórias*, Tomo I (Lisboa: Relógio d'Água, 1998).
- BUESCU, Ana Isabel – *D. João III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).
- CAETANO, Marcello – *A Crise Nacional de 1383-1385* (Lisboa: Verbo, 1985).
- CALMON, Pedro – *Vida de D. Pedro I – O Rei Cavaleiro* (Porto: Lello & Irmão, 1952).
- CASIMIRO, Augusto – *Dona Catarina de Bragança – Rainha de Inglaterra, Filha de Portugal* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Portugália Editora, 1956).
- CASTRO, José de – *O Prior do Crato* (Lisboa: União Gráfica, 1942).
- CHAVES, Castelo Branco – *Portugal de D. João V visto por três forasteiros* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989).
- CIANO, Galeazzo – *Diários – 1937/1943* (Barcelona: Crítica, 2004).
- CLODE, Luiz Peter – *Descendência de D. Gonçalo Afonso d'Avis Trastâmara Fernandes – O Máscara de Ferro Português* (Funchal: Governo Regional da Madeira, 1988).
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010).
- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Gabinete Histórico*, T. IX (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1823).
- COSTA, Júlio de Sousa e – *Memórias do Capelão dos Marialvas* (Lisboa: Romano Torres, 1940).  
– *O Segredo de Dom Pedro V* (Lisboa: Romano Torres, 1941).
- COSTA, Manuel Fernandes – *O Descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979).
- CUNHA, D. Luís da – *Instruções Políticas* (Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2001).
- DANTAS, Júlio – *Mulheres* (Porto: Livraria Chardron, 1916).  
– *O Amor em Portugal no Século XVIII* (Porto: Chardron, 1917).  
– *Arte de Amar* (Lisboa: Portugal – Brasil, Ld.<sup>a</sup>, 1922).

- DIAS, Frei Nicolau – *Vida da Sereníssima Princesa D. Joana, filha d’El-Rei D. Afonso o V de Portugal* (Aveiro: Diocese, 1987).
- DÓRIA, António Álvaro – *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia* (Porto: Livraria Civilização, 1944).
- DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).
- DUBY, Georges – *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988).
- FARIA, Visconde de – *Déscendance de D. Antonio, Prieur de Crato, XVIII roi de Portugal* (Livorno: Raphael Giusti, 1909).
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la – *Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museo Britannico* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1853).  
– *Memórias das Rainhas de Portugal* (Lisboa: Tipografia Universal, 1859).
- FISAS, Carlos – *Historias de las Reinas de España – La Casa de Austria* (Barcelona: Planeta, 1998).
- FONSECA, Ana Cristina Tavares da – *Barregãs e Bastardas Régias na I Dinastia Portuguesa* (Lisboa: Texto policopiado, 2005).
- FONSECA, Luís Adão da – *D. João II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, vols. I-III (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973).
- FREIRE, Pascoal José de Melo – *Instituições de Direito Civil Português* (Lisboa: Boletim do Ministério da Justiça, 1967). Cf. <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha (e outros), *Carvalhos de Basto – A descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*, vol. I (Porto: edição dos autores, 1979).
- FRONTEIRA, Marquês de – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna, D. José Trasmundo Mascarenhas e Barreto, Ditadas por Ele Próprio em 1861* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986).
- GALVÃO, Duarte – *Chronica do Muito Alto, E Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henrique* (Lisboa: Oficina Ferreyriana, 1726).
- GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989).
- GOMES, Saul António – *D. Afonso V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).
- GUERRA, Luís de Bívar – «D. Luísa, filha de D. Pedro II: uma princesa duas vezes duquesa», in *Miscelânea Histórica de Portugal* (1982).

- HENRIQUES, Mendo Castro (et al.), *Dossier Regicídio – o Processo Desaparecido* (Lisboa: Tribuna da História, 2008).
- INSTITUTO, O* – vol. 15 (Coimbra: 1872).
- LACARTA, Manuel – *Felipe II – La intimidación del Rey Prudente* (Madrid: Alderabán, 1996).
- LE HETE, Thierry – *La Dynastie Capétienne* (La Bonneville-sur-Iton: 1998).
- LENCASTRE, D. António de Queiroz e Vasconcelos de – *Dom Jorge, 2.º Duque de Coimbra* (Porto: Caminhos Romanos, 2011).
- LICHNOWSKY, Príncipe – *Portugal: recordações do ano de 1842* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1844).
- LOPES, Fernão – *Chronica de el-rei D. Fernando* (Lisboa: Escripório, 1895-1896), vol. I, p. 191. Cf. <http://purl.pt/419/1>.
- LOUSADA, Maria Alexandra & FERREIRA, Maria de Fátima de Sá e Melo – *D. Miguel* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006);
- MAFRA, Conde de – *Diário de Um Monárquico – 1911/1913* (Lisboa: 1994).  
– *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º Conde de Mafra – 1869/1863* (Lisboa: Serviço de Dermatologia do Hospital do Desterro, 1997).  
– *Diário de Um Monárquico – 1902/1904* (Lisboa: 2005).
- MANUSCRITOS do *Fond Portugais* da Biblioteca Nacional de França (Lisboa: CNCDP – Centro de Estudos Damião de Góis, 2001).
- MARTINS, Oliveira – *O Príncipe Perfeito* (Lisboa: António Maria Pereira, 1923).  
– *Os Filhos de D. João I*, vol. I (Lisboa: Guimarães Editores, 1958).  
– *História de Portugal* (Lisboa: Guimarães Editores, 1991).
- MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993).  
– «O triunfo da monarquia portuguesa», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001.  
– *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – «As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga», in *Ciências e Técnicas do Património*, Revista da Faculdade de Letras, I série, vol. III, pp. 255-270 (Porto: 2004).
- MENDONÇA, Manuela – «Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006).
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Meu Pai e Meu Senhor Muito do Meu Coração – Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna* (Lisboa:

Quetzal, 2000).

– *D. José* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

NOBRE, Eduardo – *Paixões Reais* (Lisboa: Quimera, 2002).

NORONHA, Eduardo de – *O Rei Marinheiro* (Lisboa: João Romano Torres, s/d).

OLIVEIRA, António de – *Filipe III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2008).

PARKER, Geoffrey – *Felipe II* (Barcelona: Planeta, 2010).

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores – *D. João VI* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

PEREIRA, Ângelo – *D. João VI, Príncipe e Rei – A Bastarda* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955).

PEREIRA, Belmiro Fernandes – «A edição conimbricense da Rethorica de Joachim Ringelberg», in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 1 (2004).

PEREIRA, Sara Marques – *D. Carlota Joaquina e os «Espelhos de Clio»* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999).

PERES, Damião – *1580 – O Governo do Prior do Crato* (Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1928).

– *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I (Porto: 1938).

PIERSON, Peter – *Felipe II de Espanha* (México: Fondo de Cultura Economica, 1984).

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

PIMENTEL, Alberto – *A Última Corte do Absolutismo* (Lisboa: Livraria Féerin, 1893).

– *Ninho de Guincho* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1903).

– *As Amantes de D. João V* (Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2009).

PINA, Rui de – *Crónicas* (Porto: Lello & Irmão, 1977).

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I (Porto: 1997).

– *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

POVOLIDE, Conde de – *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide* (Lisboa: Chaves Ferreira, 1990).

POYATO, José Calvo – *Juan José de Austria* (Barcelona: Debolsillo, 2003).

PRESTAGE, Edgar – «Memórias sobre Portugal no reinado de D. Pedro II,» in *Arquivo Histórico de Portugal*, II (Lisboa: [s.n.], 1935).

RAMOS, Rui – *D. Carlos* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

REBELO, Teresa – *Condessa d'Edla* (Lisboa: Aletheia, 2006).

- RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973).
- RICHARDSON, Douglas – *Plantagenet Ancestry – A Study in Colonial and Medieval Families* (Baltimore: Genealogical Publishing Company, Inc., 2004).
- RISCO, Alberto – *D. Juan José de Austria, hijo de Felipe IV: Juan de la tierra* (Madrid: 1918).
- RODRIGUES, Sebastião Antunes – *Rainha Santa* (Coimbra: Coimbra Editora, 1958).
- RODRIGUEZ, Ignacio Ruiz – *Don Juan José de Austria en la monarquía hispánica: entre la política, el poder y la intriga* (Madrid: Libros Dykinson, 2007).
- RORIZ, Aydano – *Van Dorth* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2006).
- SABUGOSA, Conde de – *Donas de Tempos Idos* (Lisboa: Livraria Ferreira, 1912).  
– *Neves de Antanho* (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974).
- SALLES, Iza – *O Coração do Rei* (S. Paulo: Planeta, 2008).
- SÃO PAYO, Luís de Mello Vaz de – *Terá D. Afonso V tido um Filho Natural?* (Lisboa: Gráfica Portuguesa, 1986).  
– «Escandaloso Incesto na Corte Portuguesa do Século XIV», in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 13/2007.
- SARAIVA, José Hermano – *Ditos Portugueses Dignos de Memória* (Lisboa: Europa-América, 1980).
- SCHLICHTHORST, Carl – *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826* (Rio de Janeiro: Kosmos, 1943).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O reinado de D. António, Prior do Crato* (Coimbra: 1956).  
– «João José de Áustria», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. III (Porto: Livraria Figueirinhas, 1990).  
– *História de Portugal* (Lisboa: Verbo, 1996).
- SILVA, César da – *O Prior do Crato e a sua época* (Lisboa: João Romano Torres, s/d).
- SILVA, António de Mattos e; LARA, António de Sousa & MATOS, Lourenço Correia de – *Uma Filha Natural do Rei D. Miguel, Ascendente do Pintor Thomaz de Mello* (Lisboa: 2008).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).
- SILVEIRA, Luís Nunes Espinha & FERNANDES, Paulo Jorge – *D. Luís* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).



SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946).

– *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946).

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

STUDART FILHO, Carlos – «Bastardos de D. Pedro I», in *Revista do Instituto do Ceará*, t. LXXVIII (1964).

TEIXEIRA, José de Monterroso – *El Palacio de Palhavã – Arquitectura y Representación* (Lisboa: Embajada de España en Portugal, 2008).

TRONI, Joana Almeida – *Catarina de Bragança* (Lisboa: Colibri, 2008).

VELOSO, Queiroz – *D. Sebastião* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935).

VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

VIDAL, Frederico Gravazzo Perry – *Descendência de S. M. El-Rei o Senhor D. João VI* (Lisboa: Guimarães Editores, 1923).

VIEIRA, António – *Obras Escolhidas, vol. II – Cartas/II* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1997).

VIGANEGO, Pietro Francisco – *Ao Serviço Secreto da França na Corte de D. João V* (Lisboa: Lisoptima/Biblioteca Nacional, 1994).

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010).

XAVIER, Ângela Barreto & CARDIM, Pedro – *D. Afonso VI* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960).

# EXTRATEXTO



*F. D. Afonso*  *De Portugal*  
*XIII Grão Mestre* *da I. O. J.*

D. Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques.  
(Sociedade Martins Sarmento)



Túmulo de Pedro Afonso, bastardo de D. Dinis.  
(Oficina do Livro / Direcção Regional de Cultura – Norte)



Túmulo de Leonor Afonso, filha ilegítima de D. Afonso III.  
(Maria Antónia Amaral / Direcção Regional de Cultura – Lisboa e Vale do Tejo)





D. João I, bastardo de D. Pedro I.

(Museu Nacional de Arte Antiga; Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e Conservação, I.P.; fotógrafo Francisco Matias)



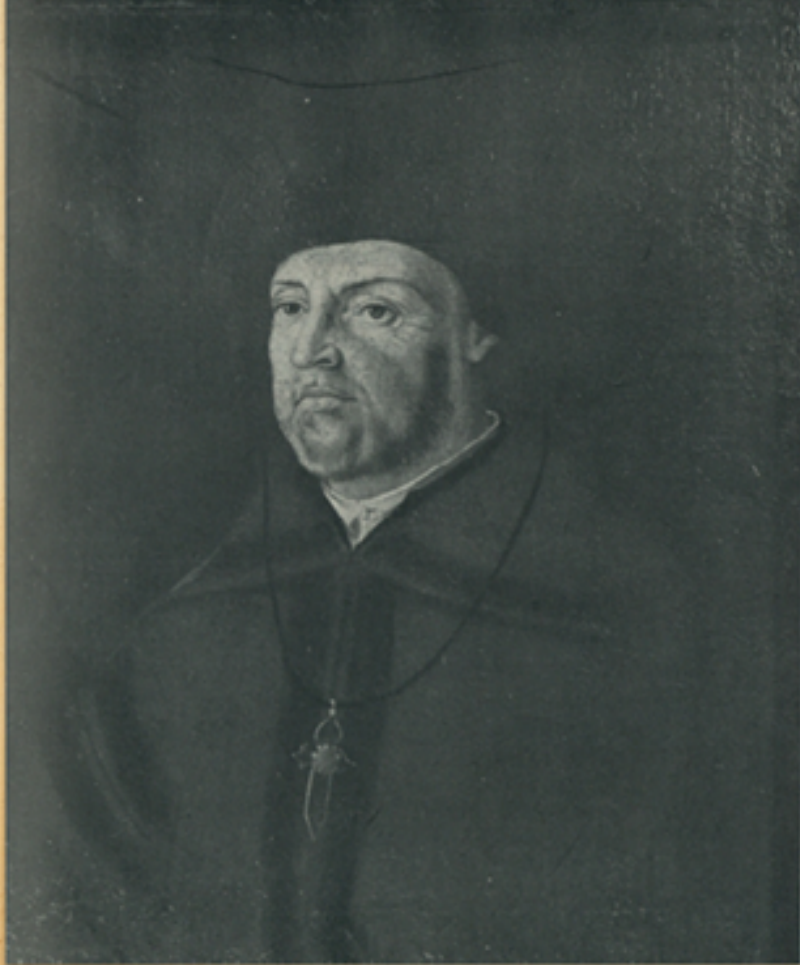
Beatriz, condessa de Arundell,  
 bastarda de D. João I.  
 (Charles A. Stothard)



D. Afonso, duque de Bragança,  
 filho ilegítimo de D. João I.  
 (Sociedade Martins Sarmento)



DŌ JORGE F, DEL REI DŌ IŌA, HO II  
MESTRE DA ORDE E CAVALERIA DE SAN  
TIAGO E DAVIS, EDVOV DE COIBRA,



D. Jorge, duque de Coimbra, filho ilegítimo de D. João II.  
(quadro a óleo pertencente ao Exmo. Senhor Augusto Cardoso Pinto)





D. Miguel de Bragança, filho ilegítimo de D. Pedro II.

(Museu Nacional de Arte Antiga, Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e Conservação, I.P.; fotógrafo Luis Pavão)



D. José de Bragança,  
bastardo de D. João V.  
(Instituto Monsenhor Airosa)



Condessa de Iguaçú,  
bastarda de D. Pedro IV.  
(Ferdinand Kunikida)





Duquesa de Goiás,  
filha ilegítima de D. Pedro IV.  
(Museu Histórico Nacional / Brasil)



Maria Pia,  
«bastarda» de D. Carlos.  
(Inácio Lodgero / *O Jornal*)

